

Norma da Silva Lopes
Silvana Silva de Farias Araújo
Raquel Meister Ko. Freitag
organizadoras

A FALA NORDESTINA

entre a sociolinguística e a dialetologia



Norma da Silva Lopes
Silvana Silva de Farias Araújo
Raquel Meister Ko. Freitag
(organizadoras)

A fala nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia

Livro produzido pelo projeto VI Encontro de Sociolinguística
Apoio FAPESB – Edital 2/2016



Blucher

A fala nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia

© 2016 Norma da Silva Lopes, Silvana Silva de Farias Araújo, Raquel Meister Ko. Freitag (organizadoras)
Editora Edgard Blucher Ltda.

Conselho editorial

Jarbas Vargas Nascimento

Luciana Nascimento

Lúcia Maria de Assis

Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios, sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blucher Ltda.

FICHA CATALOGRÁFICA

A fala nordestina : entre a sociolinguística e a dialetologia
[livro eletrônico] / organização de Norma da Silva
Lopes, Silvana Silva de Farias Araújo, Raquel Meister Ko.
Freitag. – São Paulo : Blucher, 2016.
136 p. : PDF ; il. color

Livro produzido pelo projeto VI Encontro de
Sociolinguística
Apoio FAPESB – Edital 2/2016
Bibliografia
ISBN 978-85-803-9217-3 (e-book)
ISBN 978-85-803-9216-6 (impresso)

1. Língua portuguesa - Regionalismos – Brasil, Nordeste
2. Sociolinguística 3. Dialética I. Lopes, Norma da Silva. II.
Araújo, Silvana Silva de Farias. III. Freitag, Raquel Meister Ko.
IV. Encontro de Sociolinguística, 4.

17-0098

CDD 469.7

Índice para catálogo sistemático:
1. Língua portuguesa – Regionalismos – Brasil, Nordeste

Sobre os autores

Adelmileise de Oliveira Santos

Graduada em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe, participou do Projeto de Iniciação à Docência (PIBID) e foi bolsista PIBIC CNPq no período 2015-2016.

Dayane Moreira Lemos

Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Especialista em Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Federal da Bahia (2012). Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia (2010). Foi Bolsista CAPES de mestrado acadêmico. Membro do grupo de pesquisa Constituição, Variação e Mudança do/no Português Brasileiro, coordenado pelas professoras Eliana Pitombo e Norma Lúcia Fernandes de Almeida (UEFS), e do grupo de pesquisa Múltiplas linguagens: estudo, ensino e formação docente, coordenado pela professor Maria Lúcia de Castro (UNEB). Tem interesse na área de Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: variação e mudança linguística; formação da língua portuguesa no Brasil; línguas em contato; português brasileiro; concordância nominal de número.

Jacyra Andrade Mota

Doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora associada II, Universidade Federal da Bahia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Atua, principalmente, nas subáreas: Sociolinguística e Dialetoлогия. Projetos: Norma Linguística Culta no Brasil – NURC; Atlas Linguístico de Sergipe – ALS; Atlas Linguístico do Brasil – ALiB (em andamento). Publicações relevantes (em coautoria): *Atlas Linguístico do Brasil*, vols. 1 e 2 (2014); *Atlas Linguístico de Sergipe* (1987); *A linguagem*

falada culta na cidade de Salvador. Materiais para seu estudo (v. I – Diálogos entre informante e documentador, 1994; v. II – Elocuções formais, 2006; v. III – Diálogos entre dois informantes, 2011).

Lúcia Maria de Jesus Parcero

Possui Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (2007), Mestrado em Letras pela Universidade Federal da Bahia UFBA (1999), Especialização em Metodologia do Ensino Superior, pela Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (1989) e graduação em Letras Vernáculas com Inglês pela Universidade Católica do Salvador (1963). Atualmente, é professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia, onde ministra disciplinas em cursos de graduação, pós-graduação (Lato sensu), pós-graduação (stricto sensu) do quadro do PPGEL – Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da área de Letras, com ênfase em Linguística e Língua Portuguesa. Atua principalmente nas subáreas de Teoria Linguística, Sociolinguística e Sintaxe gerativa. Desenvolve pesquisa sobre o português rural em comunidades afrodescendentes na região sisaleira, no semiárido baiano.

Marcela Moura Torres Paim

Professora Adjunta IV do Departamento de Letras Vernáculas e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia. É coordenadora do Projeto CAPES-COFECUB 838/15. Participa do Projeto de pesquisa Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) como pesquisador e inquiridor auxiliar. Atua principalmente nos seguintes temas: Dialetologia, Sociolinguística, Atlas Linguísticos, Língua Portuguesa e Variação.

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda

Possui Graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2002), Mestrado (2005) e Doutorado (2009) em Letras e Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA, com estágio de doutoramento, financiado pela CAPES, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Centro Linguístico da Universidade de Lisboa. É coordenadora do Projeto *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Humanidades Digitais (neiHD/UEFS). Pesquisadora do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR/UFBA) e coordenadora do projeto Banco Informatizado de Textos (BIT/PROHPOR/UFBA). Integrante da equipe baiana do

Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB/Ba). Possui experiência como docente na área de Letras, com ênfase na história da língua portuguesa, diversidade linguística, sintaxe, semântica, produção de texto e ensino de língua portuguesa. É Professor Adjunto Nível B, em regime de Dedicação Exclusiva, da UEFS.

Matheus Santos Oliveira

Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana, com bolsa da CAPES, e graduado em Letras pela mesma universidade. Debruça-se sobre a pesquisa na área de Linguística Histórica. Coordena o curso de Leitura e Produção de Textos, no Programa Portal (Extensão universitária/UEFS). Possui experiência como professor de Língua Portuguesa no ensino médio das redes pública e privada e de professor de Linguística, na UEFS (*Campus* Lençóis – Formação de professores). Integra os projetos de pesquisa Programa para a História da Língua Portuguesa – PROHPOR (UFBA) e a equipe baiana do Programa Para a História do Português Brasileiro (PHPB-Ba), além do Tycho Brahe (Unicamp).

Norma Lucia Fernandes de Almeida

Possui doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2005), atualmente é professora titular da Universidade Estadual de Feira de Santana. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, Linguística Histórica e Dialectologia, atuando principalmente nos seguintes temas: variação linguística, semi-árido – língua portuguesa – português brasileiro e mudança linguística. Membro do PROHPOR (Programa para a História do Português), criado por Rosa Virgínia Mattos e Silva e também do PHPB. Participou da comissão que implantou o mestrado em estudos linguísticos da UEFS. Foi coordenadora de Iniciação Científica da UEFS (2009-2012). Foi coordenadora de pesquisa da UEFS (2012-2015). Foi membro da câmara de assessoramento das áreas de Linguagens e Artes da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Atualmente é Vice-Reitora da UEFS (gestão 2015-2019).

Priscila Starline Estrela Tuy Batista

Mestranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Integrante do Projeto *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão, da Universidade Estadual de Feira de Santana. Pesquisadora na área de Linguística como bolsista CAPES. Possui experiência na formação de banco de dados eletrônico.

Raquel Meister Ko. Freitag

É doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina, é professora do Departamento de Letras Vernáculas do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq nível 2.

Ricardo Nascimento Abreu

Possui graduação em Letras Português Inglês (2000) e em Direito (2013) pela Universidade Tiradentes, Especialização em Linguística Textual pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2002), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – UFS (2006), Mestrado em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Sergipe (2016), Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia – UFBA (2011). Professor do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe. Tem experiência na área de estudos da linguagem, com ênfase em Linguística Histórica e Direitos linguísticos e Direitos Humanos, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação em Direitos Humanos, História Social da Língua Portuguesa no Brasil e Políticas Linguísticas no Brasil e Direitos Linguísticos (Direitos dos grupos linguísticos e Direito das línguas). É membro pesquisador dos grupos de pesquisa: Epistemologia e Direito, Projeto para a História do Português Brasileiro de Sergipe – PHPB/SE e líder do Grupo de Estudos em Políticas Linguísticas – GEPOL/DLEV/UFS.

Silvana Silva de Farias Araujo

Professora Adjunta do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana. É doutora em Língua e Cultura (2014), mestre em Letras e Linguística (2005), especialista em Língua Portuguesa: gramática (2000), além de licenciada em Letras Vernáculas (1999). Atua nos Programas de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e no Mestrado Profissional em Letras, ambos na UEFS. É Coordenadora do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – Mestrado. É membro do grupo de pesquisa Constituição, Variação e Mudança do/no português (UEFS), atuando nas linhas de pesquisa Constituição Sócio-histórica do Português Brasileiro e Variação e Mudança no Português. Orienta, além de dissertações de mestrado, trabalhos de iniciação científica e monografias de final de curso de graduação e de especialização. Participa de projetos voltados à formação do português brasileiro, com estudos sobre contato entre línguas, variedades africanas do português e variedades linguísticas do semiárido baiano (comunidades rurais, urbanas e rurbanas). Desenvolve pesquisas na área da Sociolinguística, com destaque para variações morfossintáticas. É também

estudiosa das relações que envolvem o contato entre línguas, seja entre línguas diversas, seja entre dialetos, tendo estado na presidência da Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares (ABECS) no biênio 2015-2017.

Silvana Soares Costa Ribeiro

Professora Associada II e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia. Participa do Projeto de pesquisa Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) como pesquisador, entrevistador e coordenador da Comissão de Informatização e Cartografia. Atua como pesquisador do Projeto NURC – Salvador, tendo sido bolsista de Iniciação Científica e de Aperfeiçoamento do Projeto durante Graduação e Pós-Graduação (Mestrado).

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

É Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde também realizou Estágio de Pós-Doutoramento em Linguística de *Corpus*. Professora Plena da UEFS, atua em programas de pós-graduação na UEFS e na UFBA. Integra diversos projetos na UEFS, UFBA, UNICAMP, além de integrar a Equipe do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB), a Equipe do PHPB-Bahia (PHPB-BA), a do Banco de Dados do Programa Para a História do Português (BIT-Prohpor-UFBA). O foco central de sua pesquisa é o semiárido baiano, com publicações de entrevistas de diversas comunidades do interior da Bahia e diversas fontes históricas para o estudo do Português Brasileiro. Publicou dezenas de artigos e livros, em especial, a *Coleção Cartas Brasileiras (1809-2000): coletânea de fontes para o estudo do português*, pela UEFS Editora, em 2011. Tem produzido diversas pesquisas em Sociolinguística, Linguística Histórica, Sintaxe Diacrônica do Português Brasileiro, sobretudo em sua vertente popular, História da Cultura Escrita no Sertão Baiano, tendo se dedicado a formação de banco de dados que serviu para a elaboração de trabalhos de diversos pesquisadores. Coordena e participa de diversos projetos, com destaque para o *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS, www.uefs.br/cedohs). Participa do Núcleo de Pesquisa NELP. Atualmente, integra a Associação de Humanidades Digitais (<http://ah-dig.org>), entre diversas outras. Atua, ainda, nos cursos da Plataforma Freire e no UPT, tendo presidido a Comissão de Adesão ao Mestrado Profissional em Letras na UEFS.

Apresentação

Os termos “Português Brasileiro” ou “Português do Brasil” e a sua abreviatura “PB” já se tornaram um jargão no campo da Linguística. Esses termos passaram a ser utilizados desde que foram identificadas cientificamente particularidades na fala de brasileiros que não eram encontradas na fala de portugueses.¹ Atualmente, o termo vem sendo empregado para designar a variedade nacional brasileira em contraste com as variedades europeia e africanas do português.

Nesse sentido, embora seja inegável o valor dos estudos que revelam os traços identificadores da variedade brasileira, apontando semelhanças e diferenças em relação a outras variedades nacionais, é importante ter em mente que nenhuma língua é uniforme. Ao contrário, no interior do que se designa, por exemplo, “português brasileiro”, “português europeu” ou “português angolano”, há uma série de nuances motivadas por razões sociais, geográficas, históricas, situacionais, além das advindas do meio de expressão (oral ou escrito).

Em relação ao português brasileiro, o conhecimento de que há uma “diversidade na unidade” só foi possível graças ao trabalho minucioso de recolha de diferentes *corpora*, quer os mais impressionísticos, quer os constituídos com um rigor metodológico. Essas amostras permitiram a realização de estudos, sob diferentes perspectivas teóricas, que desvendaram as particularidades léxico-semânticas, fonético-fonológicas e morfossintáticas de determinadas subamostras do português brasileiro em seus mais diversos registros.

Dentre as diversas teorias que trouxeram a lume as faces do português brasileiro, merecem destaque a Sociolinguística e a Dialetoлогия, uma vez que ambas partem do princípio de que as línguas não são homogêneas e de que as pesquisas

1 Ressalta-se que, anteriormente, no início do século XIX, o Visconde de Pedra Branca, referiu-se à língua portuguesa falada no Brasil como “o dialeto brasileiro”.

devem se pautar não apenas em informações linguísticas, mas, de forma basilar, em informações sobre o contexto sócio-histórico-cultural e o geográfico, que, de certa maneira, moldam a fala dos utentes da língua.

Nessa perspectiva, sobressai a relevância dos estudos publicados neste livro, pois, dada as proporções continentais do Brasil e a imensa área do que se compreende por sua região Nordeste, é importante que sejam divulgados os resultados de estudos que tomam por base amostras constituídas nessa área, contribuindo para que venha a público o entendimento das características das múltiplas variedades que caracterizam a variedade brasileira na sudiversidade regional e sócio-histórico-política.

Este é um livro que focaliza a fala nordestina, considerando as contribuições dos dois principais modelos teórico-metodológicos que tratam da heterogeneidade linguística do português brasileiro – a Sociolinguística e a Dialetologia –, as quais têm como foco de estudo a descrição e a sistematização da heterogeneidade da língua. Esses dois ramos da Linguística diferenciam-se entre si por questões de prioridades, pois, enquanto, no primeiro, a ênfase está na explicação do funcionamento da língua em relação a fatores sociais e linguísticos, procurando explicitar as regras que levam à existência de variantes linguísticas; no segundo, busca-se descrever os limites espaciais entre formas variáveis de se usar os sistemas linguísticos. A partir do diálogo entre essas duas vertentes, tem se constatado o quanto que é complexo trabalhar com o conceito de isoglossas, haja vista que os dialetos podem se diferenciar entre si, não em relação à presença ou à ausência de uma variante, mas também devido a frequências diferenciadas de ocorrências.

Os sete capítulos que compõem esta coletânea, intitulada “A fala nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia”, foram apresentados por participantes de mesas-redondas e debatidos por ocasião do VI *Encontro de Sociolinguística*, que ocorreu nos dias 29 e 30 de setembro de 2016, no *Campus I* da UNEB, cujo tema foi “O português do Nordeste: (para além das) fronteiras linguísticas”. Os textos propiciam a reflexão acerca de temas que explicitam a caracterização das variedades regionais e sociais do português brasileiro.

No capítulo 1, “*Pipa*” e “*amarelinha*” na área do “*falar baiano*” numa perspectiva diageracional, Silvana Soares Costa Ribeiro e Marcela Moura Torres Paim, da Universidade Federal da Bahia, investigam como a linguagem de indivíduos apresenta marcas linguísticas específicas que constroem, mantêm e projetam a sua identidade de faixa etária em inquéritos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, a partir da utilização do léxico. A análise dos inquéritos selecionados buscou estudar a produtividade das denominações para brinquedos e brincadeiras infantis no português falado no Brasil, na área do *Falar Baiano* (NASCENTES, 1953). O trabalho é fundamentado nos princípios da Dialetologia e apresenta um exemplário que contém os depoimentos de informantes do Projeto ALiB, por

meio do qual três aspectos são observados: (1) as questões atinentes à identidade social de faixa etária; (2) as escolhas de cada falante e (3) a sua relação com o léxico específico.

No capítulo 2, *Formas tratamentais no Semiárido Baiano: contribuições para uma configuração diatópico-diacrônica do sistema de tratamento do português brasileiro*, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, Matheus Santos Oliveira e Dayane Moreira Lemos, da Universidade Estadual de Feira de Santana, apresentam uma análise – de acordo com os princípios da Sociolinguística Quantitativa – das formas de tratamento, na posição de sujeito e de complemento, levantadas em amostras de fala do semiárido baiano, onde a língua portuguesa foi incorporando fatos linguísticos comuns em situações de contato entre línguas. Os resultados obtidos são similares aos resultados obtidos a partir das amostras (popular e culta) da zona urbana de Feira de Santana e revelam que o sistema de tratamento em questão, considerando-se a ampla preferência pela forma *você* e a ausência de casos de acusativo conservador *o/a*, é inovador. Além disso, constatou-se que, quando *tu* é empregado, mesmo na norma culta da zona urbana de Feira de Santana, o verbo segue o paradigma de 3ª pessoa.

No capítulo 3, *Aspectos fônicos do Nordeste a partir de dados do ALiB*, Jacyra Mota, da Universidade Federal da Bahia, considera obrigatório iniciar a discussão sobre aspectos fônicos do Nordeste com a referência aos dois fatos linguísticos que, segundo Nascentes (1953 [1922]), estabelecem a distinção entre os falares do Norte e o do Sul, a saber, o timbre das vogais médias pretônicas e a entoação. Assim, a partir das cartas do ALiB, com dados das 25 capitais incluídas em sua rede de pontos, a autora traz resultados de pesquisas sobre esses aspectos, além de abordar também a predominância das realizações não palatalizadas para as consoantes dentoalveolares / t, d, l / diante da vogal alta [i] e das fricativas laríngeas para o rótico em coda silábica, interna ou externa; aspectos esses importantes para a caracterização da região Nordeste. Chamando a atenção para a existência de outros fatos documentados no *corpus* do ALiB, ainda não cartografados, como, por exemplo, a presença das variantes africadas palatais [tʃ, dʒ], depois de semivogal palatal ([j]), a autora ressalta, também, a possibilidade de se delinearem subáreas dialetais no Nordeste. Quanto à divisão entre falares do Norte e falares do Sul, os resultados assinalam, principalmente, as diferenças entoacionais.

No capítulo 4, *Fazenda Maracujá: as palavras fracas e as palavras fortes*, Lúcia Maria de Jesus Parceró, da Universidade do Estado da Bahia, apresenta resultados de uma pesquisa realizada em uma comunidade afrodescendente, com ênfase no estudo das atitudes linguísticas. Assim, com base na concepção de que uma variante linguística carrega um conjunto de valores socioculturais, agregados

às formas linguísticas, foram observadas as crenças, as atitudes preconceituosas materializadas na linguagem, produzidas dentro e fora da comunidade, que, de certa forma, podem contribuir para a estigmatização daquela comunidade.

No capítulo 5, *Do presente para o passado: os caminhos da constituição do Banco de Dados do NELP/UEFS em busca da configuração sócio-histórica da língua portuguesa nos sertões baianos*, Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, Norma Lucia Fernandes de Almeida, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, Silvana Silva de Farias Araújo e Priscila Starline Estrela Tuy Batista, da Universidade Estadual de Feira de Santana, abordam a constituição do banco de dados do Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), iniciado na década de 1990, tendo em vista a seguinte agenda de trabalho do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB): a constituição de *corpora* diacrônicos para estudo das vertentes popular e culta da língua. Discutem as especificidades dos textos orais – que consistem em gravações de fala de comunidades rurais do semiárido baiano e da área urbana de Feira de Santana – e de textos escritos, a maior parte documentação epistolar, de escreventes de baixa, média e alta escolaridade. São produtos, respectivamente, do projeto *A língua Portuguesa no Semi-árido Baiano* e *Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro*, que estudam o processo de formação histórica do português brasileiro, com amplo contato linguístico de populações de origem portuguesa, indígena e africana.

No capítulo 6, *Percepção e atitudes linguísticas em relação às africadas pós-alveolares no Brasil*, Raquel Meister Ko. Freitag e Adelmileise de Oliveira Santos, da Universidade Federal de Sergipe, discutem o comportamento variável na realização de /t/ e /d/ (oclusiva ou africada pós-alveolar), o que sugere não só distinção dialetal, mas também distinção sócio-estilística. O estudo foi realizado no âmbito do projeto “Como o brasileiro acha que fala? Estudos contrastivos de variação e identidade no português falado no Brasil” (Universal CNPq 2013), no qual se busca contribuir para o desvelamento dos componentes cognitivo e ideológicos das atitudes linguísticas ante a variação das oclusivas [t, d] *versus* africadas [tʃ] e [dʒ] em Sergipe, por meio de teste de percepção do tipo *verbal guise*, que visa identificar atitudes inconscientes dos sujeitos em relação à língua. Ao ampliar as investigações para além do nível descritivo da Sociolinguística, adentrando nos domínios da maneira pela qual as atitudes e os julgamentos linguísticos afetam o processo de constituição da identidade pela língua e pelo discurso, o estudo pode contribuir para ações de planejamento linguístico de conscientização e respeito, bem como para propostas de ensino do português como língua materna ou como língua para estrangeiros, na medida em que propicia o contato com valores associados à língua.

No capítulo 7, *Um caminho para novas políticas linguísticas das variedades do português brasileiro*, Ricardo Nascimento Abreu, da Universidade Federal de Sergipe, destaca que, apesar do fortalecimento dos estudos em políticas linguísticas no Brasil, grande parte das pesquisas acadêmicas e das ações do poder público estão voltadas para a defesa das minorias linguísticas, compostas majoritariamente por falantes de línguas indígenas e de imigração. Por outro lado, apesar de serem abundantes os estudos sociolinguísticos que se debruçam sobre as questões das variedades do português brasileiro, ainda são escassas ou inexistentes as ações do Estado no sentido de elaboração de políticas que visem ao combate da discriminação intralinguística, bem como às discriminações por motivos étnicos ou de origem que se materializem através da estigmatização linguística. Assim, o autor discute uma agenda de tratamento para as variedades menos prestigiadas da língua portuguesa, com vistas ao seu reconhecimento estatal, adotando como pontos de partida as possibilidades hermenêuticas das normas constitucionais, bem como a política do Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL.

Diante da diversidade dos temas abordados no livro, consoante a aspectos lexicais, fônicos, morfossintáticos e sócio-históricos, além da diversidade teórica e das distintas filiações dos autores dos capítulos, esperamos contribuir para a avaliação sobre o que se sabe, até então, sobre o falar nordestino, registrando-o e colaborando para a realização de estudos futuros. Nesse sentido, as organizadoras ficarão muito satisfeitas se a leitura dos capítulos estimular a realização de novas pesquisas, não só sobre a área dialetal focalizada neste livro, mas a de regiões diversas, de modo que o entendimento sobre o português brasileiro seja enriquecido.

As organizadoras

Conteúdo

“Pipa” e “amarelinha” na área do “falar baiano” numa perspectiva diageracional	17
<i>Silvana Soares Costa Ribeiro, Marcela Moura Torres Paim</i>	
Formas tratamentais no semiárido baiano: contribuições para uma configuração diatópico-diacrônica do sistema de tratamento do português brasileiro	39
<i>Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, Matheus Santos Oliveira, Dayane Moreira Lemos</i>	
Aspectos fônicos do Nordeste a partir de dados do ALiB.....	59
<i>Jacyra Mota</i>	
Fazenda Maracujá: as palavras fracas e as palavras fortes	75
<i>Lúcia Maria de Jesus Parceró</i>	
Do presente para o passado: os caminhos da constituição do banco de dados do NELP/UEFS em busca da configuração sócio-histórica da língua portuguesa nos sertões baianos	89
<i>Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, Norma Lucia Fernandes de Almeida, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, Silvana Silva de Farias Araújo, Priscila Starline Estrela Tuy Batista</i>	

Percepção e atitudes linguísticas em relação às africadas pós-alveolares em Sergipe	109
--	-----

Raquel Meister Ko. Freitag, Adelmileise de Oliveira Santos

Um caminho para novas políticas linguísticas das variedades do português brasileiro	123
--	-----

Ricardo Nascimento Abreu

“Pipa” e “amarelinha” na área do “falar baiano” numa perspectiva diageracional

Silvana Soares Costa Ribeiro
(Universidade Federal da Bahia)

Marcela Moura Torres Paim
(Universidade Federal da Bahia)

Introdução

O léxico de uma língua desempenha papel importante como indicador da variação linguística, podendo-se, assim, encontrar nesse campo a exibição da variedade de cunho regional e sociocultural que se esboça no português brasileiro, reconhecendo a importância do tratamento de aspectos lexicais do português do Brasil.

Situado na esfera dos estudos lexicais, este trabalho examina como a linguagem de indivíduos tem traços linguísticos específicos responsáveis pela construção, manutenção e projeção da identidade social de faixa etária por meio da utilização do léxico como fator diageracional dos indivíduos no grupo etário do qual estão inseridos. Este trabalho se justifica pelo fato de o léxico possibilitar a observação da leitura que uma comunidade faz de seu contexto e a preservação de parte da memória sócio-histórica e linguístico-cultural da comunidade, além de permitir o registro e a documentação da diversidade lexical e geolinguística do português falado no Brasil.

O termo identidade, aqui utilizado, é concebido como “identidade social” que, segundo Ochs (1993, p.288), deve ser entendido “como um termo que pode abranger uma gama de *personae* sociais que um indivíduo pode reclamar para si ou atribuir aos outros ao longo da vida”, não sendo, portanto, fixa nem categórica. A análise dos inquéritos selecionados teve o intuito de estudar os itens lexicais presentes no repertório linguístico de informantes da faixa I (18-30 anos) e da faixa II (50-65 anos), relativos ao campo léxico dos brinquedos e brincadeiras infantis, focalizando, especificamente, os itens *pipa* e *amarelinha* recolhidos a partir da aplicação do Questionário Semântico Lexical do Projeto ALiB - Seção Jogos

e diversões infantis – (COMITÊ 2001, p. 34 e 35). Objetiva-se com o trabalho apresentar um novo olhar sobre os dados coletados e tratados por Ribeiro (2012), desta feita sob a ótica da variação diageracional, aspecto não abordado sistematicamente pela autora na obra. Trata-se de pesquisa fundamentada nos princípios da Dialetologia e da Geolinguística Pluridimensional Contemporânea.

A análise do *corpus* permitiu a identificação da diversidade lexical do português falado no Brasil, analisada numa perspectiva pluridimensional que reflete não só a pluralidade de usos diatopicamente demarcada, mas também socialmente diversificada.

1 A relação estreita entre léxico, sociedade e cultura

O entendimento da relação estreita existente entre o léxico, a sociedade e a cultura exige a consideração, por um lado, de que a língua tem suas características concretas, de uso, no mundo; e, por outro lado, direciona a observação de como seus usuários se situam e se relacionam com a sociedade na qual estão inseridos. Nessa perspectiva, vale lembrar, conforme assinala Marcuschi (2004), que a língua é um fenômeno heterogêneo, variável, indeterminado sob o ponto de vista semântico e sintático e que está situado em contextos concretos, tais como o texto e o discurso. Esse caráter dinâmico encontra um campo para aumentar as fronteiras do domínio do repertório linguístico de muitas sociedades no nível lexical. É justamente nesse nível de análise da língua que pode haver construção, projeção e manutenção da maneira como os falantes concebem o mundo no qual vivem, bem como a sua interação com todas as esferas da sociedade, adequando-se aos mais variados contextos das situações comunicativas.

Assim, cada indivíduo codifica o universo através de seus sistemas de valores, sua visão de mundo, sua ideologia e suas práticas sociais e culturais. O léxico é um reflexo da relação entre todos esses elementos. Nesse sentido, ao detectar um fenômeno de variação, as perguntas que aparecem de forma imediata, em qualquer nível linguístico, são relacionadas ao porquê e à sua origem. Para responder a tais questões, estudiosos da língua requerem auxílio de disciplinas como a Dialetologia ou a Sociolinguística porque é habitual que haja fatores extralinguísticos implicados na variação: fatores como a geografia (variação geográfica), a história (variação histórica) ou a situação comunicativa, em seu sentido mais amplo (variação estilística). Todos esses fatores podem ser responsáveis ou explicar muitos casos de variação linguística.

Conforme Mota e Cardoso (2006), o grande desafio da Dialetologia Contemporânea é manter-se eminentemente diatópica e poder revelar as faces da variação diageracional, diagenérica e diastrática. Sobre o tema, Margotti (2008) também afirma que essa nova orientação da Dialetologia apresenta os dados horizontalmente, mas também inscritos verticalmente, no eixo sociolinguístico.

Tendo em vista esse aspecto, é possível chegar ao seguinte questionamento: o que é que se busca ao estudar a variação lexical? Nessa perspectiva, retoma-se o pensamento de Oliveira (2008) relativo ao fato de que a variação lexical objetiva explicar o uso alternante de certas formas léxicas em condições linguísticas e extralinguísticas determinadas, podendo-se buscar identificar o léxico característico dos diferentes grupos sociais como, por exemplo, o léxico de faixa etária, de profissão etc.

Visualiza-se que o léxico de uma língua é um instrumento de produção cultural e, ao mesmo tempo, seu reflexo. Afinal ele constitui um espaço privilegiado do processo de produção, acumulação, reiteração, transformação dos sistemas de valores, visão de mundo, ideologia e práticas sociais e culturais de um grupo humano. Nesse sentido, o léxico de uma língua envolve o conjunto de signos linguísticos através dos quais o homem não só se expressa, mas também cria novos conhecimentos e/ou assimila conhecimentos que outros homens criaram, não só na sua civilização como também em outras civilizações (BIDERMAN, 2001). Por isso, as categorizações e suas denominações linguísticas com algum item lexical podem ser diversificadas, devendo, portanto, ser analisadas em seus contextos etnográficos, seus cenários, seus personagens e assim por diante.

O léxico de uma língua é composto da totalidade das palavras que ela possui, permitindo a verificação do grau de desenvolvimento social de um povo, a partir do momento em que mostra a quantidade e o tipo de conhecimentos que ele detém, por isso é possível dizer que o léxico é influenciado externamente por meio da cultura. Nessa perspectiva, a referida autora comenta que as palavras se mantêm, do ponto de vista semântico, abertas e com limites indefinidos, afinal a cada novo contexto, os falantes se deparam com o desafio de redefinir o sentido de uma determinada palavra em uso. Na construção do texto falado, por exemplo, os falantes estão constante e conscientemente empenhados na mútua compreensão e nos objetivos da comunicação.

Com o intuito de produzir os sentidos desejados, o falante vai explicitando – em função do conhecimento que ele tem do interlocutor e das reações e intervenções linguísticas e paralinguísticas deste – o processo de seleção lexical, na tentativa de construir com ele uma proposta de compreensão. Assim, é válido mencionar que a seleção lexical não é uma tarefa unilateral do falante na procura da melhor formulação para transmitir a sua informação ao ouvinte. Ela consiste, pois, no trabalho do falante, determinado pelo ouvinte, em construir o sentido dos enunciados.

Dessa forma, os sentidos são construídos em função de um fazer interpretativo do ouvinte. Também, do lado desse, não se verifica uma atuação isolada por meio da qual lhe caberia inferir de forma individual um conteúdo remetido pelo falante. Assim, o processo da seleção lexical, particularmente na construção do texto falado, se explica e se estende neste fazer convergente de produzir sentidos e

construir a compreensão conforme contexto comunicativo, já que, para se conhecer a significação de uma palavra, é preciso saber utilizá-la num discurso, afinal a significação é interacional, pois o entorno em si mesmo exerce um papel na determinação do que designam as palavras de um locutor ou de uma comunidade.

Desse modo, o conhecimento lexical não se concretiza na forma de uma lista de itens e sim na forma de uma rede de relações. E no interior dessa rede não existe isolamento e sim distribuição do conhecimento, afinal o léxico é um todo em que os elementos se incorporam com a cultura e as ações ali praticadas. Essa distribuição do conhecimento é essencial e fundamental, pois sem isso, não existiria compreensão intersubjetiva. Logo, é possível dizer que o léxico em funcionamento na língua é uma questão de conhecimento distribuído.

Como produtores de discurso, os falantes encontram-se diante de opções sobre como utilizar uma palavra e como expressar um significado através das palavras, e como intérpretes sempre se deparam com decisões sobre como interpretar as escolhas que os produtores fizeram (que valores atribuir a elas). Afinal, a relação das palavras com os significados é de muitos para um e não de um para muitos, em ambas as direções, havendo sempre maneiras alternativas de significar – de atribuir sentido a – domínios particulares de experiência, o que implica interpretar de uma forma particular, de uma perspectiva teórica, cultural ou ideológica particular. Perspectivas distintas sobre os domínios da experiência implicam maneiras diferentes de expressar essas experiências.

Assim entendendo, é possível observar, como expõe Cardoso (2012), que a Geolinguística Pluridimensional pode retratar a frequência e a distribuição de um fenômeno num dado espaço, além de considerar que os dados semântico-lexicais se inserem na atividade discursiva intersubjetiva; em outras palavras, eles fazem parte da atividade linguística de sujeitos em interlocução. Dessa forma, essa Geolinguística contemporânea vê na utilização do léxico um instrumento que lhe possibilita o estabelecimento de estratificações diatópicas conforme os fatores sociais enfocados, em especial, como enfatiza esta pesquisa, a variação diageracional, revelando a seleção lexical dos informantes de acordo com a faixa etária a que pertencem, demonstrando a identidade social de faixa etária.

1.1 Jogos e diversões infantis: cultura e memória

Para este estudo, a escolha do campo léxico *jogos e diversões infantis* deveu-se, sobretudo, à importância que os brinquedos e as brincadeiras infantis possuem na formação cultural e social dos indivíduos. As atividades lúdicas favorecem a descrição da cultura de um povo, revelando crenças e tradições.

O léxico referente aos brinquedos e brincadeiras infantis é extremamente rico e diversificado. A origem das atividades lúdicas e dos artefatos utilizados para

brincar tem registros diversos. Consta como uma herança europeia, atribuída ao colonizador português e aos outros povos imigrantes, mas também aos povos provenientes da África no período da escravidão e também ao nativo indígena. A difusão dos brinquedos e brincadeiras infantis pelo Brasil não é alvo deste trabalho, embora se constitua em instigante área de estudo.

Brinquedos são objetos de divertimento infantil, utilizados desde a antiguidade e que possuem evolução contínua. São artefatos construídos de diversos materiais (barro, tecido, papel, vidro, pedras etc.), podendo ser artesanais ou industrializados. Existem brinquedos tradicionais como as pipas, os piões, as bolas, os jogos de tabuleiro, as brincadeiras em equipe e os mais modernos como os jogos utilizados em computador. Alguns jogos e diversões infantis (brincadeiras) são elaborados e difundidos com fins pedagógicos.

Objetivando estudar o campo léxico dos jogos e diversões infantis e conhecer melhor as brincadeiras e jogos da tradição infantil e também os brinquedos, empreendeu-se pesquisa sobre o tema, tanto na perspectiva da Pedagogia, quanto na área de folclore e suas tradições.

Definir ‘brincadeira’, ‘brinquedo’ e ‘jogo’ para a Pedagogia e para a Antropologia é tão difícil como definir ‘palavra’ para a linguística.

Sobre a definição de ‘brincadeira’, têm-se de acordo com Cascudo (1954) a descrição em verbete único. ‘Brinquedo’ e ‘brincadeira’ para o autor são sinônimos de:

[...] jogos de rodas, divertimentos tradicionais infantis, cantados, declamados, ritmados ou não, de movimento, etc. Brinquedo é ainda o objeto material para brincar, carro, arco, boneca, soldados. Também dirá a própria ação de brincar. Brinquedo de dona de casa, de cabra-cega, de galinha-gorda (dentro d’água), de chicote queimado. [...] Os brinquedos em roda são quase todos cantados e a influência portuguesa é preponderante ou ainda sensível. (p.120-121).

Para o autor as brincadeiras dificilmente desaparecem e são constantes sociais, transmitidas oralmente, “abandonadas em cada região e reerguidas pela outra, numa sucessão ininterrupta de movimentos e de canto, quase independente da decisão pessoal ou do arbítrio administrativo” (CASCUDO, 1954, p. 121). (grifo nosso).

Gilles Brougère (2010), antropólogo francês que se dedica ao estudo dos brinquedos e das brincadeiras, diz que os brinquedos podem ser definidos de duas maneiras, tanto em relação à brincadeira, quanto em relação a uma representação social. “Brinquedo é um objeto que a criança manipula livremente, sem estar condicionado às regras ou a princípios de utilização de outra natureza” (p. 66). Para diferenciá-lo de jogo propõe:

O brinquedo é um objeto infantil e falar em brinquedo para um adulto torna-se sempre, um motivo de zombaria, de ligação com a infância. O Jogo, ao contrário, pode ser destinado tanto à criança quanto ao adulto: ele não é restrito a uma faixa etária. Os objetos lúdicos dos adultos são chamados exclusivamente de jogos, definindo-se, assim, pela sua função lúdica. (p. 13).

Para a definição de jogo, brincadeira e brinquedo, Kishimoto (2011, p.15-19) diz que “Tentar definir o jogo não é tarefa fácil” e considera para tanto o uso que se faz do jogo, interrogando se “É diversão ou material pedagógico? [...] A variedade de fenômenos considerados como jogo mostra a complexidade da tarefa de defini-lo. [...]. Em verdade, é difícil separar *jogo*, *brinquedo* e *brincadeira*”.

Ao final da argumentação, em que considera o envolvimento de cultura, Pedagogia e Psicologia, define *brinquedo* (educativo) como o elemento que conjuga uma função lúdica (aquele que propicia diversão e prazer) a uma função educativa (aquele que ensina qualquer coisa que complete o indivíduo em seu saber) e *brincadeira* como um processo metafórico relacionado a comportamentos naturais e sociais (atividade humana em coletividade). (KISHIMOTO, 2011, p. 38-41).

A história dos brinquedos e brincadeiras está diretamente ligada à história da infância. Sabe-se que os brinquedos fazem parte da humanidade, refletindo as relações culturais, políticas e econômicas travadas na sociedade, e remetendo a questões da realidade específica da criança. Os estudos do historiador Philippe Ariès (1975, p. 7-15) tratam das diferentes visões de infância ocorridas ao longo da história, partindo da ideia de que até o fim do século XVIII não havia conhecimento de nenhuma concepção teórica que afirmasse que a criança era um ser social distinto. Àquela época os brinquedos eram confeccionados dentro de casa, pelas próprias famílias (bonecas de pano, piões, estilingues) ou então nas oficinas de artesãos (carrinho de madeira, soldadinhos de chumbo). A produção de brinquedos industrializados inicia-se no final do século XIX.

Sobre a história dos brinquedos e brincadeiras no Brasil, Cascudo (1954) registra que as brincadeiras e os brinquedos brasileiros têm origem em Portugal. Declara não ter conhecimento de “registro” para brincadeiras africanas. Sobre os índios, retoma referência a textos de cronistas coloniais para se referir à “aparelhagem para matar peixes nos rios” ou “arcos e flechas para matar passarinhos”, afirmando que tais depoimentos não são suficientes para conclusões em torno do tema. “Ignoramos a verdadeira participação africana e indígena nos brinquedos dos meninos brasileiros da época colonial. A mais alta percentagem dos brinquedos é europeia.” (p. 121).

A partir do século XIX, com a revolução industrial, os brinquedos deixam de ser o resultado de processos domésticos de produção (criação de brinquedos artesanais) e passam a ser comercializados (produção em série). Dessa forma, os brinquedos trazem sempre a imagem do seu tempo. Independentemente de sua

forma de produção, tanto um *estilingue* quanto um *videogame* servem de suporte para uma determinada brincadeira e vão sempre conservar o seu caráter de brinquedo. Do ponto de vista de quem brinca, o brinquedo pode ser qualquer objeto utilizado como suporte para a brincadeira.

Sobre a cultura lúdica, retoma-se Brougère (2010) que, tendo estudado os brinquedos a partir de sua dimensão cultural, entende a brincadeira como o lugar em que a criança traduz e recria as imagens daquilo que ela vive a partir das suas interações com o mundo (brincar de casinha, caçar e matar passarinhos, por exemplo). E, assim, ele afirma que a cultura lúdica é um conjunto de procedimentos que permitem tornar a brincadeira possível e que “ela não está fechada em torno de si mesma; ela integra elementos externos que influenciam a brincadeira: atitudes e capacidades, cultura e meio ambiente.” (p. 54).

A brincadeira tradicional infantil, uma das representações folclóricas, baseada na mentalidade popular, expressa-se, sobretudo, pela oralidade, é considerada como parte da cultura popular. Nesse sentido, a brincadeira tradicional é uma forma de preservar a produção cultural de um povo num certo período histórico. Sendo transmitida de geração em geração, ela está sempre em transformação, incorporando criações anônimas das gerações que vão se sucedendo.

Para jogos e brincadeiras infantis, uma lista quase infinita de itens pode ser apresentada. Soltar ou empinar pipas, matar passarinhos com estilingues ou baladeiras, brincar de pega-pega, de esconde-esconde, de passa anel, com bonecas de pano, com piões, com ioiôs, pular amarelinha, são apenas alguns exemplos da riqueza existente na cultura e no folclore brasileiros.

As tradicionais brincadeiras infantis são, muitas vezes, rotuladas de brincadeiras folclóricas, grande parte delas envolve disputas individuais ou em grupos. Possibilitam também a integração e o desenvolvimento social e motor das crianças. Sabe-se que muitas delas existem há décadas ou até séculos. Sofrem modificações (de nomenclatura, de formas de execução/realização) de acordo com a região e a época, mas, em essência continuam as mesmas da origem. Alguns autores rotulam certos jogos e brincadeiras infantis de “clássicos”, uma tentativa talvez de associá-las na atualidade às praticadas desde a Idade Média.

Para a manutenção da cultura folclórica, é importante que as brincadeiras infantis sejam documentadas e preservadas. A escola tem papel fundamental nessa tarefa de grande importância para a consecução de objetivos de preservação da memória do brincar no país.

1.2 A identidade social de faixa etária por meio do léxico

Com o objetivo de refletir acerca da identidade social de faixa etária, foi usada a postulada Teoria Social do Discurso por Fairclough em *Discurso e Mudança*

Social (2001). Conforme o referido autor, o discurso é um modo de ação, uma maneira com que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também uma forma de representação, ou seja, é uma prática de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. Tal prática revela, dentre os aspectos relativos aos efeitos construtivos, a construção, a manutenção e a projeção de identidades sociais. Nesse sentido, pode-se constatar que o discurso é o local onde as identidades sociais são evidenciadas.

Como expõe Paim (2007), apesar de não ser uma temática preferencial para a área, as questões de identidade social têm sido pesquisadas também no âmbito da linguística. Com o intuito de enfatizar o enfoque de identidade social adotado neste trabalho no que se refere a essas abordagens, foi tomado como parâmetro o trabalho de Hoffnagel (1999), considerado como exemplar para este tema. Focalizando uma perspectiva de análise na sociolinguística interativa, Hoffnagel, (1999, p.81) comentando Ochs (1993), expõe que:

[...] a identidade social é formada de uma gama de *personae* sociais que pode ser invocada ou atribuída ao longo da vida, não sendo, portanto, fixa nem categórica, pois um indivíduo pode evidenciar aspectos diferentes como faixa etária, sexo, profissão, etc, dependendo de com quem se está interagindo e da situação comunicativa na qual se encontra.

Neste estudo, considera-se o conceito de identidade como um conceito complexo e tratado de diversas maneiras nos diferentes ramos das Ciências Sociais, assumindo a posição de Hoffnagel (1999), que a define como um termo guarda-chuva para cobrir uma gama de *personae* sociais que pode ser invocada ou atribuída no curso da vida e que nota que a identidade de um indivíduo particular é composta por múltiplos elementos ou atributos emergentes na interação social. Por meio dessa expressão, as identidades sociais podem ser construídas, mantidas e projetadas.

Refletindo sobre o discurso, na perspectiva da faixa etária, é possível afirmar, segundo Preti (1991), que a linguagem dos indivíduos de faixa etária mais avançada, em geral, apresenta marcas específicas que podem ser vislumbradas nos campos prosódico, sintático, léxico e, sobretudo, discursivo ou conversacional. É justamente nesses últimos campos – léxico, discursivo ou conversacional – que será focalizado o estudo da variação diageracional por meio do léxico.

Conforme o referido autor, a linguagem desse grupo pode ser visualizada em três perspectivas que mantêm pontos de ligação e não são estáticas: a de caráter cultural, social e psicológico individual.

Na perspectiva de caráter cultural, existe a concepção de que os idosos devem ter um papel específico na sociedade em que vivem, de acordo com a tradição

cultural a que pertencem; na segunda perspectiva, a de caráter social, há a visão de que a sociedade possui uma postura em relação aos idosos e, de acordo com ela, processam-se as relações sociais entre os idosos e os demais grupos etários; e por último, na perspectiva de caráter psicológico individual, encontra-se a ideia de que uma pessoa é tão velha quanto imagina ser.

Como expõe Preti (1991), a linguagem dos idosos pode conter interferência de fatores naturais, psicofísicos (maior lentidão das reações na comunicação ativa ou receptiva, os problemas de audição e memória) e de outros de natureza socio-cultural, como, por exemplo, a situação estigmatizada dos velhos na sociedade contemporânea, o que lhes acarreta uma insegurança manifestada em todos os atos de sua vida e, muito particularmente, no seu discurso.

No entanto, essas variações dos processos de repetição e as autocorrekções – que interferem na fluência do discurso de pessoas mais velhas – são mecanismos estratégicos que elas utilizam para compensar problemas de disfluência presentes no nível prosódico e para os quais esses falantes não têm solução; assim, tais recursos permitem aos idosos sustentar o andamento da conversa, isto é, apesar de tudo, seu discurso é levado adiante, pois, em geral, as características peculiares à fala das pessoas mais maduras, nos diferentes níveis de análise, mostram que a comparação entre essa linguagem e a dos falantes mais jovens revela muito mais a intensificação das características comuns a ambos, do que propriamente nos traços específicos.

Dessa forma, é possível dizer que embora haja algumas marcas lexicais do tempo, na fala das pessoas mais velhas especialmente, nem por isso essa linguagem se tornou ininteligível aos mais jovens, afinal os próprios idosos se encarregam de buscar artifícios para explicar os arcaísmos, as expressões formulaicas fora de uso, a gíria de seu tempo. E são esses artifícios que constituem precisamente as marcas mais expressivas da linguagem desse grupo social.

Por meio do léxico, em vocábulos, em formas de tratamento (um dos índices sociolinguísticos mais expressivos, para evocar as relações sociais entre falante/ouvinte), em expressões formulaicas (frases-feitas, provérbios, refrões, expressões que, muitas vezes, remontam à sua infância e a melodia e a rima que, não raro, as acompanham, favorecem a permanência na memória), relacionadas com sua época, as informações sobre o passado podem transparecer constantemente no discurso dos idosos.

Nessa perspectiva, Isquierdo (1996) ressalta que o léxico de uma língua tem uma relação muito forte com a história cultural da comunidade, uma vez que registra as distintas modificações que aconteceram na sociedade e sobre as quais assim se expressa:

[...] o conjunto de vocábulos que integra o universo lexical de uma língua, por reproduzir a visão de mundo, o patrimônio cultural dos falantes e

por testemunhar a vida, a história e a cultura de um grupo em diferentes fases de sua história, fornece marcas da identidade desse grupo. A forma de usar a língua, particularmente a de escolher as palavras, revela aspectos da maneira de pensar e de agir de um indivíduo/grupo, além de fornecer índices da origem geográfica e da classe social do falante. (ISQUERDO, 2003, p. 178)

Tal pensamento também está presente em Fiorin (2000), que lembra que o léxico de uma língua é constituído da totalidade das palavras que ela possui, consideradas do ponto de vista das invariantes semânticas, independentemente da função gramatical que exercem na oração. Além disso, possibilita verificar o grau de desenvolvimento social de um povo, pois mostra a quantidade e o tipo de conhecimentos que ele detém. É reflexo da vida sócio-econômico-cultural de um povo e, portanto, contém a cristalização de sua vida material e espiritual.

Uma das formas de registrar o léxico é por meio dos estudos geolinguísticos, que possuem como produtos finais os atlas linguísticos, os quais permitem o mapeamento linguístico através de cartas linguísticas que podem proporcionar uma comparação posterior de dados. No que se refere ao léxico, os estudos geolinguísticos registram as variantes semântico-lexicais utilizadas para denominar um conceito num espaço geográfico que pode evidenciar influências socioculturais, históricas dos indivíduos de uma determinada escolaridade, região, de sexo e faixa etária específicos.

No sentido de valorizarem seu tempo, ou de se mostrarem integrados na sociedade em que vivem, as pessoas mais velhas selecionam o inusitado de suas narrativas em função das necessidades da interação verbal, considerando os próprios valores e os do ouvinte ou audiência. Enfim, esclarece Preti (1991) que, buscando, no arquivo da memória, fatos para ilustrarem suas ideias, os indivíduos de faixa etária mais avançada vão acumulando uma preciosa documentação da longa “viagem no tempo”, a que costumam entregar-se durante a conversação, denunciando, também, por meio do uso de itens lexicais, a sua identidade social de faixa etária.

2 Metodologia adotada para a investigação

Antes de examinar os dados, faz-se necessário aclarar algumas questões concernentes aos procedimentos metodológicos norteadores do trabalho. No subitem 2.1, estão arrolados dados gerais do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, o *corpus* da pesquisa, dando informações sobre o questionário (recorte campo léxico: jogos e diversões infantis e aplicação), as localidades pesquisadas e os informantes selecionados.

2.1 O Projeto ALiB

O Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB) tem por meta a realização de um atlas geral do Brasil no que diz respeito à língua portuguesa. Trata-se de um projeto de caráter nacional e em desenvolvimento desde 1996. Nele estão envolvidas, hoje, 16 universidades brasileiras signatárias de um convênio de cooperação interinstitucional firmado entre as instituições.

Para concretizar o desejo de produzir o Atlas Linguístico do Brasil, os pesquisadores constituíram um Comitê Nacional, responsável por gerenciar as atividades do empreendimento, tendo como uma de suas metas manter a unidade teórico-metodológica do projeto e garantir a execução das atividades de modo conjunto e coordenado.

O Projeto ALiB privilegia o estudo da variação espacial ou diatópica, não deixando, entretanto, de considerar a variação social. Documenta-se a fala de diversos informantes em contextos de fala específicos (conversa com perguntas e respostas, relatos de situações pessoais e leitura de texto), de modo a permitir estudar a variação diafásica, a variação diageracional, a variação diassexual e a variação diastrática.

O ALiB fundamenta-se nos princípios gerais da Geolinguística contemporânea, com a meta de mapear o Brasil com base em dados coletados em 250 pontos, representativos de todas as regiões, e recolhidos *in loco* a 1.100 informantes, distribuídos equitativamente por duas faixas etárias — 18 a 30 anos e 50 a 65 anos —, pelos dois sexos e, nas capitais de Estado, em número de 25 (as capitais Palmas, Estado de Tocantins, e Brasília, Distrito Federal, se excluem por questões metodológicas em virtude de serem cidades recém-criadas), por dois níveis de escolaridade — fundamental e universitário —, ficando os demais pontos da rede com apenas informantes do nível fundamental.

Ao se concluir a recolha de dados da rede programada, algumas considerações iniciais já podem ser feitas sobre áreas dialetais brasileiras. Nesse sentido, apresentam-se neste trabalho, de forma ilustrativa, resultados obtidos por Ribeiro (2012), ao descrever o *Falar Baiano*, que mostram a diversidade de usos vinculada a áreas específicas, mas também relacionada a fatores sociais.

Nesta pesquisa, consideram-se fatos relacionados à diversidade diatópica e a diferenciação diageracional, não se incluindo, para esse momento, a diferenciação diagenérica ou a diastrática, embora, no levantamento e análise dos dados, essas variáveis sociais tenham sido controladas sistematicamente.

2.2 O *corpus* de trabalho

O *corpus* deste trabalho é extraído da base de dados de Ribeiro (2012), para o qual o ponto de partida foi os dados do Questionário Semântico

Lexical - QSL, área semântica: jogos e diversões infantis, (COMITÊ... 2001, p. 34 e 35).

No questionário semântico lexical QSL do ALiB, encontra-se o campo léxico *jogos e diversões infantis*, composto por 13 (treze) perguntas, sendo quatro delas interligadas em seu conteúdo, a saber: 158 e 159 (pipa/papagaio de papel e a variante elaborada sem varetas) e 162 e 163 (brincadeira em que uma criança procura alcançar as outras, antes que se chegue a um local combinado e o nome do local combinado). Seguem indicados os números das perguntas e os itens buscados: 155 – cambalhota; 156 – bolinha de gude; 157 – estilingue; 158 – papagaio de papel/pipa; 159 – pipa/arraia; 160 – esconde-esconde; 161 – cabra-cega; 162 – pega-pega; 163 – ferrolho/salva/picula/pique; 164 – chicote-queimado/ lenço atrás; 165 – gangorra; 166 – balanço; 167 – amarelinha.

Optou-se por organizar os jogos e diversões infantis presentes no Questionário ALiB, em dois grupos distintos. O grupo (i), denominado *brincadeiras e jogos tradicionais*, engloba jogos infantis tradicionais, a brincadeira *amarelinha* e, finalmente, a brincadeira *cambalhota*, que não se constitui propriamente num jogo e nem em um brinquedo, mas que, por sua característica de execução, muitas vezes em equipes, foi incluída no grupo. O grupo (ii), denominado *brinquedos* (bola de gude, estilingue, pipa e pipa (sem varetas), gangorra e balanço), engloba brinquedos tradicionais que tanto podem ser confeccionados manualmente (artesanais), quanto industrializados.

Os jogos e diversões infantis, como organizados no Questionário do Atlas Linguístico do Brasil, ficam assim distribuídos: (i) *brincadeiras e jogos tradicionais* – perguntas 155, 160, 161, 162, 163, 164 e 167 e (ii) *brinquedos* (industrializados ou artesanais) – perguntas 156, 157, 158, 159, 165 e 166. Os resultados para as questões 158 e 167 serão abordados posteriormente.

Foram selecionadas 57 localidades pertencentes a 4 das 5 regiões geográficas brasileiras, compreendendo 11 estados da Federação (Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Tocantins). Os pontos escolhidos cobriram todas as áreas circunvizinhas ao *Falar Baiano* descrito por Nascentes (1953), sendo subdivididos em área do *Falar Baiano* (34 localidades) e Área de Controle, como se retrata por meio da Figura 1.

Brinquedos e brincadeiras infantis na área do *Falar Baiano*

Carta 05 - REGIÃO DO FALAR BAIANO E ADJACÊNCIAS
(LIMITE APROXIMADO)

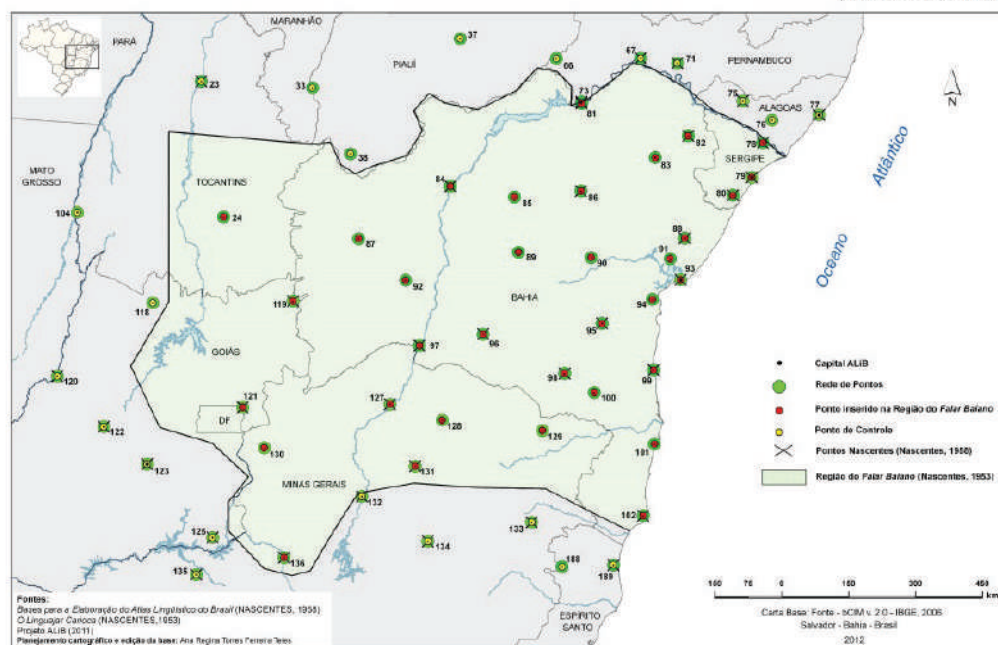


Figura 1 Carta 05 – Região do *Falar Baiano* e adjacências (limite aproximado).

Fonte: RIBEIRO (2012, vol. 2, p. 476).

A amostra foi constituída de 244 inquéritos linguísticos, dos quais se extraíram as respostas às questões 158 e 167 do QSL. A população investigada é composta de 244 informantes (57 localidades, oito inquéritos por localidade do tipo capital de estado e quatro inquéritos por localidade do tipo interior de estado). Os informantes selecionados para a pesquisa atendem a critérios associados às variáveis sociais, que são os mesmos definidos para seleção de informantes para o ALiB.

3 Jogando com os dados: observando as escolhas dos falantes

A análise dos dados fundamentou-se nas respostas coletadas com a aplicação de duas questões do QSL, área semântica *jogos e diversões infantis*. Os resultados que se apresentam fundamentam-se em levantamento de dados constantes do *corpus* do Projeto ALiB, especificamente naquele estudado por Ribeiro (2012).

O *brinquedo e a brincadeira infantil* destacados para análise têm boa penetração na área geográfica estudada. Os itens analisados revelaram várias lexias utilizadas pela comunidade linguística em quase toda a área geográfica considerada.

3.1 Pipa

Pipa, arraia, papagaio, suru, cuíca, arara, balão, pião, peixinho, carambola, avião, pandorga, cafifa... São inúmeras as lexias conhecidas para nomear uma mesma diversão: soltar ou empinar um brinquedo feito à mão e que voa de verdade. Originada há mais de 2 mil anos na China, a *pipa* foi trazida para o Brasil pelo colonizador português. As *pipas* são “construídas” de diversos modelos, cores e tamanhos, costumam aparecer nos céus do país nos meses de inverno, quando há vento intenso, e os artefatos podem livremente voar pelos céus, sob a regência dos meninos de todas as idades.

Característica marcante do folclore brasileiro, a *pipa*, em suas diversas nomenclaturas utilizadas por todo o país, é tão popular que não se imagina ser o artefato tão antigo e de origem geográfica tão distante. A época de uso do brinquedo é sempre atestada em depoimentos dos informantes.

Ao serem inquiridos sobre “Como se chama o brinquedo feito de varetas cobertas de papel que se empina no vento por meio de uma linha? *Mostrar figura.*” (COMITÊ... 2001, p. 34), muitos dos informantes pesquisados imediatamente informam:

(1) INF. – Tem **pipa**, tem... **arraia**. Chamam de arraia, chama de pipa. [...]

INQ. – É diferente a pipa da arraia?

INF. – Não, é tudo a mesma coisa.

(Inq. 093/08 (Salvador – BA) / Inf.: mulher, faixa etária 2, nível universitário).

(2) INF. – **Pipa**. **Papagaio** também.

INQ. – Qual é o mais comum?

INF. – **Pipa**.

(Inq. 135/01 (Uberlândia – MG) / Inf.: homem, faixa etária 1, nível fundamental incompleto).

A questão 158 foi altamente produtiva e permitiu a obtenção de 425 respostas. A lexia *pipa* ocorreu em 100% das localidades e esteve presente na fala de 194 dos 244 informantes (79,5%). Documentaram-se também: *arraia, papagaio, suru, sura, surucu, cuíca, curica, arara, balão, pião, peixinho, carambola, avião* dentre outras que estão agrupadas em *respostas únicas*.

Pipa tem frequência na amostra de 45,6%, seguida de *arraia* com 26,4%, *papagaio* com 19,3%, *sura/suru/surucu* com 1,9% e as demais ocorrências documentadas correspondem a 6,8% da amostra.

Destaca-se a seguir, em (3), um exemplo em que duas lexias (*papagaio* e *pipa*) estão apresentadas por um dos informantes e se pode perceber a variação diageracional: *papagaio* é lexia utilizada pelos mais velhos e *pipa* pelos mais novos.

(3) INF. – É o **papagaio**. Nós falamos aqui **papagaio, pipa**.

INQ. – Qual que é o nome mais comum?

INF. – Todos, todo, aqui, aqui em Unaí eis (eles) fala muito **papagaio e pipa**.

INQ. – E são iguais? Papagaio e pipa é a mesma coisa?

INF. – É o mesmo caso, mesma coisa. Mais o certo memo é **pipa**, fala mais **pipa**. O povo antigo mais que fala **papagaio**, né, o povo mais velho. Agora, os mais novos não, agora, dessa juventude que vai vindo eles já fala é **pipa**, né.

INQ. – É, mas isso não quer dizer que papagaio esteja errado, né?

INF. – Não, eles fala... o povo antigo falava é **papagaio**.

(Inq. 130/03 (Unaí – MG) / Inf.: homem, faixa etária 2, ensino fundamental incompleto) – grifo nosso.

Ilustra-se, com o depoimento do informante de Maceió (AL/077), exemplo (4), o surgimento de uma forma lexical ainda desconhecida do inquiridor (*índio*, *bandeirinha* ou *bandeirola*) e os esclarecimentos por parte do informante. O exemplo também é adequado para elucidar o uso da lexia no passado “Antigamente era índio, né?”

(4) INF. – Nós chama aqui de... de **índio**.

INQ. – Isso aqui?

INF. – É **índio**. [...]. Eh... É **índio**, mas mas atualmen...

INQ. – Índio?

INF. – É. Atualmente nós chama de **pipa**, agora. [...]. Antigamente era **índio**, né? Soh...Vamo sohtá, sohtá um **índio** na praia? Aí nós ia pa, ia pra praia (inint) subia.

INQ. – Isso mesmo. Não conhecia esse nome não.

INF. – É **índio**. [...]

(Inq. 077/03 (Maceió - AL) / Inf.: homem, faixa etária 1, nível fundamental incompleto) – grifo nosso.

O que se percebe, em muitas das respostas, é que o informante *conhecedor dos brinquedos* se antecipa e fornece as variantes em resposta única e com riqueza de detalhes. Retrata-se o exposto, através da fala da informante jovem de Unaí (MG/130), exemplo (5). No depoimento, para o uso de *pipa* x *papagaio*, tem-se a variação de faixa etária.

(5) INF. – **Pipa**.

INQ. – Tem outro nome?

INF. – **Papagaio**.

INQ. – Qual que é o mais comum?

INF. – **Pipa**.

INQ. – E quem que fala papagaio?

INF. – É esses menino mais novo, meu filho mermo, por exemplo, eles fala. [...].

INQ. – É igual? A pipa e o papagaio são iguais?

INF. – Não. **Papagai**... não, tem o **papagai**, a **pipa** e o ra... é **ratinha**, né. **Ratinha** geralmente é só de papel. A **pipa** é cum...É, cum vareta. E cum a rabiola ainda. A **ratinha** já num tem, só o papel e a linha.

(Inq. 130/02 (Unaí – MG) / Inf.: mulher, faixa etária 1, nível fundamental incompleto) – grifo nosso.

3.2 Amarelinha

A *amarelinha* é uma atividade lúdica praticada por crianças e adultos, que não requer qualquer recurso financeiro e é conhecida em zona rural e urbana. O objetivo da brincadeira é percorrer com um só pé um diagrama desenhado no chão, composto por quadrados numerados, após o lançamento de qualquer objeto (pedrinhas, cacos de telha, cascas de banana) em uma das “casas”. Quem primeiro chegar ao topo do desenho (geralmente nomeado de céu) vence a brincadeira.

Há muitos desenhos previstos para o diagrama, como também muitas regras de execução. Buscam-se, através da questão 167 do QSL, os nomes utilizados para denominar a atividade lúdica e também uma descrição detalhada da brincadeira: características do diagrama, regras de execução, nomes diferentes para a brincadeira quando associada a diagramas diferentes, por exemplo. Assim está formulada a pergunta:

Como se chama a brincadeira em que as crianças riscam uma figura no chão, formada por quadrados numerados, jogam um pedrinha (*mímica*) e vão pulando com uma perna só? Solicitar descrição detalhada (COMITÊ... 2001, p. 35).

(6) INF. – **Amarelinha**.

INQ. – Mas, a senhora conhece como amarelinha mesmo?

INF. – A gente chamava era **macaco**.

INQ. – Pular...?

INF. – **Pular macaco**.

INQ. – Então o desenho tem o jeito do [...]

INF. – É... pular macaco, a gente chamava pular macaco, agora chama amarelinha.

(Inq. 023/04 (Pedro Afonso – TO) / Inf.: mulher, faixa etária 2, ensino fundamental incompleto) – grifo nosso.

A análise estatística das ocorrências permite visualizar que *macaco* é a resposta com maior frequência (39,9%), seguida de *amarelinha* (31,4%), *maré* (9,0%), *maê* e *avião* (5,9% cada), *academia* e *capiçola* (1,6% cada) e *baliza* (1,1%). As *respostas únicas* reunidas somam 3,7%.

Amarelinha, no *corpus* analisado, traz a característica de ser identificada com brincadeira de “meninas”. Embora não seja objeto deste trabalho da descrição da variação diassexual, apresentam-se os exemplos (7) e (8), por meio dos quais se pode observar que a brincadeira era praticada por meninas, fato que foi verificado também na fala de outros informantes do sexo masculino.

(7) INF.- Ah, eu sei, aí é... como é que chama, aqui brinca muito disso, mas isso é só pra menina mulher, homem aqui não brinca com isso não... é... amarelinha parece, não é isso ?

INQ. – É, é isso.

INF. – É, minhas irmãs brincavam disso.

INQ. – É... é disso mesmo. Menino não?

INF. – Não, homem aqui não.

INQ. – É, lá tanto faz.

INF. – No meu tempo não. No meu tempo era custoso porque é o tempo que homem tinha que brincar brinquedo de homem, se não ele virava frozinha. (risos) E no meu tempo mesmo a gente brincava muito pouco, porque mais tinha que trabalhar mesmo pra ajudar o véio.

(Inq. 122/03 (Goiás – GO) / Inf.: homem, faixa etária 2, nível fundamental incompleto) – grifo nosso.

(8) INF. – **Amarelinho.**

INQ. – Sim, o senhor brincou de amarelinho?

INF. – Não, as minha irmãs brincou muito ((rindo)) [...].

INQ. – [...] Bom, agora chama outra coisa...

INF. – Uns chama **amarelinho**, otos chama **macaco**, né?

INQ. – É, eu brinquei de macaco, num brinquei de amarelinho não.

INF. – Não, é porque eles botaro amarelinho é de cehte [certos] anos pra cá, porque minha mãe também dizia que era macaquinho, macaco, macaquinho e eles botaro amarelinho.

INQ. – Então a gente já tá vendo que amarelinho é mais novo, né?

INF. – É mais novo.

(Inq. 091/03 (Santo Amaro - BA) / Inf.: homem, faixa etária 2, nível fundamental incompleto) – grifo nosso.

Destaca-se em (8), além da presença das lexias *macaco* e *amarelinha*, uma referência ao uso no passado *x* o uso no presente, característica também observada em (9).

(9) INF. – A gente chamava aqui... Oh! A gente chamava isso aqui de **macaco**.

INQ. – Era?

INF. – É... **pulá macaco**.

INQ. – Só chamava assim, né?

INF. – Era... Hoje que o pessoal deu o nome de **amarelinha**, num sei que...

INQ. – É a mesma coisa, né?

INF. – Na minha época, é, a mesma coisa, só tem que antigamente era **pulá macaco**.

(Inq. 085/03 (Irecê - BA) / Inf.: homem, faixa etária 2, ensino fundamental incompleto) – grifo nosso.

Todas as ocorrências de *Maê* estão documentadas no estado de Minas Gerais. Veja-se o exemplo (10) com a fala de informante jovem. É interessante notar que a informante de Pirapora demora a revelar a forma que ela conheceu e utilizou na infância e revela como as filhas nomeiam a brincadeira na atualidade.

(10) INF. – **Amarelinha**.

INQ. – Tem outros nomes?

INF. – Só **Amarelinha**.

INQ. – Você brincou?... Você se lembra como era? Você não lembra de chamar de outro nome por aqui não?

INF. – Na minha época, usava **maê**, minhas meninas brinca de **amarelinha**.

(Inq. 132/02 (Pirapora – MG) / Inf.: mulher, faixa etária 1, ensino fundamental incompleto) – grifo nosso.

Nos exemplos expostos, os informantes se colocam em momentos diferentes, reconhecendo a existência de uma seleção lexical conforme a faixa etária, pois separam muito bem, em seus repertórios linguísticos, as diferentes formas para se denominar a brincadeira de pular de um pé só, demonstrando, assim uma comparação passado X presente, expressa pela seleção dos itens lexicais *amarelinha* (atual) e *maê* x *pular macaco/macacinho* (mais antigas).

Considerações finais

O *corpus* do ALiB contempla a documentação da diversidade lexical do português falado no Brasil, e tem contribuições a dar na análise de variantes lexicais diageracionais, e da Geolinguística Pluridimensional, em que o registro segue os parâmetros diatópicos, diageracionais, diasssexuais e diastráticos.

Em particular, no que diz respeito às denominações dadas pelos falantes estudados para as lexias elencadas como designadoras de alguns *brinquedos e brincadeiras infantis*, podem-se fazer algumas considerações preliminares:

- a) o discurso analisado dos informantes do Projeto ALiB reflete uma prática de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado

que possibilita a visualização da construção, manutenção e projeção da identidade social de faixa etária;

- b) as designações enfocadas representam uma variação que possibilita a visualização da diversidade lexical e geolinguística do português falado no Brasil;
- c) a temática da comparação passado X presente está na linguagem da maioria dos informantes de faixa etária mais avançada, evidenciada na seleção lexical desses informantes para os itens lexicais trazidos à discussão;
- d) a seleção entre as denominações dadas para alguns *brinquedos e brincadeiras infantis* está relacionada, em alguns casos, ao caráter diageracional, não deixando de, em primeiro plano, revelar a variação diatópica.

Assim, o trabalho procurou mostrar como os itens lexicais selecionados trazem, na fala dos informantes, as marcas do contexto em que se encontram inseridas. Dessa forma, pretendeu-se oferecer subsídios para o registro da diversidade da língua portuguesa.

Referências

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BROUGÈRE, Gilles. *Brinquedo e Cultura*. Revisão Técnica e versão brasileira por Gisela Wajskop. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Projeto ALiB: o sentido desta caminhada. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; PAIM, Marcela Moura Torres (ed.), *Documentos 3*. Salvador: Vento Leste, 2012, p.13-32.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 3 ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, MEC, 1954.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB(Brasil): *Atlas Linguístico do Brasil*. Questionários. Londrina: EdUEL, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

- FIORIN, José Luiz. Política Linguística no Brasil. *Gragoatá*, n. 9, p. 221-231, 2000.
- HOFFNAGEL, Judith. A emergência de identidades na atividade discursiva falada e escrita. In: MOURA, Denilda (Org.). *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: [s.n.], 1999, p. 80-91.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. *O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural*. 1996. 409 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1996.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico em tempo e espaço: a questão dos regionalismos. In: MARIN, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de. (Orgs.). *História, região e identidades*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003, p. 165-181.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil. In: _____. (Org.). *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 15-48.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. O léxico: lista, rede ou cognição social?. In: NEGRI, Lígia; FOLTRAN, Maria José, OLIVEIRA, Roberta Pires de (ed.). *Sentido e significação*. Natal: Editora EDURFN, 2004, p.263-284.
- MARGOTTI, Felício Wessling. Geolinguística pluridimensional: desafios metodológicos. In: CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL, 8, 2008, Porto Alegre. *Anais eletrônicos...* Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.celsul.org.br/Encontros/08/geolinguistica_pluridimensional.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.
- MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (ed.). *Documentos 2*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 77-94.
- NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2. ed. Completamente refundida. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.
- OCHS, Elionor. Linguisticresources for socializainghumanity. In: GUMPERZ, John; LEVINSON, Stephen. (Orgs.). *Rethinking linguistic relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 407-437.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. *Manual de semântica*. Petrópolis: Vozes, 2008.

PAIM, Marcela Moura Torres. *Norma urbana, identidade social e variação*. 2007. 297f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PRETI, Dino. *A linguagem dos idosos*. São Paulo: Contexto, 1991.

RIBEIRO, Silvana Soares Costa. *Brinquedos e brincadeiras infantis na área do “Falar Baiano”*. 2012. 752f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Formas tratamentais no semiárido baiano: contribuições para uma configuração diatópico-diacrônica do sistema de tratamento do português brasileiro

Mariana Fagundes de
Oliveira Lacerda
(Universidade Estadual de Feira
de Santana)
Zenaide de Oliveira Novais
Carneiro
(Universidade Estadual de Feira
de Santana)

Matheus Santos Oliveira
(Universidade Estadual de Feira
de Santana)
Dayane Moreira Lemos
(Universidade Estadual de Feira
de Santana)

Considerações iniciais

No âmbito do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), o sistema pronominal de 2ª pessoa vem sendo discutido, numa perspectiva diatópico-diacrônica, a partir da análise de formas de tratamento em documentação epistolar, de caráter pessoal, produzida no Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, durante os séculos XIX e XX. Foram apresentados, no *I Simpósio do Labor Histórico: história dos pronomes de tratamento no português brasileiro*, nossas contribuições, com dados de cartas baianas (MARTINS *et al.*, 2015; LACERDA; ANDRADE; CARNEIRO, 2016), cujos acervos integram o CE-DOHS – *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (FAPESB)¹, do Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP), da Universidade Estadual de Feira de

1 Cf: <www.uefs.br/cedohs>.

Santana (UEFS)². Nesta oportunidade, apresentamos uma análise – também de acordo com os princípios da Sociolinguística Quantitativa (LABOV, 1994) – das formas de tratamento, na posição de sujeito e complemento³, encontradas em amostras de fala do semiárido baiano, onde a língua portuguesa, afetada por processos de transmissão linguística irregular (BAXTER, 1991), inicialmente na aprendizagem dos índios e, mais tarde, dos negros, foi incorporando fatos linguísticos comuns em situações de contato entre línguas. Essas amostras – de que falaremos, mais detalhadamente, na próxima seção – fazem parte do banco de dados do projeto A Língua Portuguesa no Semi-Árido Baiano (FAPESB)⁴, coordenado por Norma Lucia Fernandes de Almeida e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, no NELP/UEFS.

1 Os corpora

O trabalho de pesquisa baseou-se em amostras de fala de zonas rurais do semiárido baiano – resultantes das Fases I e II do projeto A Língua Portuguesa no Semi-Árido Baiano – e em amostras de fala da zona urbana de Feira de Santana – segunda maior cidade do estado da Bahia –, resultantes da Fase III, buscando responder a questões como: será que o dialeto urbano de Feira de Santana sofreu muitas influências dos dialetos rurais e vice-versa? (ALMEIDA, 2005).

1.1 As amostras das zonas rurais

Na Fase I, foram escolhidas comunidades que representam o avanço da língua portuguesa na Bahia, a partir do século XVII: Piemonte da Diamantina/zona rural do município de Anselino da Fonseca, e Chapada Diamantina/zona rural do município de Rio de Contas. Na fase II, foram escolhidas duas regiões da Bahia: a Nordeste, uma das mais antigas, e a Paraguaçu, um importante ponto de passagem para o interior da Bahia. Na região Nordeste, as comunidades escolhidas foram: Lagoa do Inácio, Casinhas, Baixa da Tranqueira e Abóboras. Na região Paraguaçu, as localidades escolhidas foram duas, a saber: São José de

2 A hipótese de partida é que diferentes regiões do Brasil adotem sistemas tratamentais diferentes, o que pode explicar discrepâncias na evolução histórica dessas formas de tratamento encontradas na Bahia, face aos resultados obtidos para outras localidades do país.

3 É importante salientar que foram incluídos os dados em que o informante faz referência à 2.^a pessoa do singular.

4 Cf: <www.uefs.br/nelp>.

Itapororocas e Matinha (comunidade mestiça, com predomínio da população de origem africana)⁵.

Quadro 1 Amostras das zonas rurais do Projeto A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano.

Zonas	Localidades
Anselino da Fonseca (Piemonte da Diamantina)	Piabas
Rio de Contas (Chapada Diamantina)	Barra dos Negros/Bananal/ Mato Grosso
Feira de Santana (Paraguaçu)	Matinha
Jeremoabo (Nordeste)	Casinhas Tapera Lagoa do Inácio

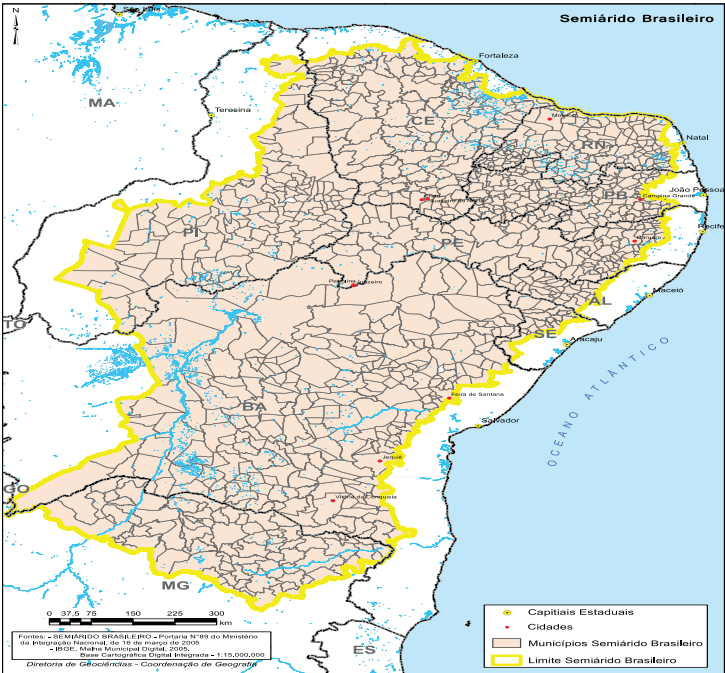


Figura 1 Área semiárida brasileira, incluindo grande parte da Bahia.

Fonte: IBGE.

5 Como afirma Mattos e Silva (2001), o estudo das variantes populares do PB é uma vertente importante de pesquisa para a recuperação do *português popular brasileiro*, cujo antecedente histórico é o *português geral brasileiro*, constituído do encontro multilíngue da população indígena, do português e da população de origem africana.

Há comunidades que foram formadas predominantemente por brancos; outras, predominantemente por negros e, finalmente, outras formadas predominantemente por índios. Como afirmam Almeida e Carneiro (2014, p. 18-19),

Um estudo linguístico a partir de amostras que levem em conta essas peculiaridades regionais pode (...) propiciar uma melhor compreensão e controle de aspectos que podem ter influenciado a formação linguística da população rural da região semiárida. Além disso, os dados de comunidades não marcadas etnicamente em contraposição àquelas marcadas etnicamente também podem ser significativos para o entendimento da formação sócio-histórica da língua falada nessas localidades.

Essas amostras – coletadas de 72 informantes, dos gêneros masculino e feminino, das faixas etárias I (25 a 35 anos), II (45 a 55 anos) e III (acima de 65 anos), em gravações do tipo DID (diálogo entre informante e documentador) – encontram-se publicadas na coleção *Amostras da Língua Falada no Semiárido Baiano* (ALMEIDA; CARNEIRO, 2008), que se constitui de quatro volumes: volume I – Amostras da língua falada na zona rural de Anselino da Fonseca; volume II – Amostras da língua falada na zona rural de Rio de Contas (Chapada Diamantina); volume III – Amostras da língua falada na zona rural de Feira de Santana (Paraguaçu); volume IV – Amostras da língua falada na zona rural de Jeremoabo (Nordeste).

Foram considerados, nesta pesquisa, 21 informantes, três de cada localidade, dos gêneros masculino e feminino e das faixas etárias I, II e III.

1.2 As amostras da zona urbana de feira de Santana

Na Fase III, o projeto volta-se para a sede do município de Feira de Santana, tendo em vista que os dados coletados nessa cidade fornecem importantes subsídios para o entendimento da formação, caracterização e difusão do português brasileiro, notadamente no que se refere ao entrecruzamento das normas populares e cultas e ao contato rural e urbano: a língua falada nesse município agrega características que a fazem ser um “espelho” da realidade sociolinguística brasileira⁶.

6 Sobre a sócio-história do município de Feira de Santana, conferir Boaventura (1989).

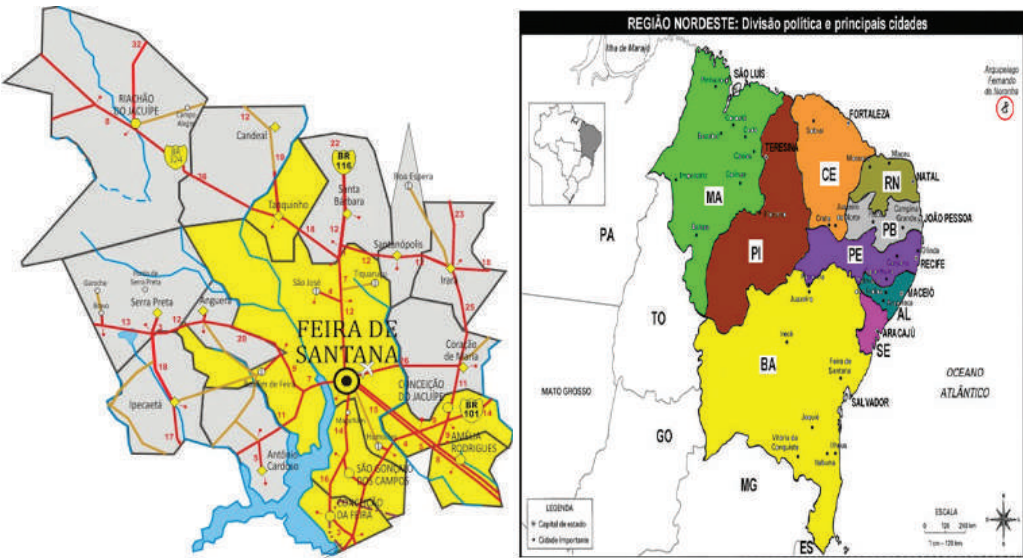


Figura 2 Município de Feira de Santana.

Fonte: MapasBlog.

São 72 informantes, dos gêneros masculino e feminino, das faixas etárias I, II e III, em gravações do tipo DID, assim como nas Fases I e II do projeto. Esse *corpus* (ainda inédito) traz entrevistas representativas da norma popular, da norma culta e da norma semi-culta⁷:

Quadro 2 Caracterização do *corpus* da zona urbana de Feira de Santana.

Norma popular	Norma culta	Norma semi-culta (Ensino Médio)
Feirenses filhos de feirenses	Feirenses filhos de feirenses	Feirenses filhos de feirenses
Feirenses filhos de migrantes		
Migrantes		
Feirenses da zona rural		

Fonte: Araújo, 2014.

Neste trabalho, analisamos dados da norma popular (feirenses filhos de feirenses), 12 informantes, e da norma culta (feirenses filhos de feirenses), também 12 informantes, num total de 24 informantes, dos dois gêneros e das três faixas etárias.

7 Sobre a polarização sociolinguística do PB, conferir Lucchesi (1994).

2 Princípios teórico-metodológicos

Os dados foram analisados de acordo com os princípios da Sociolinguística Quantitativa (LABOV, 1994), com apoio do software *Goldvarb X*. Para tanto, os dados foram classificados quanto à variável dependente (paradigma de tratamento)⁸ e quanto às seguintes variáveis independentes: forma concreta realizada; função sintática⁹; tratamento na posição de sujeito e de complemento; gênero do informante; faixa etária do informante, região da amostra e localidade da amostra, e, no caso da análise do *corpus* da zona urbana de Feira de Santana, a norma linguística do informante (popular e culta).

Para a análise dos dados, partimos das reflexões de Lopes & Cavalcante (2011) a respeito da presença de dois subsistemas de representação de segunda pessoa do singular no PB, considerando interações entre o sistema pronominal e suas formas nominais de origem com outras características do sistema gramatical em questão, como a perda de sujeitos nulos.

3 Os dados das fases I e II: zonas rurais

A seguir, apresentamos os dados obtidos da análise do conjunto de amostras das zonas rurais do semiárido baiano.

Tabela 1 Distribuição geral das formas de tratamento.

VARIÁVEL DEPENDENTE	Nº	%
VOCÊ	514	86.0
TU	84	14.0

Foram analisadas 598 ocorrências de formas tratamentais (plenas) dos paradigmas de *você* e *tu*, na posição de sujeito e de complemento. As formas de tratamento do paradigma de *você* são bem mais frequentes do que as formas do paradigma de *tu* (86% e 14%, respectivamente), como também ficou evidenciado na análise da documentação epistolar dos séculos XIX e XX (LACERDA; ANDRADE; CARNEIRO, 2016); nessa documentação, o *tu* pleno é inexistente. Nas amostras de fala em questão, são 58 o número de ocorrências de *tu*, sujeito pleno, e 26 ocorrências de *tu*, complemento pleno (conferir Tabela 3).

8 É importante observar que as formas zero (sujeitos e complementos não realizados) não foram contabilizadas.

9 Esse fator não inclui a realização do sujeito pleno *vs.* nulo.

Tabela 2 Distribuição geral das formas de tratamento quanto à forma concreta realizada.

FORMA CONCRETA REALIZADA	VOCÊ		TU		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Clítico de 2ª TE	–	–	25	100	25	4.2
Clítico de 3ª LHE	60	100	–	–	60	10.0
<i>Para você</i>	6	100	–	–	6	1.0
<i>A você</i>	2	100	–	–	2	0.3
Sintagma Preposicionado de <i>você</i> (preposições diferentes de <i>para</i> e <i>a</i>)	22	100	–	–	22	3.7
<i>Você</i>	205	100	–	–	205	34.3
<i>Ocê / cê</i>	219	100	–	–	219	36.6
<i>Tu</i>	–	–	59	100	59	9.9

As formas variantes *você* ~ *ôce* ~ *cê* aparecem no *corpus*, sendo o número de ocorrência da forma padrão *você* um pouco menor do que o número de ocorrências das formas não-padrão, mais gramaticalizadas.

- (1) Meu fio, hoje eu vou ali, **VOCÊ** tome responsabilidade disso, da roça, dos bicho, daquilo outro” (Casinhas, J.N.C.J.)
- (2) Tá mais eu, **OCÊ** fica mais ele, mas não judei dele. (Piabas, M.L.S)
- (3) **CÊ** é louco não pode xingar nome não, rapaz”. (Tapera, J.B.P)

Tabela 3 Distribuição geral das formas de tratamento quanto à função sintática.

FUNÇÃO SINTÁTICA	VOCÊ		TU		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sujeito pleno	409	87.6	58	12.4	467	78.1
Acusativo	23	65.7	12	34.3	35	5.9
Dativo	60	81.1	14	18.9	74	12.4
Obliquo complemento ou adjunto	22	100'	–	–	22	3.7

Não foram encontrados na amostra analisada dados de *tu* na função oblíqua. Quanto aos dados de acusativo e dativo, há exemplos de *lhe* dativo (padrão) e de *lhe* acusativo (não-padrão) nas amostras (exemplos (4) e (5)), como há exemplos de *te* acusativo e dativo (exemplos (6) e (7)):

- (4) Eu num sei fazer nada, vou **LHE** falar não aprendi não. (Mato Grosso, A.C.S.)
- (5) Aí dizia: “quando ou voltar se você inda tiver aqui, aí eu **LHE** mato” (Casi-nhas, M.J.O.)
- (6) Deus **TE** ajude (Bananal/Barra dos Negros, M.I.S.)
- (7) Minha mãe, ah, deixa eu **TE** contar de cuma eu fui criada. (Matinha, L.M.)

Na posição de complemento, a estratégia mais produtiva no que diz respeito à função acusativa é *lhe*, não havendo casos, nas amostras analisadas nesta pesquisa, da forma tradicional de acusativo *o/a* (a variação é entre os clíticos *lhe* e *te*.) A forma dativa predominante é também o clítico *lhe*.

Tabela 4 Distribuição geral das formas de tratamento quanto à posição de sujeito e complemento.

TRATAMENTO NA POSIÇÃO DE SUJEITO E COMPLEMENTO	VOCÊ		TU		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Informante com uso exclusivo de sujeito <i>Você</i>	67	100	–	–	67	11.2
Informante com mistura <i>tu</i> e <i>você</i> na posição de sujeito	447	84.2	84	15.8	531	88.8

A variação aparece apenas nos dados de informantes que misturam *você* e *tu* na posição de sujeito, e – sempre que os informantes usam *tu* – o verbo fica na 3ª pessoa do singular:

- (8) **TU** *sente* isso? Bebe um remédio, fulano”! (Piabas, J.F.S.)
- (9) Leva hoje e amanhã **TU** *traz*. (Matinha, V.C.)
- (10) Qu’ê que **TU** *tem* menina. (Tapera, MJ)

Não houve caso de uso exclusivo de sujeito *tu* na amostra analisada.

Quanto ao gênero, a análise revelou que os informantes do gênero feminino usam mais a forma canônica *tu* do que os informantes do gênero masculino, o que corrobora resultados apresentados em vários estudos no Brasil¹⁰; mas tanto os homens como as mulheres preferem a forma inovadora *você*.

Tabela 5 Distribuição geral das formas de tratamento quanto ao gênero.

GÊNERO	VOCÊ		TU		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Homem	297	92.0	26	8.0	323	54.0
Mulher	217	78.9	58	21.1	275	46.0

10 Ver, por exemplo, Franceschini e Loregian-Penkal (2015), que fazem um estudo da variável gênero e o uso de *tu/você* no sul do Brasil.

Considerando a faixa etária, fica evidente, na amostra analisada, que os mais jovens usam mais a forma inovadora *você* do que o *tu* canônico. A forma conservadora *tu* é mais comum entre os informantes da faixa etária intermediária.

Tabela 6 Distribuição geral das formas de tratamento quanto à faixa etária.

FAIXA ETÁRIA	VOCÊ		TU		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Faixa I	84	80.0	21	20.0	105	17.6
Faixa II	304	88.6	39	11.4	343	57.4
Faixa III	126	84.0	24	16.0	150	25.1

Em todas as regiões, como está descrito na tabela 7, a preferência é pela forma inovadora *você*, com 214 ocorrências somente na região da Chapada Diamantina. No Piemonte da Diamantina, a variação *você/tu* é mais equilibrada (62.7% e 37.3%, respectivamente).

Tabela 7 Distribuição geral das formas de tratamento quanto à região.

REGIÃO	VOCÊ		TU		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nordeste	144	94.1	9	5.9	153	25.6
Piemonte da Diamantina	52	62.7	31	37.3	83	13.9
Chapada Diamantina	214	91.1	21	8.9	235	39.3
Paraguaçu	104	81.9	23	18.1	127	21.2

Conforme tabela 8, são as localidades de Barra dos Negros/Bananal, na Chapada Diamantina, que têm o maior número de ocorrências de *você*, 134. Em Ta-pera, há somente duas ocorrências de *tu* (sujeito em (11) e dativo em (12)) e, em Lagoa do Inácio, somente uma (dativo em (13)).

Tabela 8 Distribuição geral das formas de tratamento quanto à localidade.

LOCALIDADE	VOCÊ		TU		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Jeremoabo/Nordeste/Casinhas	47	88.7	6	11.3	53	8.9
Jeremoabo/Nordeste/Lagoa do Inácio	89	98.9	1	1.1	90	15.1
Jeremoabo/Nordeste/Tapera	8	80.0	2	20.0	10	1.7
Ancelino da Fonseca/Caem/Piemonte da Diamantina/ Piabas	52	62.7	31	37.3	83	13.9
Rio de Contas/Chapada Diamantina/ Barra dos Negros/Bananal	134	91.2	13	8.8	147	24.6
Rio de Contas/Chapada Diamantina/ Mato Grosso	80	90.9	8	9.1	88	14.7
Feira de Santana/Paraguaçu/Matinha	104	81.9	23	18.1	127	21.2

- (11) Mãe chegava, aí eu ficava trancada com o zóio tapado c’um pano pra ela não vê. “Qu’ê que TU tem menina?” (Tapera, M.J.)
(12) Aquele que vai, assim, eu TE mostrei como é, o comício lá? (Tapera, M.J.)
(13) Eu num sei TE dizer, né? (Lagoa do Inácio, R.D.S.)

Na Figura 3, apresentamos o cruzamento entre a faixa etária e as regiões. Na região da Chapada Diamantina, é a faixa intermediária a principal responsável por 91.1% de *você* frente a 8.9% de *tu*.

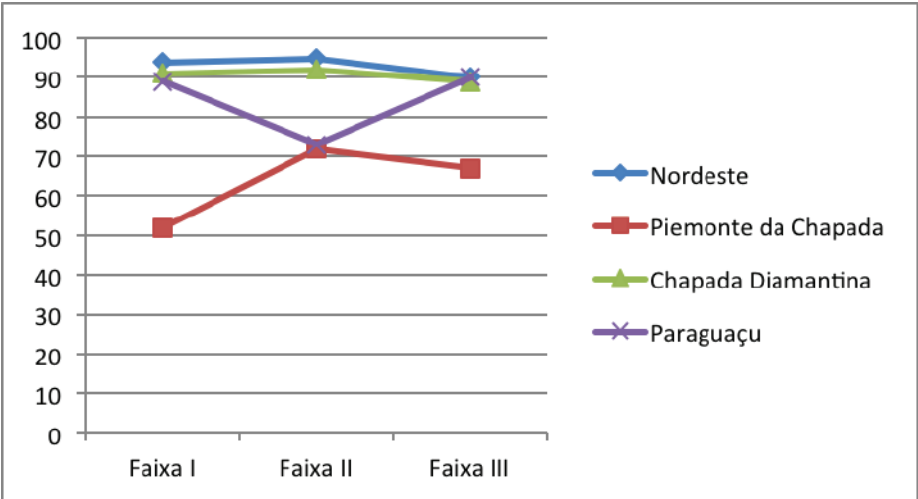


Figura 3 Uso de *você* em cruzamento entre localidade e faixa etária.

4 Os dados da fase III: zona urbana de Feira de Santana

Descrevemos a seguir os dados encontrados nas entrevistas da zona urbana de Feira de Santana, considerando apenas as formas plenas.

Tabela 9 Distribuição geral das formas de tratamento.

VARIÁVEL DEPENDENTE	Nº	%
VOCÊ	471	94.2
TU	29	5.8

Foram analisados 471 dados de *você*, inovador, e apenas 29 dados de *tu* canônico (sendo cinco na posição de complemento), estando as formas concretas realizadas apresentadas na tabela 10.

Tabela 10 Distribuição geral das formas de tratamento quanto à forma concreta realizada.

FORMA CONCRETA REALIZADA	VOCÊ		TU		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Clítico de 2º TE	–	–	3	100	3	0.6
Clítico de 3º LHE	2	100	–	–	2	0.4
<i>Para você</i>	4	100	–	–	4	0.8
<i>A você</i>	1	100	–	–	1	0.2
Sintagma Preposicionado de <i>você</i> (preposições diferentes de <i>para</i> e <i>a</i>)	2	100	–	–	2	0.4
<i>Você</i>	450	100	–	–	450	90.0
<i>Cê</i>	12	100	–	–	12	2.4
<i>Tu</i>	–	–	26	100	26	5.2

No *corpus*, aparece a variação *você* ~ *cê*, sendo o número de ocorrências da forma padrão *você* bem maior do que a frequência da forma não-padrão *cê* (450 e 12, respectivamente).

- (14) A gente tenta passar também esse tipo de educação pras pessoas, que é chamada a educação de berço, é aquela que VOCÊ não adquire na rua, não adquire na escola, CÊ adquire em casa e quando os pais não dão, às vezes eu tenho tento a dar na escola. (Norma Culta Feirense, J.A.R.R.)

- (15) A mesma coisa, CÊ corta o coco, rala o coco tudo, bate, côa (Norma Popular Feirense, I.)

Tabela 11 Distribuição geral das formas de tratamento quanto à função sintática.

FUNÇÃO SINTÁTICA	VOCÊ		TU		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sujeito pleno	463	95.1	24	4.9	487	97.4
Acusativo	2	66.7	1	33.3	3	0.6
Dativo	4	50.0	4	50.0	8	1.6
Obliquo complemento ou adjunto	2	100	–	–	2	0.4

Não há dados no *corpus* analisado de *tu* na função oblíqua.

As ocorrências de *você* e *tu* no *corpus* são, em sua maioria, na posição de sujeito. São apenas 8 e 5 casos de *você* e *tu* complemento, respectivamente. A forma átona *lhe* aparece tanto na função dativa, como na função acusativa, não-padrão, na amostra popular (exemplos (16) e (17), respectivamente); na amostra culta, aparece somente na função dativa, padrão (exemplo (18)):

- (16) Eu alcancei a Feira, eu vou LHE dizer: mataram um rapaz. (Norma Popular Feirense, B.)
- (17) Então o povo não olha bem assim, não LHE agasalha como Feira de Santana assim (Norma Popular Feirense, P.M.C)
- (18) Feira de Santana tem é...um mercado de arte que toda semana tem uma amostra de arte. Então, quem LHE disse que Feira de Santana não tem (Norma Culta Feirense, C.A.A.L.)

Não há casos, nem nas amostras da norma popular nem nas amostras da norma culta, da forma tradicional de acusativo *o/a*. Os complementos com preposição foram a estratégia mais produtiva nas amostras urbanas de Feira de Santana.

Tabela 12 Distribuição geral das formas de tratamento quanto à posição de sujeito e complemento.

TRATAMENTO NA POSIÇÃO DE SUJEITO E COMPLEMENTO	VOCÊ		TU		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Informante com uso exclusivo de sujeito <i>Você</i>	262	100	–	–	262	52.4
Informante com uso exclusivo de sujeito <i>Tu</i>	–	–	1	100	1	0.2
Informante com mistura <i>você</i> e <i>tu</i> na posição de sujeito	209	88.2	28	11.8	237	47.4

No que diz respeito à comparação entre as formas de tratamento na posição de sujeito e de complemento, a variação se concentra nos dados de informantes que misturam *você* e *tu* na posição de sujeito. Destacamos que há somente um caso em que se dá o uso exclusivo de sujeito *tu*:

- (19) É, **TU** segue in frente, é... **TU** segue in frente que o banheiro ta'li tem uma placazinha masculino, feminino e só é **TU** seguir in frente **TU** acha. (Norma Culta Feirense, W.C.G.)

Os homens usam mais *tu* do que as mulheres, com uma diferença de cinco ocorrências; ambos preferem a forma inovadora *você*, conforme tabela 13.

Tabela 13 Distribuição geral das formas de tratamento quanto ao gênero.

GÊNERO	VOCÊ		TU		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Homem	208	92.4	17	7.6	225	45.0
Mulher	263	95.6	12	4.4	275	55.0

Considerando a faixa etária, há mais dados da forma conservadora *tu* entre os mais jovens (20) e menos dados entre os mais velhos (4).

Tabela 14 Distribuição geral das formas de tratamento quanto à faixa etária.

FAIXA ETÁRIA	VOCÊ		TU		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Faixa I	218	91.6	20	8.4	238	47.6
Faixa II	167	97.1	5	2.9	172	34.4
Faixa III	86	95.6	4	4.4	90	18.0

Quanto à norma linguística, os representantes da norma culta usam mais, como era esperado, a forma conservadora *tu* do que os representantes da norma popular, mas ambos, quando usam *tu*, não fazem a concordância padrão; todos os 24 casos de *tu* sujeito são com o verbo na terceira pessoa do singular.

Tabela 15 Distribuição geral das formas de tratamento quanto à norma linguística.

NORMA LINGUÍSTICA	VOCÊ			TU		TOTAL	
	Nº	%		Nº	%	Nº	%
Popular	148	94.9		8	5.1	156	31.2
Culto	323	93.9		21	6.1	344	68.8

Os exemplos (20), (21) e (22) são da Norma Popular Feirense:

(20) Mais eu tinha uma von... **TU** *cunhece* aquelas bunequinha de pano num cunhece? (Norma Popular feirense, M.)

(21) Oi minha filha quando é que **TU** *vem* aqui? (Norma Popular Feirense, R.)

(22) E ainda depois que eu fiz os exames foi sofrimento com aquela criatura, **TU** não *imagina* só. (Norma Popular Feirense, C.)

Os seguintes, da Norma Culta Feirense:

(23) Açúcar a gosto e pronto, **TU** *vai* ver como é bom (Norma culta feirense, W.C.G.)

(24) **TU** *falou* do mestrado (Norma Culta Feirense, H.)

(25) Porque **TU** *sabe* que eu sou tabaroa, eu vou me perder (Norma Culta Feirense, P.L.O.)

Das 21 ocorrências de *tu* entre os informantes cultos, 19 aparecem na faixa etária I. Nas faixas etárias II e III, o uso de *você* é quase categórico entre os cultos. Entre os informantes da norma popular feirense, há somente uma ocorrência de *tu* na faixa etária 1 (Figura 4).

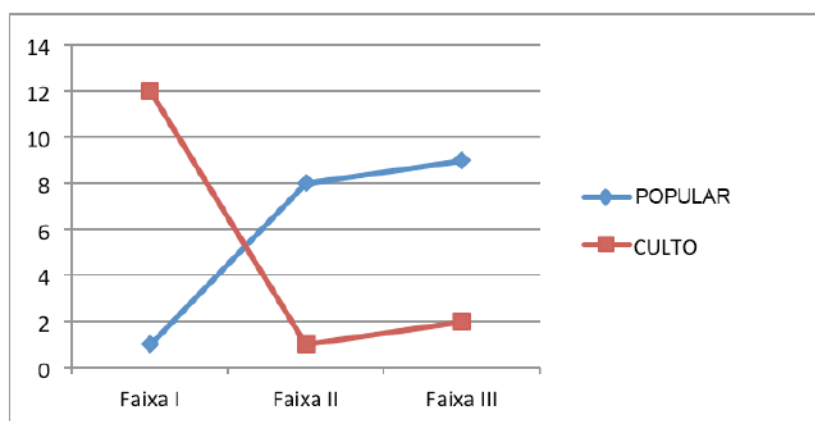


Figura 4 Uso de *tu* em cruzamento entre norma linguística e faixa etária.

5 Análise contrastiva dos dados

Os resultados obtidos das amostras das zonas rurais do semiárido baiano são similares aos resultados obtidos das amostras da zona urbana de Feira de Santana:

- Tanto na zona rural como na zona urbana, houve ampla preferência pela forma inovadora *você*;
- Tanto nas amostras orais da zona rural como nas amostras orais da zona urbana de Feira de Santana, sempre que se empregou *tu* sujeito, o verbo seguiu o paradigma de 3ª pessoa.
- Há grande frequência de mistura de *você/tu* na posição de sujeito nos *corpora* rural e urbano.

- d) Nos dois *corpora* – rural e urbano –, a variação quanto ao tratamento na posição de sujeito e complemento aparece apenas nos dados de informantes que misturam *você* e *tu* na posição de sujeito.
- e) Não há casos, nas amostras analisadas, da forma tradicional de acusativo *o/a*.
- f) Na posição de complemento, em todas as amostras, concorrem os clíticos *lhe* e *te*, sendo mais comum a forma *lhe*.
- g) Foram encontradas ocorrências de *lhe* acusativo, não-padrão, na zona rural e na zona urbana; mas, nas amostras de feirenses cultos, não.
- h) Não há dados de *tu* na função oblíqua, em nenhuma amostra.

No que diz respeito às variáveis sociais, nas amostras rurais, *tu* e suas formas correspondentes são mais comuns entre as mulheres, e *você* e suas formas correspondentes, mais comuns entre os mais jovens, o que, como vimos, não surpreende. Nas amostras urbanas, por outro lado, *tu* é mais frequente entre os homens do que entre as mulheres, mas com uma pequena diferença de cinco ocorrências; e, ao contrário do esperado, a forma conservadora *tu* aparece mais entre os mais jovens do que entre os mais velhos.

Em relação aos dados rurais do semiárido baiano, considerando as diversas regiões e localidades, não houve diferenças significativas; em todas elas, com formações sócio-históricas distintas, a frequência de *você* inovador é superior (Piemonte da Diamantina) ou muito superior (Nordeste, Chapada Diamantina, Paraguaçu) à frequência de *tu* conservador.

No caso das amostras urbanas, considerando a norma linguística, os cultos usam mais o *tu* canônico do que os informantes da norma popular, e nem uns nem outros seguem o paradigma verbal de 2ª pessoa quando usam *tu*.

Considerações finais

Os dados obtidos das amostras orais abordadas neste trabalho revelam que o sistema de tratamento na zona rural do semiárido baiano e na zona urbana de Feira de Santana tem traços comuns e é inovador, considerando-se a ampla preferência pela forma *você* e a ausência de casos de acusativo conservador *o/a*; além disso, quando *tu* é empregado, mesmo na norma culta da zona urbana de Feira de Santana, o verbo segue o paradigma de 3ª pessoa. Na análise feita em cartas baianas dos séculos XIX e XX, por Lacerda, Andrade e Carneiro (2016), os resultados revelaram, em comparação com dados do século XVIII (MARCOTULIO, 2010) e dos séculos XIX e XX de dois outros estados do Nordeste (Pernambuco e Rio Grande do Norte; cf. MARTINS *et al.*, 2015) e do Rio de Janeiro (LOPES; CAVALCANTE, 2011), por outro lado, um sistema de tratamento com alguns traços importantes de conservadorismo linguístico; por exemplo, a inexistência

de dados de *tu* pleno e a grande frequência da forma *lhe* nas funções acusativa e dativa, frente à forma *te* (501 e 22 ocorrências, respectivamente).

Considerando as amostras da norma popular, de um lado, e da norma culta, de outro, da zona urbana de Feira de Santana, os dados encontrados revelam um sistema de tratamento semelhante, com preferência por *você* e com verbo na 3ª pessoa nos casos de uso de *tu*, portanto sem concordância padrão. Isso demonstra uma aproximação entre o PB culto e o PB popular/vernacular. O movimento de aproximação – e de distanciamento – entre essas duas vertentes pode ser representado na Figura 5, a seguir, elaborada a partir de Andrade e Carneiro (2012):



Figura 5 Movimento de aproximação e distanciamento entre o PB culto e o PB vernacular (ANDRADE; CARNEIRO, 2012).

Diante desse cenário, Lopes (2008b) defende – discutindo a questão do ensino de pronomes pessoais em sala de aula – que o papel do professor é apresentar ao aluno o que é normal, usual e frequente no PB, sem, no entanto, perder de vista o que está disponível na nossa literatura, na nossa língua e na nossa história. Segundo a autora, no ensino de português,

A mera substituição do quadro tradicional pelo quadro atual não resolveria o problema, pois as formas *nós* ~ *a gente* e *tu* ~ *você* ainda coexistem no português brasileiro. O pronome *vós* está presente nos textos bíblicos e talvez ainda possa ser ouvido em templos religiosos que se espalham hoje pelo país. Deixar de apresentar aos alunos o atual sistema em toda sua complexidade é um equívoco, mas não mencionar a existência dos pronomes em desuso seria um equívoco ainda maior.” (p. 116)

Referências

ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de. *Sujeito nulo e morfologia verbal no português falado em três comunidades rurais da Bahia*. Tese. (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

- ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais (Org.). *Coleção amostra da língua falada no semi-árido baiano*. Feira de Santana: UEFS Editora, FAPESB, 2008. v. 4. 450 p.
- ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais (Org.). *A variação linguística no semiárido baiano*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.
- ANDRADE, Aroldo Leal de; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. A posição e a colocação de clíticos em predicados complexos: o português brasileiro visto a partir de duas vertentes. *Revista de Filologia e Linguística Portuguesa*. v. 16, n. especial, p. 125-161, 2014.
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. *A concordância verbal no português falado em Feira de Santana – BA: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro*. 2014. 342 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: Editora da UFBA, 1989.
- FRANCESCHINI, Lucelene Teresinha; LOREGIAN-PENKAL, Loremi. A variável sexo/gênero e o uso de tu/você no sul do Brasil. *Signum: Estudos da Linguagem*, v.18, n. 1, p. 182-205, 2015.
- LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira; ANDRADE, Aroldo Leal de; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. Formas tratamentais em cartas baianas: sujeito e outras funções. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 58, n. 2, p. 257-276, 2016.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. Retratos da variação entre “você” e “tu” no português do Brasil: sincronia e diacronia In: *Português Brasileiro II – contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: EDUFF, 2008a, v.2, p. 55-71.
- LOPES, Célia Regina. Pronomes pessoais. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2008b.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. Retratos da mudança no sistema pronominal: o tratamento carioca nas primeiras décadas do século XX. In: CORTINA,

- Arnaldo; NASSER, Silvia Maria Gomes da Conceição. (Org.). *Sujeito e Linguagem*: Séries Trilhas Linguísticas. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2009, v.17, p. 47-74.
- LOPES, Célia Regina dos Santos; CAVALCANTE, Silvia Regina Oliveira. A cronologia do voceamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. *Linguística*. v. 25, p. 30-65, 2011.
- LOPES, Célia Regina dos Santos; RUMEU, M. C. B. O quadro de pronomes pessoais do português: as mudanças na especificação dos traços intrínsecos In: *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo/Campinas: FAPESP/Pontes Editores, 2007, v.1, p. 419-436.
- LOPES, Célia Regina dos Santos; RUMEU, Márcia Cristina de Brito; MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. Pronomes e determinantes: a reestruturação do paradigma pronominal no português brasileiro pelo viés da gramaticalização In: HORA, DERMEVAL; SILVA, Camilo Rosa. (Org.). *Para a História do Português Brasileiro*: abordagens e perspectivas. João Pessoa: Ideia, 2010, v.VIII, p. 122-124.
- LOPES, Célia Regina dos Santos Lopes *et al.* A reorganização do sistema pronominal de 2.^a pessoa na história do português brasileiro: a posição de sujeito. [A sair em: CASTILHO, Ataliba. (org.) *História do Português Brasileiro*, vol. 3.]
- LABOV, William. *Principles of Linguistic Change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.
- LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. *Revista internacional de língua portuguesa*, v. 12, p. 17-28, 1994.
- MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. *Língua e História*: o 2.^o marquês do Lavradio e as estratégias linguísticas da escrita no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Ítaca Comunicações, 2010.
- MARTINS, Marco Antônio *et al.* Para um panorama sócio-diacrônico das formas de tratamento na função de sujeito na região Nordeste. *LaborHistórico*, v.1, n.1, p. 26-48, 2015.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Para a história do português brasileiro: primeiros estudos*. São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP:FAPESP, v.2, t. 2, 2001, p. 275-302.

Aspectos fônicos do Nordeste a partir de dados do ALiB

Jacyra Mota
(Universidade Federal da Bahia)

Introdução

Os atlas linguísticos brasileiros vêm, desde a segunda metade do século passado, com a publicação do *Atlas Prévio dos falares baianos* (ROSSI, 1963), fornecendo dados para o conhecimento do português do Brasil, confirmando ou complementando as propostas de divisão dialetal e de identificação das diversas áreas, feitas anteriormente, sobretudo a de Nascentes (1953 [1922]).

Segundo Nascentes, o “falar brasileiro” se subdivide em dois grupos – o do Norte e o do Sul, como se lê no trecho a seguir e se pode visualizar na Figura 1.

Dividi o falar brasileiro em seis subfalares que reuni em dois grupos a que chamei de norte e sul.

O que caracteriza estes dois grupos é a cadencia e a existência de protônicas abertas em vocábulos que não sejam diminutivos nem advérbios em *mente*. (NASCENTES, 1953 [1922], p.25)



Figura 1 Proposta de divisão dialetal de Nascentes (1953 [1922]).

Fonte: BARBADINHO NETO (2003, p. 700).

Ao tratar de aspectos fônicos do Nordeste, considera-se, assim, obrigatório iniciar pela referência aos dois fatos linguísticos que, segundo Nascentes (1953 [1922]), estabelecem a distinção entre os falares do Norte e o do Sul – o timbre das vogais médias pretônicas e a entoação – a partir das cartas do *Atlas Linguístico do Brasil* – ALiB (CARDOSO et al., 2014), com dados das 25 capitais incluídas em sua rede de pontos.¹

Além desses dois fatos, destacam-se, neste capítulo, como caracterizadores da região Nordeste, a predominância das realizações não palatalizadas para as consoantes dentoalveolares /t, d, l/ diante da vogal alta [i], e a das fricativas laríngeas para o rótico em coda silábica, interna ou externa.

1 Aspectos metodológicos

De acordo com os pressupostos teóricos da Geolinguística Pluridimensional contemporânea, incluem-se, no *Atlas Linguístico do Brasil* – ALiB, indivíduos dos

1 Não se incluem Brasília (DF) e Palmas (TO), por critérios metodológicos, relativos às datas de fundação dessas cidades.

dois sexos, de duas faixas etárias – a primeira, de 18 a 30 anos e a segunda, de 50 a 65 anos – e, nas capitais, também de dois níveis de escolaridade – o fundamental e o universitário.

Os dados para a constituição do *corpus* do ALiB foram documentados, *in loco*, por meio da aplicação sistemática de um conjunto de questionários destinados à documentação de aspectos fônicos, semântico-lexicais, morfossintáticos, pragmáticos, metalinguísticos e discursivos (COMITÊ, 2001), nas 250 localidades que constituem a sua rede de pontos.

Para a elaboração das cartas fonéticas, foram utilizadas, principalmente, as questões do questionário fonético-fonológico (QFF), inclusive as referentes à prosódia. Mas, em alguns casos, consideraram-se também as do semântico-lexical (QSL) ou de outras partes do inquérito. A análise linguística é de responsabilidade dos autores das cartas, que estão identificados na apresentação de cada fato.

2 Fatos fônicos caracterizadores do Nordeste, com base nas cartas do ALiB

2.1 Vogais médias pretônicas²

Quanto ao timbre das vogais médias pretônicas – embora os dados do ALiB apresentem algumas divergências com relação à divisão dialetal proposta por Nascentes (1953 [1922]) –, predominam na região Nordeste as variantes vocálicas abertas, como em t[ɛ]rreno, b[ɔ]tar³.

Considerando cada capital separadamente, os percentuais mais elevados, tanto para as anteriores quanto para as posteriores, encontram-se em Maceió (65% para as anteriores e 55% para as posteriores) e Recife (58% para ambas), e, apenas para as anteriores, em Teresina (64%), Aracaju e Salvador (60%, em ambas), São Luís (57%), Fortaleza (56%) e Natal (55%) (Tabela 1).

2 A análise das vogais médias pretônicas, no *corpus* do Projeto ALiB, é de responsabilidade de Jacyra Andrade Mota e Paulo Henrique de Souza Lopes.

3 Cf. *Atlas Linguístico do Brasil*. Questionários 2001. Questionário fonético-fonológico, questões 02 e 36, respectivamente.

Tabela 1 Vogais médias pretônicas no Nordeste: dados do ALiB.

VOGAIS MÉDIAS PRETÔNICAS						
CAPITAIS DO NORDESTE	ANTERIORES			POSTERIORES		
	Total de ocorr.	%		Total de ocorr.	%	
		[e]	[ε]		[o]	[ɔ]
São Luís (MA)	509	43	57	318	49	51
Teresina (PI)	467	36	64	280	51	49
Fortaleza (CE)	452	44	56	296	50	50
Natal (RN)	474	45	55	296	50	50
João Pessoa (PB)	418	46	54	274	46	54
Recife (PE)	451	42	58	317	42	58
Maceió (AL)	403	35	65	295	45	55
Aracaju (SE)	451	40	60	344	47	53
Salvador (BA)	449	40	60	353	48	52

Fonte: *Corpus* do ALiB. Elaborado pela autora.

A diferença percentual entre as capitais nordestinas e as demais capitais brasileiras, com relação ao timbre das vogais médias pretônicas, é vista, claramente, nas cartas F01V1 e F01V2 do ALiB (CARDOSO et al., 2014), em que se pode observar que índices mais baixos para as médias abertas do que para as fechadas, fora da região Nordeste, encontram-se, apenas quanto às vogais anteriores, em duas capitais da região Norte – Rio Branco (AC) e Manaus (AM). Nas demais, e, principalmente, nas regiões Sudeste e Sul, são as médias fechadas que predominam, como se verifica nas Figuras 2 e 3.

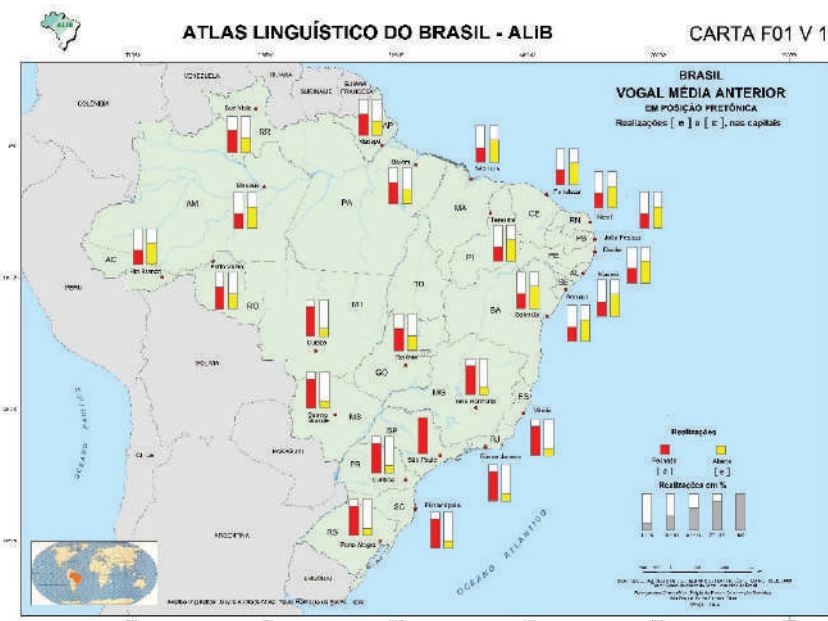


Figura 2 Carta F01 V1 – Vogais médias anteriores pretônicas.

Fonte: ALiB (CARDOSO et al., 2014, p. 71).

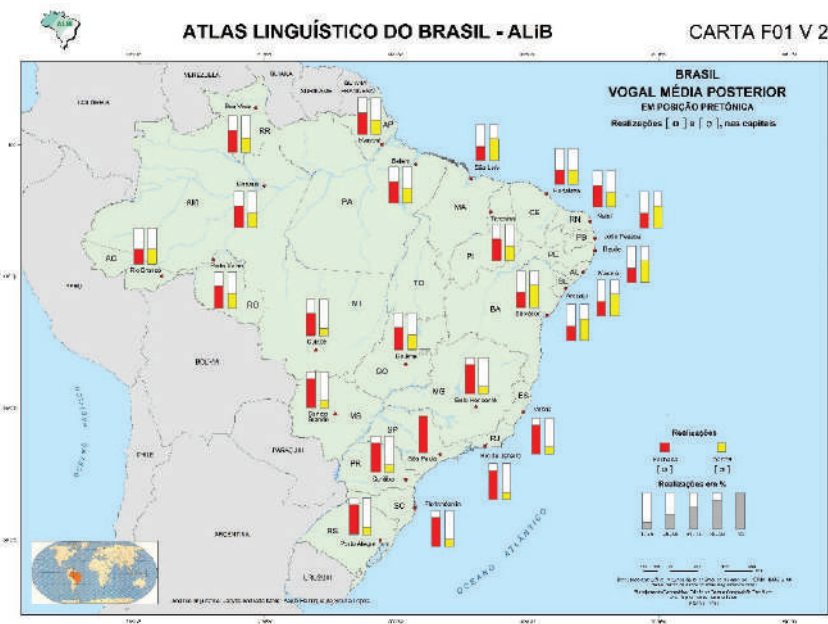


Figura 3 Carta F01 V2 – Vogais médias posteriores pretônicas.

Fonte: ALiB (CARDOSO et al., 2014, p. 73).

A frequência de vogais abertas no Nordeste – áreas que englobam o “falar nordestino” e o “falar baiano”, na divisão de Nascentes (1953 [1922]) –, leva, frequentemente, à identificação dos falantes dessa área, de modo caricatural, e é também explicitada por alguns informantes, em respostas às questões de natureza metalinguística dos questionários do ALiB, como: “Poderia dar um exemplo de como falam essas pessoas que *falam diferente*?”; “E, em outros lugares do Brasil, fala-se diferente daqui de ____ [*citar a cidade onde está*]?”; “Poderia dar um exemplo do modo como falam em outros lugares do Brasil?”⁴, como se exemplifica a seguir, com o testemunho do informante masculino, de faixa etária II e nível de escolaridade universitário, em Vitória (ES):

INQ. – O senhor poderia dar um exemplo de como que elas falam diferente?

INF. – É, por exemplo, a minha esposa, ela é mineira, então ela fala “c[o]ração”, ela num fala “c[o]ração”, ela dá uma ênfase nesse “ó”.

INQ. – Ela é mineira de onde?

INF. – De Mutum, de Mutum não, lá é o Sul. Valadares, Valadares. Nasceu em Valadares.

2.2 Entoação⁵

Nos enunciados assertivos do tipo “Você vai sair hoje” (cf. Questões de prosódia), a entoação é também um traço distintivo do Nordeste, que, nesse caso, acompanha a região Norte.

Como se observa na carta F07 P1 do ALiB (CARDOSO et al. 2014), no Nordeste e no Norte, em enunciados assertivos, verifica-se a proeminência do acento pré-nuclear, fato que só se encontra, fora dessas regiões, em Campo Grande (MS), capital que, desse ponto de vista, se assemelha a Rio Branco (AC) e Manaus (AM).

Nas capitais que se situam nas demais regiões brasileiras, os acentos pré-nuclear e nuclear ocorrem em níveis semelhantes (regiões Sudeste e Centro-Oeste) ou o acento nuclear é o proeminente (região Sul).

4 Cf. *Atlas Lingüístico do Brasil*. Questionários 2001, questões 3, 4 e 5, respectivamente.

5 A análise dos fatos entoacionais, no *corpus* do Projeto ALiB, foi realizada por Cláudia de Souza Cunha, Aline dos Santos Silvestre e Joelma Bernardo da Silva.

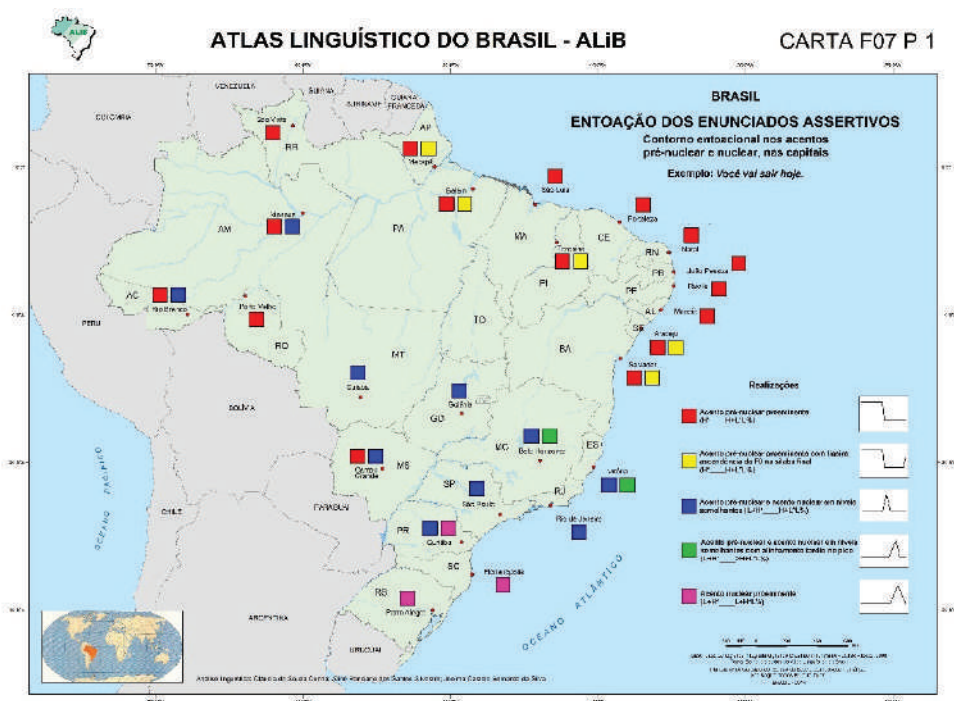


Figura 4 Carta F07 P1 - Entoação dos enunciados assertivos.

Fonte: ALiB (CARDOSO et al., 2014, p. 130).

A percepção dos falantes com relação às diferenças entoacionais no português do Brasil são expressas, frequentemente, com a referência ao “canto” que o falante considera característico de algumas áreas, como se observa em resposta às questões de natureza metalinguística incluídas nos Questionários do ALiB, nos exemplos:

- a) Rio Branco (AC), informante feminina, faixa etária II, nível de escolaridade universitário:

INQ. – Como chama a língua que você fala?

INF. – O português.

INQ. – E em diferentes lugares do Brasil, você acha que...

INF. – Tem, acho que tem. O **baiano**, ele tem um sotaque bem diferente do nosso.

INQ. – Como que é ...?

INF. – O **baiano é meio cantando**, né? Fala **meio cantando**, assim...
- b) Vitória (ES), informante masculino, faixa etária II, nível de escolaridade universitário:

INQ. – Nos lugares a que você já foi, o que tem de diferente?

INF. – O Nordeste, né, o Nordeste fala muito... fala **cantando**, muito **cantando** (...)

2.3 Consoantes dentoalveolares / t, d / diante de vogal alta [i]⁶

Com relação às consoantes dentoalveolares / t, d / diante de vogal alta [i], – fonológica ([i] < /i/), como em *tio, dia, sutiã, diabo*⁷ ou derivada (proveniente de /E, I/), como em *noite, tarde, botequim, redemoinho*⁸ – grande parte da região Nordeste distingue-se pela predominância da variante dental que se admite ter sido trazida pelos portugueses, não se registrando, com grande frequência, a palatalização observada em outras capitais do País, nesses contextos.

Entre as nove capitais nordestinas, a articulação dental do /t, d/ diante de [i] é bastante frequente em Natal, Recife, João Pessoa, Maceió e Aracaju, sobretudo nos contextos em que a vogal alta é fonológica. Teresina, São Luís, Fortaleza e Salvador, no entanto, distinguem-se como áreas de predominância das palatais, documentando-se em Teresina apenas 2% de variantes dentais, quando o [i] é fonológico e 8%, quando derivado, e não se registrando as dentais nas outras três capitais. (Tabela 2, com as capitais dispostas em ordem decrescente, quanto à predominância de variantes dentais, no contexto em que a vogal [i] é fonológica).

Tabela 2 /t, d/ diante de [i] < /i/ e [i] < /I, E/, no Nordeste:
Variantes dentais nos dados do ALiB.

TIPO DE VOGAL ALTA				
CAPITAIS DO NORDESTE	[i] < /i/		[i] < /I, E/	
	Ocor./tot.	%	Ocor./tot.	%
Aracaju (SE)	125/149	84%	68/274	24%
João Pessoa (PB)	102/125	82%	49/291	16%
Maceió (AL)	123/148	83%	57/339	16%
Recife (PE)	137/174	79%	92/341	26%
Natal (RN)	88/126	70%	84/268	31%
Teresina (PI)	3/140	2%	27/320	8%

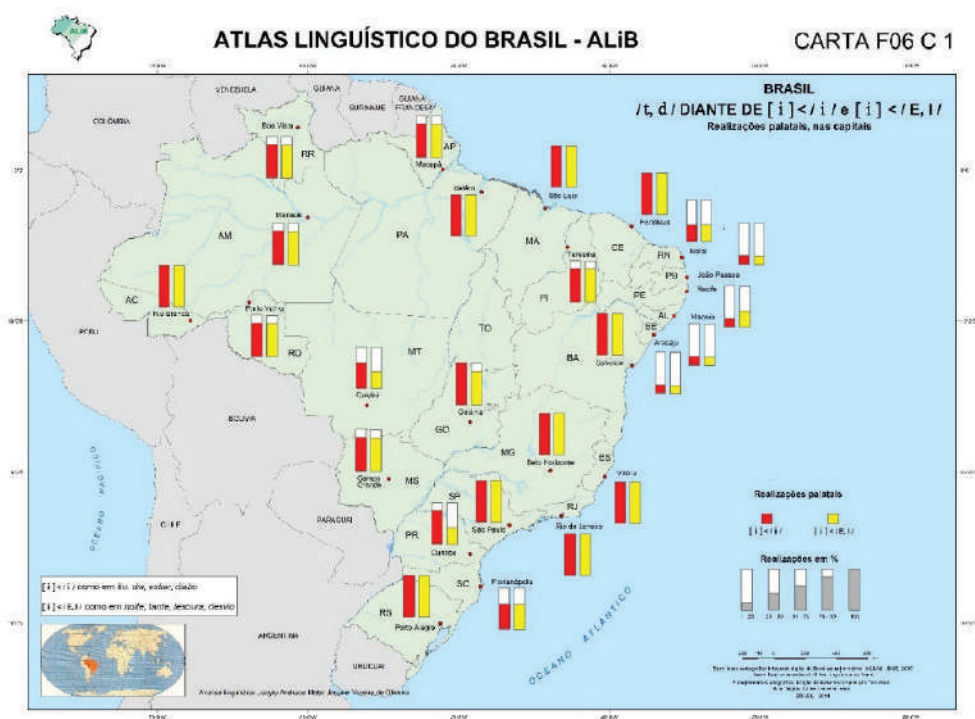
Fonte: *Corpus* do ALiB. Elaborado pela autora (CARDOSO et al., 2014).

- 6 As consoantes dentoalveolares / t, d / diante de vogal alta [i], nos dados do ALiB, foram analisadas por Jacyra Andrade Mota e Josane Moreira de Oliveira.
- 7 *Atlas Linguístico do Brasil*. Questionários 2001. Questionário fonético-fonológico, questões 131 e 056; Questionário semântico-lexical, questões 147 e 188, respectivamente.
- 8 *Atlas Linguístico do Brasil*. Questionários 2001, questões 055, 062; Questionário semântico-lexical, questões 202, 004, respectivamente.

Na carta F06C1 do ALiB (CARDOSO et al. 2014), que apresenta a frequência das variantes palatalizadas nas capitais brasileiras, pode-se visualizar o reduzido índice de variantes palatais (que indica, consequentemente, a predominância das dentais) em cinco capitais do Nordeste e um pequeno índice de não palatais também em Teresina.

Fora dessa região, pequenos índices de dentais, nesse contexto, só são registrados em Macapá (AP), Boa Vista (RR), Manaus (AM) e Rio Branco (AC), na região Norte; nas três capitais da região Centro-Oeste; e em Curitiba e Florianópolis, no Sul, (Figura 5).

Figura 5 Carta F06 C1 - /t, d/ diante de [i] < /i/ e [i] < /E, I/.



Fonte: ALiB (CARDOSO et al., 2014, p. 123).

As realizações dentais para o /t, d/ diante de [i] não gozam de prestígio, aparecendo, algumas vezes, como estereótipo para identificar a fala nordestina. Em vista disso, essas variantes mostram indícios de mudança em curso, em direção às palatais, prestigiadas, como indicam as diferenças diafásicas flagradas através do confronto entre ocorrências obtidas no questionário fonético-fonológico (QFF) – em que as respostas são, em geral, mais monitoradas pelo informante – e aquelas

documentadas em trechos de fala espontânea, a propósito de outras questões, ou, no final do inquérito, quando o informante é instado a falar mais livremente sobre fatos marcantes de sua vida, seu trabalho, etc. (nos temas para discursos semidirigidos).

Exemplifica-se o fato com os vocábulos *noite* e *dia*,⁹ nos trechos a seguir, registrados em Maceió, informante masculino, de faixa etária I e nível de escolaridade universitário:

No QFF, questões 055 e 056 (elocuições mais monitoradas)

INQ.– Quando fica tudo escuro e as pessoas vão dormir é a ___?

INF. – ['nojtʃi].

INQ.– E depois da noite, o que é que vem?

INF. – o ['dʒiɐ].

No QMS, questão 033 (em que o vocábulo *noite* é emitido de modo espontâneo, em trecho emitido mais rapidamente)

INQ. – Mas, assim, você poderia.... descrever seu dia pra mim?

INF. – De manhã eu acordo, tomo café, vô pra faculdade. Volto, almoço, descanso um pouco, vô trabalhá, chego em casa deis hora, onze hora da ['nojtʃi].

Em Temas para discursos semidirigidos, questão 01 (trecho de elocução espontânea):

INQ.– Relate um acontecimento marcante em sua vida.

INF.– Quando eu passei no vestibular.

INQ.– Por que você acha que foi? Fale alguma coisa. Como é que você soube?

INF.– Eu tava no interior, fugi pra num sabê do resultado. Lá num tinha rádio, num tinha nada. Aí, meu pai ligô pra me avisá que eu tinha passado.

INQ.– (Risos) Veja só. Sério? E aí, como foi?

INF.– Aí eu voltei pra Maceió no outro ['die]. Aí, fui comemorá.

2.4 Consoante lateral dento-alveolar (/l/) diante de vogal alta [i]¹⁰

A carta F03C1 do ALiB (CARDOSO, 2014) apresenta os dados referentes aos vocábulos *liquidificador* (026) e *liquidação*¹¹, em que a lateral alveolar pode

9 *Atlas Linguístico do Brasil*. Questionários 2001.

10 A análise da lateral alveolar diante de [i], em *liquidificador* e *liquidação* foi realizada por Marilúcia Ramos de Oliveira, Alcides Fernandes de Lima e Abdelhak Razky

11 *Atlas Linguístico do Brasil*. Questionários 2001. Questionário fonético-fonológico, questões 026 e 095, respectivamente. Na carta F03C1 apresentam-se também dados referentes aos vocábulos *família* (QFF 130) e *sandália* (QFF 140), que não serão aqui comentados, por não contribuírem para a caracterização linguística do Nordeste.

realizar-se com algum grau de palatalização ([ʎ]) ou mesmo como lateral palatal [ʎ̺], graças ao condicionamento representado pela vogal palatal alta seguinte.

Com relação à emissão não palatalizada do /l/, nesse contexto, observa-se que as capitais nordestinas apresentam-se em três grupos:

- Grupo constituído por quatro das cinco capitais que se caracterizam pela grande frequência da variante dental para o /t, d/ diante de [i], em lugar das variantes palatalizadas. Essas capitais (Natal, Recife, Maceió, Aracaju) apresentam, também, reduzidos índices de palatalização do /l/ (até 25%), índice que se encontra também em Rio Branco (AC), mostrando mais uma semelhança entre essa capital do Norte e algumas do Nordeste, tal como se verificou de referência ao timbre aberto das vogais pretônicas.
- Grupo constituído por João Pessoa e Salvador, com índices entre 26% e 50%, semelhantes ao que também se encontra em Florianópolis.
- Grupo constituído por São Luís, Teresina, e Fortaleza, com índices mais elevados de variantes palatalizadas (entre 51% e 75%), encontrados também em Boa Vista (RR) e Belo Horizonte (MG) (Figura 6).

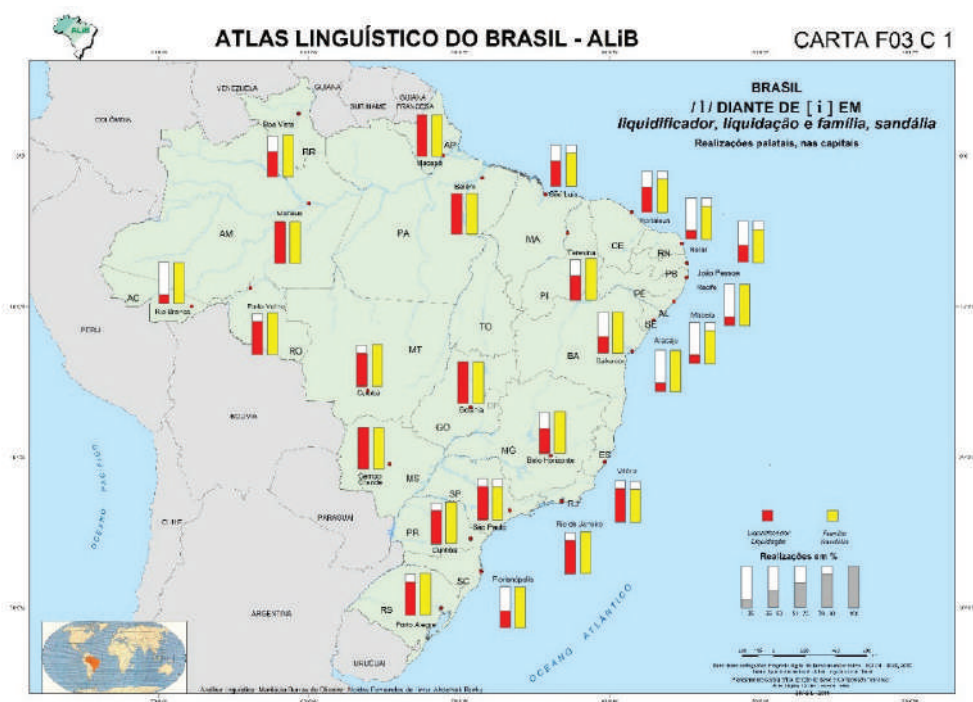


Figura 6 Carta F03 C1 – /l/ diante de [i], em *liquidificador* e *liquidação*.

Fonte: ALiB (CARDOSO et al., 2014, p. 93).

2.5 Realização fricativa laríngea para os róticos em coda silábica¹²

A realização fricativa laríngea para os róticos em coda silábica, interna ou externa, em nomes como *torneira*, *calor*¹³, ou em formas verbais infinitivas, como *botar*¹⁴, está registrada em todas as capitais, exceto Curitiba (PR), embora com índices reduzidos na maioria daquelas que se situam no Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Nas capitais do Norte, Nordeste e em Belo Horizonte, no Sudoeste, a realização fricativa glotal ou laríngea, em coda silábica, interna ou externa, é predominante, ocorrendo, como única variante, em Fortaleza, Natal e Aracaju, em todos os contextos, ou como a variante predominante, ao lado da velar ou do tepe, nas outras capitais nordestinas, como se observa nas cartas F04C3, F04C4 e F04C6 do ALiB (cf. CARDOSO et al, 2014, p. 103, 105 e 107).

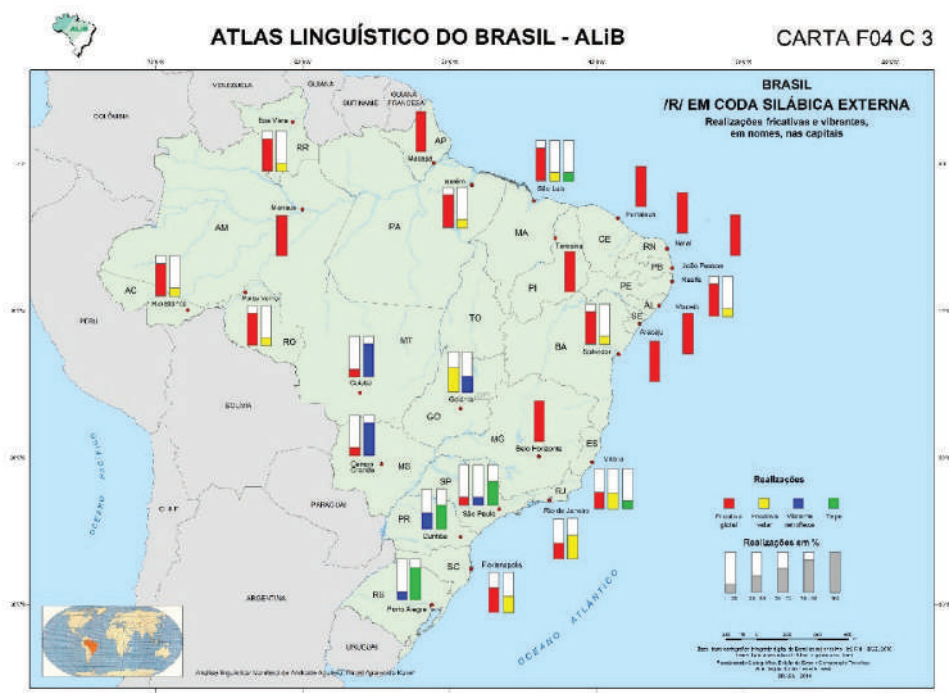


Figura 7 Carta F04 C3 – /R/ em coda silábica externa: nomes.

Fonte: ALiB (CARDOSO et al., 2014, p. 103).

- 12 A análise do rótico em coda silábica, no *corpus* do ALiB, foi realizada por Vanderci de Andrade Aguilera e Dircel Aparecida Kailer.
- 13 Cf. *Atlas Linguístico do Brasil*. Questionários 2001. Questionário fonético-fonológico, questões 012, 022, 061, respectivamente.
- 14 Cf. *Atlas Linguístico do Brasil*. Questionários 2001. Questionário fonético-fonológico, questão 036.

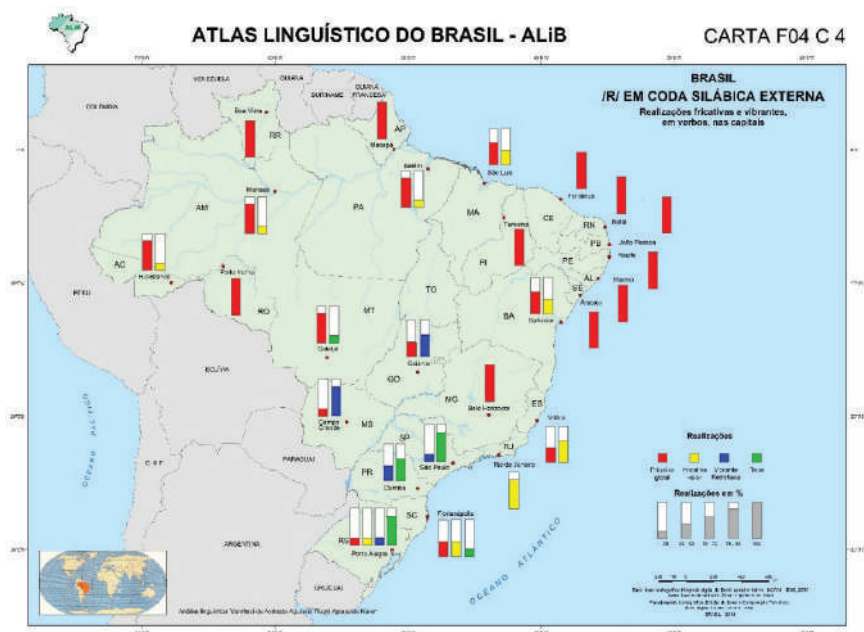


Figura 8 Carta F04 C 4 /R/ em coda silábica externa: verbos.

Fonte: ALiB (CARDOSO et al., 2014, p. 105).

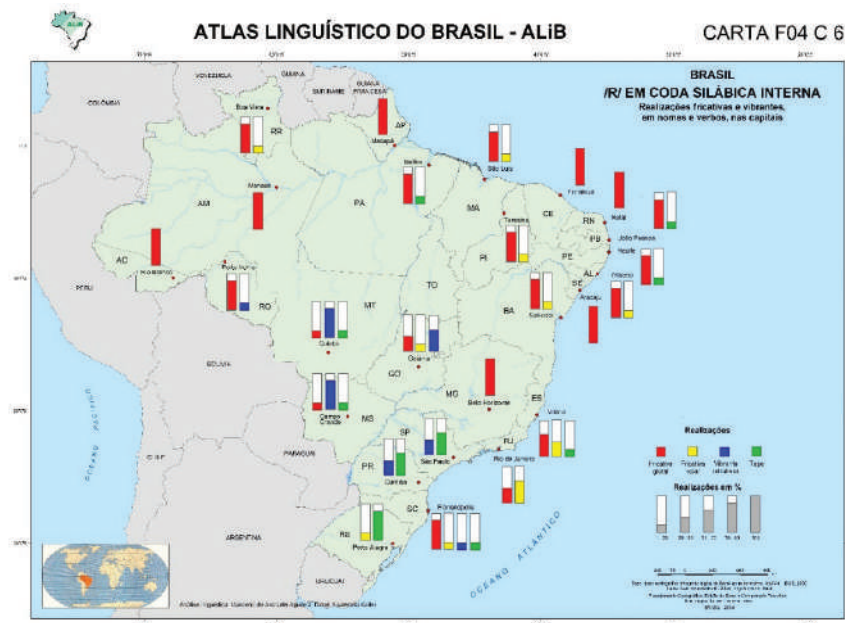


Figura 9 Carta F04 C 6 - /R/ em coda silábica interna: verbos.

Fonte: ALiB (CARDOSO et al., 2014, p. 107).

Para concluir

Outros fatos documentados no *corpus* do ALiB, ainda não cartografados, poderiam ser trazidos para caracterização da fala do Nordeste, como, por exemplo, a presença das variantes africadas palatais [tʃ, dʒ], depois de semivogal palatal ([j]), em vocábulos como *muíto*, *doido* (emitidos como *muntcho*, *dodju*), aí documentados, com grande frequência, principalmente em Maceió (60%), vindo a seguir, em ordem decrescente, Aracaju (26%), Natal (18%), João Pessoa (13%), Recife (10%) e Salvador (9%). Em São Luís e Fortaleza não se documentaram africadas palatais nesse contexto, e, em Teresina, registraram-se apenas duas ocorrências, como observaram Mota e Santos (2012)¹⁵.

Ressalta-se, também, a possibilidade de se delinearem subáreas dialetais no Nordeste – como verificado em relação à frequência das realizações dentais para o /t, d, l/ diante de [i] – e as semelhanças linguísticas entre capitais nordestinas e capitais de outras áreas – como, por exemplo, Rio Branco (AC), de referência ao timbre das vogais médias pretônicas e à frequência da articulação dental para o /l/ diante de [i] e Florianópolis, quanto à frequência da articulação dental do /t, d, l/ diante de [i] e também quanto à palatalização do /t/ depois de semivogal palatal – certamente indicadoras de colonizações comuns e/ou de contatos mais recentes.

Quanto à divisão entre falares do Norte e falares do Sul, os dados aqui apresentados apontam, principalmente, as diferenças entoacionais. De referência ao rótico em coda silábica, salienta-se, também a frequência das realizações fricativas laríngicas, ao lado da pouca representatividade das variantes vibrantes, nas regiões Norte e Nordeste.

Os resultados aqui apresentados, referentes às capitais, deverão ser completados e confirmados com o prosseguimento da análise do *corpus* do ALiB, com a inclusão das demais 225 localidades que constituem a sua rede de pontos, e com a análise de outros fatos, tal como previsto para os volumes 4 a 7, já em andamento, de modo a fornecer elementos que permitam, com mais segurança, a delimitação de áreas dialetais no português do Brasil.

Referências

BARBADINHO NETO, Raimundo (Org.). *Estudos filológicos*: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2003. v. I. 748 p. ilus. (Coleção Antônio de Moraes Silva, Estudos de Língua Portuguesa).

15 Cf. também Santos (2012), com dados do ALiB, registrados em localidades do interior de Alagoas e Sergipe.

CARDOSO, S. A. M. S. et al. *Atlas linguístico do Brasil*, v.2. Cartas Linguísticas 1. Londrina: EDUEL, 2014.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB: *Atlas linguístico do Brasil*. Questionário 2001. Londrina: UEL, 2001.

MOTA, Jacyra Andrade; SANTOS, Andrea Mafra Oliveira dos. Onde estão as “africadas baianas”? In: ALTINO, Fabiane Cristina (Org.). *Múltiplos olhares sobre a diversidade linguística: uma homenagem a Vanderci de Andrade Aguilera*. Londrina: Midiograf, 2012, p. 189-209.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

ROSSI, Nelson. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1963.

SANTOS, Andrea Mafra Oliveira dos. *As “africadas baianas” em Sergipe e Alagoas: um estudo a partir dos dados do Projeto ALiB*. 2012. 121f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

Fazenda Maracujá: as palavras fracas e as palavras fortes

Lúcia Maria de Jesus Parcerio
(Universidade do Estado da Bahia)

Introdução

No semiárido baiano, é comum haver, em seus diversos municípios, comunidades afrodescendentes semi-isoladas, sobre as quais pouco ainda se sabe sobre sua formação sócio-histórica, bem como sobre características da escravidão a que foram submetidas. Uma dessas comunidades, na qual se desenvolve esta pesquisa é a Fazenda Maracujá (FM), situada a cerca de 20 km da sede de Conceição do Coité, município que foi ponto de comércio de escravos, como pode ser atestado pela documentação de compra e venda de escravos, assim como por cartas de alforria arquivadas no cartório local. Fatos da escravidão estão, ainda hoje, na memória dos mais velhos.

A localidade tem uma população remanescente de quilombo formada inicialmente por quatro irmãos que adquiriram a terra: seus descendentes constituíram famílias casando-se entre si e, até então os habitantes guardam um tipo de relação fechada. De passado escravo, o local conta hoje com aproximadamente quatrocentos moradores em sua maioria lavradores, analfabetos que vivem em pobreza extrema.

Sabe-se que, no período da escravidão, nos grandes centros urbanos, alguns escravos originários das mesmas diversas nações (*jeje, nagôs, haussas, congos, angolas, moçambicanos*, entre outros) aos poucos foram se organizando em terreiros de candomblé; outros criaram irmandades religiosas junto à Igreja Católica, como estratégias para preservarem suas tradições, desenvolvendo uma *consciência racial*¹. Ainda hoje, continuam se organizando não mais em irmandades, embora essas ainda existam, mas através da música, de expressões artísticas e

1 Vale precisar que se entende raça como uma construção histórica e não como um dado da biologia; assim, não é a cor da pele nem os demais traços fenótipos de um grupo que vai determinar a sua identidade.

principalmente do candomblé. Em algumas regiões do país, a cultura afro vem conquistando espaço, contribuindo, dessa forma, para mudar o quadro de discriminação étnica muito presente em nossos dias.

Embora até recentemente a prática do candomblé fosse perseguida, sua resistência tem contribuído para uma mudança de atitudes e, nos últimos anos, iniciados do candomblé já não hesitam em divulgar ao mundo exterior certos conhecimentos, contos ou mitos relacionados ao divino. Essa mudança de atitude tem levado os afrodescendentes a buscarem ações afirmativas² junto à sociedade, em diferentes áreas sociais, para a reversão das desigualdades ainda presentes.

Por outro lado, a zona rural, em particular a comunidade objeto deste estudo, não parece estar passando pelo mesmo processo – o desenvolvimento da consciência racial – pois pouco se sabe ainda sobre as suas tradições religiosas e culturais. As atividades exercidas no candomblé não são assumidas fora de seus grupos, já que são ainda muito estigmatizadas pela sociedade circundante.

Assim, dada a escassez de estudos sociolinguísticos que analisem, com base no discurso dos sujeitos, a relação entre a língua, a sociedade e a cultura, em particular, no que se refere às atitudes sobre a língua de sua expressão cultural por seus moradores, bem como a respeito das atitudes dos sujeitos em seu entorno, esta pesquisa pretende acrescentar novos dados aos demais trabalhos realizados nessa área, contribuindo com o estudo da linguagem de grupos minoritários no país.

O presente trabalho tem objetivo de depreender as atitudes linguísticas sobre a variante da comunidade FM, como matriz de sentido. As atitudes são analisadas no sentido de verificar a avaliação dos falantes a respeito de sua própria língua e da língua do outro. Nessa perspectiva, incluem-se as crenças e os valores, as reações emocionais e as representações sociais ativas no sujeito em seus grupos sociais.

Os estudos têm como abordagem teórica os pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística, com base nas concepções postuladas por Fasold (1984), Fishman (1972), Gumperz e Dell Hymes (1972), Dell Hymes (1964), Saville-Troike (1989), entre outros. Ademais, como se entende que as atitudes linguísticas e, portanto, as representações da língua e de suas variantes, fazem parte do objeto da sociolinguística, a concepção teórica mencionada articula-se à abordagem das representações sociolinguísticas com base nos trabalhos desenvolvidos pelo sociólogo Bourdieu (1983; 1998). Assim, a pesquisa ultrapassa a simples categorização de fatos e estende o entendimento do sistema cultural para a língua, já que, ao mesmo tempo, relaciona língua e organização social, papéis de relacionamentos

2 Por ações afirmativas entendem-se medidas especiais e temporais, tomadas pelo Estado e/ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsivamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos sociais, étnicos, religiosos, de gêneros e outros.

de valores e crenças e outros padrões de comportamentos partilhados, que são transmitidos de geração a geração no processo de socialização e de aculturação.

É, portanto, com base nos pressupostos apresentados que se pretende estender a análise dos dados da pesquisa à observação de comportamentos e de seus significados no dia-a-dia da interação social, em um contexto mais amplo em que os comportamentos estão inseridos.

O presente trabalho divide-se em três seções. A primeira apresenta os pressupostos teóricos e metodológicos que orientam a pesquisa, assim como se examinam os dados referentes ao grupo de base da pesquisa, constituído pelos informantes da comunidade.

Na segunda seção, apresentam-se dados coletados em dois grupos da comunidade FM, analisam-se os excertos e comparam-se as características específicas das variantes linguísticas de cada grupo, como procedimento necessário à compreensão das atitudes e representações sociolinguísticas dos dados analisados.

Sintetizam-se, posteriormente, os resultados da pesquisa e apresentam-se as referências.

1 Pressupostos teórico-metodológicos

Nesta seção, são apresentados dados da teoria que embasa a pesquisa e, posteriormente, explicitam-se aspectos da metodologia e da coleta de dados, que caracterizam o estudo feito.

1.1 A teoria

Entre as abordagens da sociolinguística, a ênfase nesta pesquisa é dada ao estudo das atitudes linguísticas, uma vez que tais atitudes e crenças afetam não só os fenômenos particulares específicos como o plurilinguismo e, em particular, a variedade intralinguística. A Sociologia da linguagem proposta por Fishman (1972) interessa aos propósitos desta pesquisa, uma vez que

Investiga a interação entre dois aspectos do comportamento humano: o uso da língua e a organização do comportamento social. De modo resumido, a sociologia da linguagem focaliza uma gama de tópicos relacionados à organização social do comportamento da língua, incluindo não só o uso da língua *per si*, mas também atitudes e comportamentos abertos a respeito da língua e de seus usuários. (FISHMAN, 1972, p. 1)

A essa linha de pesquisa pode se acrescentar a definição de marcação de papéis sociais, atitudes, sobre diferentes línguas e variedades de linguagens, que refletem

percepções e influenciam a interação no interior ou fora das fronteiras de uma comunidade de fala.

Fasold (1984) define os possíveis objetos de estudos de atitudes sobre a linguagem como segue:

- a) O que pensam os falantes sobre as línguas (se são ricas, pobres, feias ...)
- b) O que pensam sobre os falantes das línguas e dialetos;
- c) Atitudes em relação ao futuro de uma língua.

Neste caso, atitude linguística pode ser entendida como parte do sistema para organizar e relacionar valores e crenças e comportamento a um conjunto de julgamentos éticos e estéticos (FASOLD, 1984, p. 176).

De modo semelhante, Saville-Troike (1989, p. 180) caracteriza o estudo sobre atitudes linguísticas:

- a) Aquele que explora atitudes gerais sobre a linguagem e as habilidades da linguagem (quais as línguas ou variedades são melhores que outras, para qual conceito de letramento (*literacy*) é avaliada);
- b) Aquele que explora impressões estereotipadas sobre a linguagem, seus falantes e suas funções;
- c) Aquele que foca sua pesquisa em interesses sobre aplicações (por exemplo, a escolha e uso da língua e aprendizado da língua).

Uma das razões pelas quais as atitudes interessam à etnografia consiste em que falantes raramente podem escolher conscientemente que atitudes ter em relação a uma determinada variedade de linguagem, uma vez que as atitudes são adquiridas pelos membros de um grupo como parte da cultura ou no processo de aculturação em uma comunidade particular de fala. Tais atitudes podem basear-se em fatos reais, mas, na maioria das vezes, se originam a partir de crenças imotivadas, assegura a autora.

1.2 Considerações metodológicas e coleta de dados

Como se trata de uma pesquisa qualitativa, considerando que nos interessa não é apenas o que os informantes dizem, mas também como e porque eles dizem; assim, os procedimentos metodológicos são orientados pela Etnografia, pois, como mencionado anteriormente, nessa abordagem a cultura corresponde a padrões simbólicos e a língua é apenas um desses sistemas simbólicos no processo de comunicação. Desse modo, interpretar o significado do comportamento linguístico requer conhecer o significado no qual ele está inserido. Com efeito, a fonologia, a gramática e o léxico, que são objeto da descrição linguística, constituem apenas uma parte dos elementos da língua usados para a comunicação, para os quais devem ser incluídos os fenômenos que têm significado convencional em cada comunidade de fala (SAVILLE TROIKE, 1989, p. 22). Aqui se procurou,

inicialmente, conhecer a comunidade para neutralizar essa situação de preconceções, buscar dados de diversas maneiras possíveis, combinar medidas objetivas às subjetivas, a fim de ter acesso mais preciso ao grupo.

Como principal instrumento na coleta de dados, utilizou-se o recurso de entrevistas para obter os dados linguísticos, bem como um amplo conjunto de informações sobre as relações socioculturais. Quanto às questões e ao estilo das entrevistas, o tipo mais comum é composto de questões abertas, de modo que possibilitem ao entrevistado falar de suas experiências, seus saberes, suas crenças, seus valores para se obter um amplo conjunto de informações necessários à análise e interpretação dos dados.

Nossos experimentos e a análise apresentada [sobre alternância de códigos] demonstram a importância do significado social não referencial para o estudo da linguagem na sociedade. A observação naturalmente naturalística do comportamento da fala não é suficiente. Para interpretar o que ouve, o pesquisador deve ter algum conhecimento da experiência da cultura local e do processo que gera o significado social. Sem isto é impossível generalizar sobre a implicação social de diferenças dialetais (GUMPERZ, 1972a, p. 556).

Da citação destacam-se dois aspectos principais a serem considerados nesta pesquisa. Primeiro, o conhecimento da experiência da cultura local, que se tentou adquirir através da opção por questões abertas nas entrevistas e pela observação e participação em eventos na comunidade. Segundo, o significado social; nesse sentido buscaram-se os comportamentos e as relações sociais construídas no processo sócio-histórico entre os moradores e seus pares.

Os dados foram coletados no período de 2000 a 2002, a partir de entrevistas semi-estruturadas, com base em um roteiro temático sobre a formação e a vida da comunidade. Foram abordados assuntos sobre o trabalho na roça, na casa de farinha, o trabalho no motor para o processamento do sisal, as práticas religiosas, bem como as festas e outros.

2 Dados coletados na Fazenda Maracujá

Para este artigo, selecionamos quatro entrevistas, de informantes acima dos 50 anos e que geralmente não foram alfabetizados, alguns mal assinam o nome. Esses informantes fazem parte do grupo GR1.

Selecionamos também quatro informantes de 21 a 40 anos para constituir o GR2. A análise foi feita a partir das entrevistas desses informantes.

2.1 A escola é a enxada

O grupo 1 (GR1) é constituído de pessoas mais velhas que não estudam e não têm contato regular com pessoas de fora da comunidade: seu conhecimento do mundo advém da prática. Esses conhecimentos incluem o trato com a terra; as fases da lua adequadas a determinadas culturas, as estações da chuva (os meses) apropriadas para o plantio de cada lavoura (milho, feijão, mandioca), o combate às pragas; o uso das ervas medicinais e das rezas para curar as doenças e afastar o mal.

Os trechos para análise foram selecionados dos informantes constantes do Quadro 1.

Quadro 1 Características dos informantes do Grupo 1 (GR1).

Informante	sexo	idade
AMS	f	56 a
TBS	m	59 a
SPS	m	75 a
MVJ	f	70 a

O GR1 é composto por informantes idosos, que têm pouco contato com as pessoas de fora da comunidade, geralmente não alfabetizadas alguns mal assinam o próprio nome.

(1) AMS, informante de 56 anos, nascida na comunidade FM, semi-analfabeta, lavradora, líder religiosa reconhecida na localidade. Apesar dos maus tratos da vida, é uma pessoa disposta, falante, determinada. A seguir alguns trechos de sua entrevista.

Ela sabe que eu num sô formada. Ali num é formado. Ela sabe que a língua da gente é língua de nafabeto. Ela num qué nem sabe disso, né certo? Oh! Meu Deus você é tola minha fia ... Refere-se à crítica pela filha à fala da mãe com a entrevistadora.

Num sô boa estudada, sei vendê (...) mas graças a Deus pra eu sabê que ônibu vô pegá, que carro vô pegá tá bom demais.

AMS acrescenta que ‘chega no supermercado sei compra (...)’. Para, além disso, ao assumir a língua de ‘nafabeto’, o fato da assimetria pesquisadora *versus* entrevistada não a inibe, nem a incomoda. Ela age como alguém que só dispõe daquele recurso em relação à fala e, por isso, não tem que escolher entre formas

alternativas, o que a deixa muito à vontade para falar, já que a insegurança linguística, motivada pela questão do ‘certo’ e do ‘errado’ pode contribuir, e muito, para a inibição dos sujeitos.

(2) SPS, informante de 75 anos, nascido em Vagem, localidade vizinha à FM. É não alfabetizado, mora na comunidade desde 1951. Ele é lavrador, canta chula e samba, faz parte do grupo de sambadores da região.

Doc. E a escola, você já frequentou alguma escola?

Inf. Minha senhora, nesse tempo o pai da gente num botava nós prá estudá, botava era no seuviço. Eu num sei fazê uma letra.

Doc. Nunca foi à escola?

Fui mas num aprendi nada.

Doc. Ah! Quando é que você foi [à escola]?

Inf. Ah, minha senhora, tá veio eu num era casado ainda. Foi ni Alma.

Doc. E seus filhos? Ah! seu filho, só tem um, né?

Inf. É a mulé teve nove. Sete fio e duas mulé ... sete foi macho, home ... [dos nove] só criou aquele. Esse sabe assiná o nome dele. Num foi porque eu num botei ele na escola, gastei muito com ele, mas o interesse era poco.

Doc. Ele preferiu o trabalho, né?

Inf. É agora meus neto sabe o drobo que ele num sabe.

Doc. Sabe? Eles estudam onde, seus netos?

Inf. Aí no prédio.

Doc. Agora você vai falar sobre a fala daqui, da comunidade FM.

Inf. A comunidade, quando eu vô lá, eu convesso cum a mesma voz q’eu tô convessano aqui.

Doc. O que você acha de sua fala?

Inf. O qu’eu acho que num tenho jeito de muda a fala. Convesso assim canto assim como a senhora já viu eu cantano.

Doc. E sobre a linguagem dos mais jovens, o que você acha? Dos seus netos por exemplo..

Inf. Eles pode fala mais diferente porque eles tá no MOBRÁ e eu num tô, o meu pai num me botô. O tempo de eu i prá escola meu pai me botava era na roça prá tabaiá.

(3) TBS tem 59 anos, nasceu e se criou na FM, quando jovem saiu para trabalhar fora, inclusive em uma firma em Salvador, onde aprendeu a assinar seu nome.

Inf. ... quande eu saí daqui eu num ... eu num ... sabia nem fazê meu nome, porque nossos pai tinha ... achava difíci pá pessoa aprendê lê , dava

pra ... pá ensiná era trabaiaí, puxá a enxada ai ... eu disse tem fé em Deus que inda q'eu vô fazê meu nome. Até que um dia qu'eu achei uma firma pá trabaiaí, pra eu trabaiaí que tinha uma escola ... aí eu estudei um mês e quatoze dia. Eu já fazia até bilhete, mas sabe, cum tempo, cum tempo esqueci quase tudo, mas meu nome ainda eu faço.

Doc – E seus filhos tem algum não alfabetizado?

Inf – Não. Graças a Deus todos ele sabe lê, num tem nenhum que nem eu.

(4) MVJ, nascida na comunidade, tem 70 anos, não alfabetizada, hoje sai pouco e se dedica mais aos trabalhos de casa, já que uma deficiência da visão não permite os trabalhos na lavoura. No que diz respeito à religião, embora ela se diga católica, é praticante do candomblé e atualmente oferece um caruru em sua casa, geralmente no último domingo de setembro, em agradecimento a São Cosme e Damião pela sua cura (quando jovem teve uma espécie de paralisia em uma das pernas, o que lhe deixou uma sequela).

Inf. Hum ... é prá fala mais arto?

Oh!. Meu Deus, colé o povo vem ... vem gente das 'A[h]ma' como diz a histora, os menino chama (A[w]mas, mas eu chamo é as 'A[h]ma' (risos) vem gente das A[h]ma vem da Chapada vem de todo lugá que quera vim.

Doc. E como é que você conversa?

Inf. Ói eu aí convessano (risos). Num tenho ôta fala mudada?

E seus netos falam igual a você?

Inf. Meus neto igualmente a mim mesmo. Aí quano eu convesso assim, eles porque tá estudano e é da modernage [dizem] Eta! Óia pá madinha como é que convessa. É assim madinha. Eu digo 'não meu fio, eu vô convessá é assim, eu num sei como é não [eles] cai de sorrir, sorrindo de eu que ele convessa bem falado e eu num sei convessá. Isso é eles que diz.

Doc. Você não acha nada disso?

Inf. Eu não senhora (risos) ... 'Ói pá madinha, madinha fala assim'. E cumé Que fala Moriço [Maurício]? Aí ele cai de sorri.

Para Schlieben-Lange (1993, p. 94), os falantes de uma língua sabem muito sobre ela e são capazes de explicitar esse saber até determinado grau: eles podem dizer quais são os elementos que fazem parte de sua língua e quais são os elementos estranhos; podem dizer quais são os elementos antigos e quais são os surpreendentes e novos (baseando-se num saber sobre as possibilidades sistemáticas de sua língua e sobre aquilo que normalmente é realizado nela).

A esse respeito podem-se observar dois fatos de conhecimento intuitivo da informante, sobre o seu desempenho, isto é, o conhecimento implícito que o falan-

te nativo tem de sua língua materna e, por outro lado, como diz Schlieben-Lange, os falantes sabem muito sobre sua língua ou variante. Neste caso, a informante sabe que a realização [h] em Armas (nome de localidade) faz parte do repertório linguístico de sua comunidade, assim como sabe também que essa forma encontra-se em variação com a realização [w] na fala dos mais novos [os netos] **‘está estudano e é da modernage’** Assim, temos na comunidade [h] ~ [w], sendo que [h] corresponde à realização das pessoas mais velhas, não escolarizadas e [w] corresponde à realização fonética dos mais novos sob a influência da escola. Como se sabe, a atividade verbal, seja ela oral ou escrita, importa necessariamente no conhecimento implícito das regras gramaticais, ou seja, da gramática de sua língua ou variedade.

Constata-se, então, que a informante tem conhecimento intuitivo de aspectos internos ao sistema linguístico. Sabe que, em sua gramática, naquele ambiente fonológico [w] é realizado como [h]. Ela demonstra também conhecimentos extralinguísticos que diferenciam a sua variante [h] da variante de seus netos [w]. Do ponto de vista da avaliação que a informante faz da variante, o trecho revela que, diferentemente dos mais jovens, a exemplo de seus netos, a informante não atribui um valor social às diferentes formas de falar, está satisfeita com o seu próprio modo de falar e, por isso, não demonstra qualquer conflito que implique desejo ou necessidade de mudar. Quanto à avaliação estética (bonita, feia, elegante etc.), também não avalia negativamente sua fala **‘eu num acho não senhora ... eu acho do mermo jeito’**.

A grande maioria dos moradores nem sequer assina o próprio nome, alguns assinam o nome e leem alguma coisa. Para os representantes desse grupo, saber assinar o nome e ler o necessário para exercer algumas atividades práticas como pegar ônibus, saber comprar ou vender em um mercado em uma feira, é suficiente. Hoje, entretanto, essas pessoas até se sacrificam para que os filhos estudem e se orgulham de eles saberem ler e de terem outros conhecimentos proporcionados pela escola. Vale ressaltar que os informantes desse grupo não apresentam insegurança linguística. Falam com muita naturalidade, sentem prazer ao falar de suas atividades do dia-a-dia, a presença do gravador não traz desconforto e nem os inibe.

2.2 As palavras fracas e as palavras fortes

O Grupo 2 (GR2) consta de quatro gravações de informantes homens e mulheres na faixa etária entre 21 a 39 anos, moradores da FM alfabetizados ou semi-alfabetizados. Caracterizam-se como sujeitos que têm algum tipo de contato mais frequente com a sede do município.

Quadro 2 Características dos informantes do Grupo 2 (GR2).

Informante	Sexo	idade
LRS	M	39 a.
GVN	F	36 a.
ILD	M	21 a
VNS	F	21 a

Os trechos a seguir destacados foram selecionados das entrevistas com os informantes e versam sobre as atitudes a respeito da variação linguística da comunidade.

(5) LRS tem 39 anos é o líder da comunidade, estudou até a quarta série do nível fundamental. Nasceu em Cansanção, fazenda próxima, casou na FM, onde mora há mais de quinze anos.

Doc. Com referência a língua do Maracujá, você percebe alguma diferença em relação à falada em Maracujá e aqui em Conceição do Coité?

Inf. Ói, por exemplo, a gente sente que existe **alguma diferença da língua pelo pessoal não tê um português afinado** e aí sente que eles **falam um monte de coisas errada**, mas só que é o seguinte tem que entendê que eles erram porque eles num pode acertá (...) **tenho a maior certeza que eles tinha vontade de falá as coisas ... a língua correta**. Mas prá eles quando eles tão falano errado, ali eles num percebem que errou. Eles falam errado sem saber que tá errano (...)

(6) GVN nasceu na comunidade, tem 36 anos e é a agente de saúde e a representante da Igreja Católica no local, assim, periodicamente necessita ir à sede do município a fim de participar de alguma reunião, além de cursar, atualmente, o segundo grau também na sede do município, o que a leva a ter um contato externo à comunidade mais frequente.

Doc. O que você acha da fala da comunidade?

Inf. O pessoal **daqui a maioria fala muito errado. Faltando letras, puxa na letra**.

Doc. E você acha a fala daqui, bonita, feia?

Não eu acho bonita, que cada um tem um sotaque, né? A de TSF, inclusive é diferente da minha, **ela puxa mais um pouco**.

Inf. tem pessoas que **fala mais correto**.

Doc. E o que significa **falar mais correto**?

Inf. Falar correto? As palavras certas porque tem gente aqui que Coité, chama [Coi[té] e eu acredito que o correto é [Coi[té], então a gente respeita as crenças das pessoas.

Doc. Aqui na comunidade quem você considera que fale bem, fala melhor a língua portuguesa?

Inf. Fala melhó, **aquelas pessoas mais jovens, eles falam mais correto**, porque eles estão estudando. Lá na escola eles estão vendo como é a prática, esse pessoal mais velho tipo minha mãe, minha tia, esse pessoal **eles falam incorreto**, eu acho.

Porque estudam os jovens, normalmente falam mais correto, se eles não estudassem eles estavam [inint] os pais falando a mesma coisa.

(7) ILD nasceu e se criou na comunidade FM, há três anos vem tentando concluir o 1º ano do segundo grau, mas quando chega na metade do ano, por dificuldades diversas sempre desiste. Atualmente trabalha na comunidade como agente de família³.

Doc – E quanto à língua daqui do Maracujá, você sente alguma diferença do pessoal de fora?

Inf. – as pessoas que estudam ele tem uma maior facilidade prá fala, geralmente ele tá com os livros, com os professores, eles vai para algumas reuniões, participa de algumas palestra e observa maia o fala, o linguajá das pessoas e com isso tem mais **facilidade de conversar**. Os mais velhos, não por não estudar, o motivo que num sai assim muito, não lida muito assim com as pessoas que sabem bem a língua, aí tem **certa dificuldade de falá**, por esse motivo. Assim, no termo da língua mesmo, tem pessoas, eu vejo velhos fala assim na ôta **sumana**.

Doc. E você acha que têm pessoas que falam mais bonito que outras?

Inf. ... Eu acho que não, pois **fálá mais bonito é pela facilidade do estudo, quando você é aluno, você se preocupa a falá bem, bem falado, a falá o português legítimo**. A gente sabe que **a língua mais difícil que tem é a portuguesa. Ela é bem difícil**

(8) VNS é uma jovem de 21 anos, nascida na comunidade, cursou o segundo grau na sede do município.

3 O agente de família trabalha com a orientação das famílias contempladas no PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. A criança estuda em determinado turno, no outro recebe reforço escolar.

Inf. Oh, O falá... o falá... da sede e o falá daqui do Maracujá se fosse pra mim compará, mais bonito sim, o que palavras bem falada é sempre mais bonito do que palavras mal falada ... tem ... tem palavras que ... como é que diz meu Deus ... pode sê transferida (substituída) por outra, né? Te, várias palavras que você tá falano uma palavra e ali vai falá outra e tem o mesmo significado, tem o mesmo significado ...

Doc.

Inf. Pode substituí por outra e então, aqui no Maracujá tem uma **palavra fraca**, mais aqui na frente tem uma **palavra forte e bonita**, é o mesmo significado, mas lá na sede eles lhe elogia, aqui você foi elogiada com essa palavra, chegô na sede você foi elogiada com aquela palavra que tem significado **mais bonito, mais forte, acho que fica mais elevada**, chega aqui você fica sei lá, alguém fala.

Doc. Aqui no Maracujá né, tem alguém que fala bem?

Inf. Aqui no Maracujá pra falá a verdade quase ninguém fala bem, não acho que não, eu acho que as pessoas que fala bem, aquelas pessoas aqui que enfrentaram uma escola aqui, aqui no nosso meio. Muita gente num frequentô escola, só frequento escola aqui do ... as pessoas que têm de trinta anos pra cá e oi lá, trinta anos pra lá a maioria nenhuma frequentô escola e se frequentô foi de primeira série a segunda série, no acredi ... essa série num vai pegá uma language assim normal, as pessoas aqui não são pessoas, são pessoas muitos, não é dizê assim, rudes, mas que moraro numa localidade onde não tivero oportunidade, então num fala bem.

De acordo com a comparação que a informante estabelece, a língua da FM é alvo de uma avaliação negativa em relação à língua daqueles que ‘sabem falar’, particularmente, em relação aos sujeitos da zona urbana do município. Assim, as palavras da comunidade são ‘**mal faladas**, sem **sentido**, **fracas**, opondo-se às da sede, que são **fortes**, **elevadas**, que **têm nível**. Nesse sentido, Bourdieu (1983, p. 166) postula que, “no nível dos grupos tomados em seu conjunto, uma língua vale o que valem aqueles que a falam, ao nível das interações entre os indivíduos, o discurso deve sempre uma parte muito importante de seu valor ao valor daqueles que o dominam”. É possível que os valores advindos de um passado de escravidão e de isolamento sejam transferidos para os sujeitos e para sua fala.

Ainda de acordo com Bourdieu, “a estruturada relação de forças simbólicas nunca é somente definida pela estrutura das competências propriamente linguísticas”, mas também do seu modo de produção e de distribuição. Não se pode separar a dimensão propriamente linguística das produções linguísticas.

Vimos que o GR2 é constituído por falantes que têm algum tipo de relação regular fora da comunidade e ou frequentaram por algum período a escola na

zona urbana do município. Esses sujeitos identificam traços de pouco prestígio social na fala da comunidade e fazem uma avaliação negativa da variante rural local. Para eles ‘os mais velhos não sabem falar’, ‘falam incorreto’, ‘não falam a língua legítima’. E os traços típicos estigmatizados passam a ser apreendidos como uma ‘qualidade diferencial’ suficiente para desqualificar a variante (GOFFMAN, 1982).

Analisando-se o discurso do Grupo 2, pode-se observar o valor dado ao saber da escola, reorganizado a partir de fragmentos do discurso prescritivo que circula na sociedade no seu próprio discurso a respeito da língua. Com efeito, segundo as representações desse grupo, saber falar é falar o padrão da escola.

Nesse sentido, como afirma Bourdieu (1998, p. 49), a sociologia da linguagem é logicamente indissociável de uma sociologia da educação, uma vez que a escola, como guardiã da cultura legítima, encontra-se dominada pelos produtos linguísticos da classe dominante, os quais podem ser adquiridos “pela familiarização, ou seja, por uma exposição mais ou menos prolongada à língua legítima e através de regras explícitas inculcadas pelo sistema escolar”; a língua legítima é aquela dos grupos dominantes, e se converte em capital linguístico, favorecendo a obtenção de lucros por aqueles que a detêm.

Considerações finais

Os informantes da comunidade FM estão diretamente buscando excluir as formas da oralidade, desvalorizando-as, e buscando conformidade com os preceitos da escola que se mostram como lugar privilegiado para a aceitação da produção da linguagem.

Analisando-se o discurso do Grupo 2, pode-se observar o valor dado ao saber da escola, reorganizado a partir de fragmentos do discurso prescritivo que circula na sociedade no seu próprio discurso a respeito da língua. Com efeito, segundo as representações desse grupo, saber falar é falar o padrão da escola.

Assim, os informantes estão diretamente excluindo as formas rurais, não padrão e buscando conformidade com os preceitos escolares que envolvem o conhecimento sistematizado pela escola, como espaço privilegiado para a aceitação da produção da linguagem.

Referências

BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2 ed, São Paulo: EDUSP, 1998.

FASOLD, J. A. *Sociolinguistics of society*. Oxford: Blackwell, 1984.

- FISHMAN, J. A. *The sociology of language: an interdisciplinary social approach to language in society*. Newbury house publishers: Roley, Massachusetts, 1972.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. J. Rio de Janeiro, Guanabara, 1982.
- GUMPERZ, J.; DELL HYMES. *Directions in sociolinguistics: The ethnography of Communication*. Holt, Rinehart and Winston. 1972.
- HYMES, Dell. *Language in culture and society*. New York: Harper & Row, 1964.
- RIOS, I. N. A. *Nossa Senhora da Conceição do Coité: poder e política no século XIX*, Universidade Federal da Bahia, 2003. (Dissertação de Mestrado).
- SAVILLE-TROIKE, M. *The ethnography of communication*. An introduction. 2 ed. Oxford: Blackwell, 1989 [1982].
- SCHLIEBEN-LANGE, B. *História do falar e história da linguística*. Trad. Fernando Tarallo. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.

Do presente para o passado: os caminhos da constituição do banco de dados do NELP/UEFS em busca da configuração sócio-histórica da língua portuguesa nos sertões baianos

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro
(Universidade Estadual de Feira de Santana)

Norma Lucia Fernandes de Almeida
(Universidade Estadual de Feira de Santana)

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
(Universidade Estadual de Feira de Santana)

Silvana Silva de Farias Araújo
(Universidade Estadual de Feira de Santana)

Priscila Starline Estrela Tuy Batista
(Universidade Estadual de Feira de Santana)

Considerações iniciais

Ao propormos o título acima para este capítulo, tínhamos como objetivo abordar brevemente o processo de constituição de *corpora* orais e escritos, iniciado no âmbito do Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP)¹, na

1 O NELP, criado em 1998 por Norma Lucia Fernandes de Almeida e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, abriga o banco de dados com amostras de fala representativas do semiárido baiano, que são produto do projeto A língua Portuguesa no Semi-Árido Baiano, criado por Dante Lucchesi, em 1993, quem também coordenou a recolha das primeiras amostras. As atividades do projeto se iniciaram efetivamente em 1996 e estenderam-se até 2001. Além dos dados orais, o NELP abriga o banco de dados formado por documentos históricos produzidos nessa região, no âmbito do projeto Contribuições para a constituição de um banco de textos e de um banco de dados para o estudo da história do português no Brasil, do séc. XVII ao XX, pensado e implementado, em 1997, por Ilza Ribeiro, que o filiou ao Projeto para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), da Universidade Federal da Bahia e ao PHPB.

década de 1990. O banco oral do NELP é composto por gravações de fala de comunidades rurais do semiárido baiano e, mais recentemente, da área urbana do município de Feira de Santana. Ao lado dessas amostras orais, o NELP disponibiliza também textos escritos, a maior parte documentação epistolar; essa prospecção de fontes escritas de séculos passados produzidas nos sertões baianos iniciou-se igualmente na década de 90, tendo em vista uma das agendas de trabalho do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB): a constituição de *corpora* diacrônicos.

Os sertões baianos – cujas fronteiras começam a ser estabelecidas a partir de 1640 e que englobam atualmente 62% dos municípios do Estado, a maior parte, portanto, de suas regiões econômicas² – apresentam uma ocupação luso-brasileira característica do período colonial, marcado por amplo contato com línguas indígenas e africanas.

Mattos e Silva (2009), ao discutir os meios para a reconstrução histórico-diacrônica do português brasileiro (doravante PB), a partir de uma visão que inclui, pelo menos, duas origens distintas do PB – português culto *versus* português popular³ –, defende que os caminhos são distintos; enquanto aquele, para a autora, poderá ser recuperado “pela via tradicional desse tipo de trabalho para as línguas que estão representadas pela escrita, ou seja, pelo escrutínio das fontes documentais remanescentes”, o percurso para a reconstrução do passado do *português brasileiro popular/falado* seria um “percurso análogo, *mutatis mutandis* e *modus in rebus*, ao da reconstrução do chamado ‘latim vulgar’” (p.14). Percurso espinhoso este, segundo Mattos e Silva, mas não impossível.

De forma resumida, podemos afirmar que, para definir a constituição do chamado tradicionalmente de português *culto* brasileiro, faz-se imprescindível a realização de pesquisas com dados escritos por informantes escolarizados do passado, quer brasileiros, quer portugueses. Por outro lado, para o escrutínio da constituição histórica das variedades faladas do PB por classes socialmente desprestigiadas e com pouco contato com a escrita formal, é fundamental a realização de estudos feitos com base em textos escritos por informantes poucos escolarizados, fazendo, em ambos os casos, a sócio-história dessas variedades. Outra via de investigação que pode ser realizada, no caso das variedades fala-

2 As regiões econômicas do semiárido baiano são: Nordeste, Paraguaçu, Sudoeste, Baixo Médio São Francisco, Piemonte da Diamantina, Irecê, Chapada Diamantina, Serra Geral e Médio São Francisco (SEI, 2011).

3 De acordo com Lucchesi (1994, 2001), que vê o português do Brasil como um sistema não apenas heterogêneo e variável, mas plural, um diassistema formado por dois subsistemas, por sua vez, igualmente heterogêneos e variáveis, definidos como “normas”.

das, é a busca do presente para o passado, por meio de gravações da fala de pessoas analfabetas ou parcialmente escolarizadas, tanto em comunidades urbanas como em comunidades rurais.

Assim, indo na direção das ideias expostas por Mattos e Silva (2009), Lobo (2001, p. 109) discorre sobre a constituição de *corpora* diacrônicos do PB, definindo o que seria um *corpus* linguístico ideal:

- (i) **Subcorpus 1:** as variedades do português europeu transplantadas para o Brasil;
- (ii) **Subcorpus 2:** as variedades do português falado como segunda língua pelos aloglotas;
- (iii) **Subcorpus 3:** as variedades do português brasileiro que paulatinamente se iam constituindo: 3.1) as variedades cultas⁴ – supostamente mais unitárias e descendentes diretas das variedades do português europeu – e 3.2) as variedades populares⁵ – supostamente mais diversificadas e descendentes diretas das variedades do português como segunda língua.

É desafiadora a composição de *corpora*, sobretudo aqueles formados por fontes documentais históricas que visem à recuperação da vertente amplamente falada nos sertões e pouco documentada nos textos escritos. Em relação às amostras de escrita, indaga-se o quanto cada amostra pode efetivamente evidenciar a gramática que escapa do caráter homogeneizador da norma de prestígio que ronda os textos escritos. Desse ponto de vista, a variação e a mudança observadas nos textos são, por definição, variação e mudança instanciadas nos textos. Entretanto, a linguística histórica tem, desde a sua gênese, buscado meios para lidar, à moda de arqueólogos, com essa aparente impossibilidade. Atualmente, um dos caminhos é o de interpretar a variação encontrada nos textos como parte de uma dinâmica de mudança em que uma gramática entre em competição com outra, como proposto por Kroch (1994, 2001), uma competição captada mais facilmente em *corpora* extensos, em que elementos da gramática vernacular conseguem inserir-se.

No que tange à coleta de fontes amalhadas ao longo das últimas duas décadas, no âmbito do NELP – a maior parte dessas nos vastos sertões baianos –, foram sempre submetidas a uma contextualização sócio-histórico-demográfica e ao controle das condições de produção da documentação escrita, a fim de os *corpora* permitirem recuperar minimamente variedades diatópicas e sociais, no presente, se houver, e no passado.

4 Atualmente, a autora usa a terminologia “socialmente prestigiadas”.

5 Atualmente, a autora usa a terminologia “socialmente des prestigiadas”.

1 Os sertões baianos: alguns aspectos de sua sócio-história

Os sertões baianos, na historiografia, são tidos como “verdadeiros mundos perdidos e isolados”, segundo Silva *et al* (1989, p. 94-97). Na Bahia, durante o período colonial, as povoações ou vilas surgiram em pontos de interseção das estradas que serviam de rotas para o gado, o ouro e iam avançando rumo ao interior⁶. Para os autores, a forma de ocupação de terras no Brasil se caracteriza, até o século XVII, pela concessão de sesmarias, por meio de Ordenações do Reino⁷.

Para Santos (2010, p. 403), a ocupação luso-brasileira no sertão “foi marcada por reversões, lacunas e descontinuidades”. Sujeita a grupos dominantes, estava a chamada “gente miúda”, isto é, “curraleiros, pequenos proprietários de lavouras de subsistência, mestiços livres e pobres, escravos índios e escravos negros; nas zonas de indefinição do sistema territorial, no limiar entre o território luso-brasileiro e os espaços exteriores, estavam os chamados “fora-da-lei”, isto é, “quilombolas, índios fugidos e luso-brasileiros perseguidos pela justiça régia. Do outro lado das fronteiras territoriais, mantinham-se “as dezenas e mesmo centenas de povos indígenas que os documentos coloniais reuniram sob a denominação de gentio bárbaro, uma diversificada população ameríndia milenar”. A ocupação dos sertões, distinta da ocupação do litoral, de domínio português, teria sido feita por brasileiros, na visão de Freire (1998).

Esse cenário, em si, representa um contexto que não poderia ser outro senão aquele no qual foi constituído, em longo processo histórico, o português falado em sua origem, como segunda língua, e que aí se instalou ou foi gestado, resultante de amplo contato linguístico, característico do período colonial brasileiro e que o sertão baiano representa bem; parece, portanto, provável considerar que se tenha fixado, nessa região, o chamado português popular, que, “adquirido na oralidade e em situações de aquisição imperfeita”, seria, para Mattos e Silva (p. 298-299),

-
- 6 Em geral, o tratamento histórico das estruturas de ocupação em zonas de fronteira do sertão baiano de 1640 a 1750, segundo Santos (2010), são o *caminho*, a *sesmaria*, a *povoação*, o *posto militar* e a *missão religiosa*. As povoações se caracterizam como formas de concentração de população em lugares distintos dos espaços de produção pecuária, agrícola e extrativista, característicos da economia sertaneja. Elas constituem, segundo o autor, em nucleações pioneiras que, de uma forma ainda muito rudimentar, apresentam alguns dos elementos que normalmente caracterizam os espaços urbanos coloniais, com pequeno comércio, com pousos, pequenas oficinas de artefatos de couro, ferro, pedra e madeira. As nucleações maiores recebiam também rudimentos de algumas funções administrativas, sediando julgados, abrigando registros e tornando-se “locus de vida social e religiosa” e “postos avançados para novos descobrimentos e conquistas” (2010, p. 356).
- 7 No caso da Bahia, mostram que a ocupação territorial começa com o que denominou de *rush* fundiário, entre 1670 e 1690.

difundido pelo geral do Brasil, “sobretudo pela maciça presença africana e dos afro-descendentes, que perfizeram uma média de mais de 60% da população por todo o período colonial”. Para Carneiro e Almeida (2006), a população de origem africana pode ter exercido um maior papel no sertão baiano, quando parte do contingente de escravos e seus descendentes – tanto a que trabalhou nas minas quanto a que trabalho no recôncavo – passa a migrar para a zona de pecuária, no século XIX, período em que o semiárido baiano é mais densamente repovoado.

Carneiro e Almeida (2006) levantaram alguns vetores que nortearam a composição dos *corpora*, tanto orais quando escritos, refletindo, em linhas gerais, a dinâmica do contato linguístico ocorrido no sertão baiano. Os contextos históricos resumidos pelas autoras são:

- (i) **Séculos XVII e XVIII:** aldeamentos⁸, vilas⁹ e núcleos quilombolas¹⁰.
- (ii) **Séculos XVIII e XIX:** Criação e expansão de vilas e criação de novas vilas a partir de aldeamentos.
- (iii) **Século XX, antes e depois da década de 40:** expansão acentuada das nucleações, crescimentos de núcleos urbanos, migração acentuada para zonas urbanas¹¹.

A língua portuguesa no Brasil, notadamente no semiárido baiano, afetada por processos de transmissão linguística irregular, inicialmente na aprendizagem dos índios e, mais tarde, dos negros, foi incorporando fatos linguísticos comuns em situações de contato entre línguas. Assim, a primeira coisa que se deve ter em mente quando se fala em PB é que essa expressão não recobre uma realidade homogênea; mais ainda: deve-se ter em mente que a realidade linguística é bi-

8 Tiveram um importante papel para a posterior formação de vilas, lugares e morgados, mas a situação linguística no que diz respeito ao português ainda era muito imprecisa, havendo, pelo menos, duas línguas de contato: a do colonizador, uma ou mais línguas gerais de base indígena, e línguas indígenas.

9 São expansões agropecuárias. Com os caminhos das boiadas, o processo da agropecuária deve ter sido um fator importante para a difusão e propagação da língua portuguesa pelos sertões da Bahia. Essa difusão inicialmente deve ter-se dado por meio da boca de brancos pobres e descendentes de índios e escravos brasileiros.

10 Uma situação bastante peculiar é a dos quilombos. Surgidos a partir de grupos de negros fugidos, esses locais eram propícios para o desenvolvimento de línguas crioulas; o sertão, todavia, apresenta uma situação diferente do Recôncavo e do sul do estado, onde está localizada Helvécia, comunidade de afrodescendentes, alvo de importantes estudos de Alan Baxter e Dante Lucchesi (1994; 2001; 2002; 2003), no âmbito do projeto Vestígios de dialetos crioulos em comunidades afro-brasileiras isoladas. No semiárido, como já dito, não há notícias da existência de muitos deles e, algumas vezes, quando formados, parecem ter sido “dizimados”.

11 Os processos de industrialização, escolarização e urbanização em muito vão contribuir para firmar a dita unidade linguística brasileira.

polarizada, como bem expôs Lucchesi (1994, 2001, entre outros). Certamente, essa realidade atual é fruto das condições de formação do Brasil, com “atores” diversificados¹². Haja vista que preconceito social e linguístico correlacionam-se, as marcas características das variedades da população socialmente desprestigiada não demoraram a ser estigmatizadas; aqueles que estudaram e/ou que são favoráveis à europeização da cultura brasileira tiveram acesso às avaliações negativas sobre essas variedades.

Acreditamos que as condições sócio-históricas do PB repercutiram significativamente na estrutura da língua portuguesa, fazendo com que houvesse uma bipolarização de normas linguísticas no Brasil, com um polo que abriga as variedades ditas cultas – essas mais próximas da norma-padrão – e outro que abriga as variedades ditas populares, marcadas por um processo de extrema redução da morfologia flexional. Entendemos, igualmente, que, com as profundas e contínuas mudanças ocorridas no Brasil, a partir do século XX, tais normas se entrecruzam, influenciando-se mutuamente (LUCCHESI, 2001). A respeito disso, fica evidente que as variedades faladas pela população socialmente desprestigiada são as que mais preservam os efeitos do contato entre línguas na história sociolinguística do país; desta forma, consideramos que as pesquisas com dados do PB não devem ignorar a existência de duas histórias sociolinguísticas, realizando análises empíricas de dados com diferentes perfis, de maneira conjunta. As considerações de natureza sócio-históricas norteadoras da seleção de amostras podem evidenciar as vertentes da língua portuguesa em contato e o efeito disso ao longo do tempo.

2 Partindo do presente: o projeto ‘A língua portuguesa no Semiárido Baiano’ e as amostras de fala

Este projeto, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), começou a ser executado em 1998, tendo como objetivo geral contribuir para o estudo da sócio-história da língua portuguesa, na sua variedade falada, tendo as seguintes frentes de trabalho:

- (i) Formação de banco de dados com amostras de fala de comunidades rurais e urbanas do semiárido baiano;
- (ii) Realização de estudos sócio-históricos sobre a formação da língua portuguesa nas localidades pesquisadas;

12 Mattos e Silva (2009, p.16) destaca a incomensurabilidade da diversidade desses atores letrados e não letrados; nas palavras dela, os quais “não temos como demonstrar rigorosamente, mas que podemos inferir, aproximadamente”.

- (iii) Realização de análises linguísticas, à luz de diferentes teorias linguísticas¹³;
- (iv) Elaboração de materiais didáticos para serem utilizados nas escolas da região¹⁴.

No ano de 2007, o projeto entrou numa nova fase, denominada Fase 3, quando as atenções voltaram-se para a zona urbana de Feira de Santana/BA. Depois de delinear um quadro do português falado em comunidades rurais baianas, cabia aos pesquisadores do projeto a desafiadora e necessária tarefa de procurar traçar uma descrição sociolinguística do português falado em uma cidade tão múltipla como Feira de Santana. Iniciaram-se, então, naquele ano – novamente com o apoio do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana e da FAPESB –, as gravações na sede do município, que é o segundo da Bahia, em termos populacionais, ficando atrás apenas da capital.

No que se refere à agenda (i), as gravações com amostras de fala de comunidades orais e urbanas foram divididas em 3 fases (a serem explicitadas adiante); foram feitas segundo a orientação metodológica da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006; LABOV, 1972, 1982, 1994), com gravações do tipo DID (diálogo entre informante e documentador). O critério utilizado para a realização da coleta de dados foi o de que as localidades apresentassem formações sócio-histórico-demográficas diferenciadas, fazendo parte, principalmente, do processo de urbanização do interior do Estado (ALMEIDA; CARNEIRO, 1999), que envolveu os chamados ciclos da agropecuária, cujas origens remontam ao século XVII – neste caso, Jeremoabo e Feira de Santana –, e da mineração, com origens mais densamente vinculadas ao século XVIII; neste caso, Rio de Contas e Caém.

O banco com gravações de fala do semiárido conta com mais de 90 horas de gravação em comunidades representativas da variedade falada, constituída nas regiões, cujos informantes tinham pouca ou nenhuma escolaridade; conta também com mais de 130 horas da área urbana de Feira de Santana. Essa cidade foi escolhida, tendo em vista sua característica de polo rodoviário e que agrega grande número de migrantes e de população circulante, podendo, por conseguinte,

13 Diversas análises linguísticas vêm sendo realizadas, tendo essas amostras como *corpus*, mesmo antes de sua publicação; artigos, monografias, dissertações, teses de doutorado.

14 Das frentes de trabalho expostas, a quarta é a que menos tem sido realizada até o momento. Essa agenda está prevista para ser executada a partir de 2017, com o Projeto *Gramática da Língua Falada no Semiárido Baiano*, a ser coordenado por Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Silvana Silva de Farias Araújo, com o objetivo principal de fazer chegar às comunidades envolvidas nas pesquisas os resultados das investigações, oferecendo a elas materiais didáticos que subsidiem e amparem a construção de um ensino de português solidário com todas as suas variantes; a ideia de elaboração de uma Gramática da Língua Falada no Semiárido Baiano é, portanto, antiga, existe desde 1993.

contribuir para o conhecimento sobre a difusão do PB, especificamente no que diz respeito ao entrecruzamento das variedades faladas por pessoas com diferentes graus de contato com a escrita formal e do rural e urbano. Esse *corpus*, diferentemente do anterior, faz controle entre feirenses filhos de feirenses, feirenses filhos de não feirenses, migrantes, indivíduos com nível superior, médio e com pouca ou nenhuma escolarização.

As amostras rurais foram compostas em áreas passíveis de diversidade étnica, havendo indícios de que a população fosse formada por remanescentes de quilombo em Casinhas (Jeremoabo); por presença étnica de origem afro-brasileira em Barra/Bananal (Rio de Contas/Região da Chapada Diamantina), Piabas (Caém/Ancelino da Fonseca/Região do Piemonte da Diamantina) e Matinha (Feira de Santana/Região Paraguaçu); por mestiços de brancos de origem portuguesa em Lagoa do Inácio (Jeremoabo) e Mato Grosso (Rio de Contas). Isto implica a existência de variações linguísticas provenientes de contato linguístico entre línguas distintas, no processo de aquisição de língua.

- (i) **Fase 1 (1996-2000):** Amostras de fala das microrregiões da Chapada Diamantina e Piemonte da Diamantina. Foram realizadas gravações nas zonas rurais dos municípios de Caém e de Rio de Contas, zona de Mineração.
- (ii) **Fase 2 (2000-2002):** Amostras de fala das comunidades rurais da região Nordeste do estado da Bahia, zona de agropecuária. Gravaram-se inquéritos nos seguintes povoados pertencentes ao município de Jeremoabo: Lagoa do Inácio, Tapera, Casinhas e zona rural de Feira de Santana, no município da Matinha.
- (iii) **Fase 3 (2008-2014):** Amostras de fala urbana de Feira de Santana.¹⁵

Esses materiais estão também disponíveis nas seguintes coleções:

- (i) Anselino da Fonseca/Caem/Piemonte da Diamantina/ Piabas
ALMEIDA, Norma Lucia F. (Org.); CARNEIRO, Zenaide O. N. (Org.). Amostras da língua falada na zona rural de Anselino da Fonseca (Piemonte da Diamantina. 2. ed. Feira de Santana/Salvador: Editora da UEFS/Edufba, 2008. v. 1.
- (ii) Jeremoabo/Nordeste – Tapera
CARNEIRO, Zenaide O. N.; SOARES, Adriana (Org.); ALMEIDA, Norma Lucia F. (Org.) Amostras da língua falada na zona rural de Jeremoabo: Nordeste. 2. ed. Feira de Santana: UEFS, 2008. v. 1.

15 A Fase 4 do projeto, cuja ênfase seria em comunidades indígenas, foi prevista, mas ainda não foi executada. Para um trabalho nessa direção, ver Cunha e Souza (2011).

- (iii) Jeremoabo/Nordeste – Lagoa do Inácio
CARNEIRO, Zenaide O. N.; SOARES, Adriana (Org.); ALMEIDA, Norma Lucia F. (Org.). Amstras da língua falada na zona rural de Jeremoabo: Nordeste. 2. ed. Feira de Santana: UEFS, 2008. v. 1.
- (iv) Jeremoabo/Nordeste – Casinhas
CARNEIRO, Zenaide O. N.; SOARES, Adriana (Org.); ALMEIDA, Norma Lucia F. (Org.). Amstras da língua falada na zona rural de Jeremoabo: Nordeste. 2. ed. Feira de Santana: UEFS, 2008. v. 1.
- (v) Rio de Contas/Chapada Diamantina/Barra dos Negros/Bananal
CARNEIRO, Zenaide de O. N.; ALMEIDA, Norma Lucia F. de (Org.). Amstras da língua falada na zona rural de Rio de Contas. 2. ed. Feira de Santana: Editora da UEFS/Edufba, 2008. v. 1.
- (vi) Rio de Contas/Chapada Diamantina/Mato Grosso
CARNEIRO, Zenaide de O. N.; ALMEIDA, Norma Lucia F. (Org.). Amstras da língua falada na zona rural de Rio de Contas. 2. ed. Feira de Santana: Editora da UEFS/Edufba, 2008. v. 1.
- (vii) Feira de Santana/Paraguaçu/Matinha
ALMEIDA, Norma Lucia F. (Org.). Amstras da língua falada na zona rural de Feira de Santana: Paraguaçu – Matinha. 2. ed. Feira de Santana: UEFS, 2008. v. 1.
- (viii) Feira de Santana/Paraguaçu/Feira de Santana (sede): amostras de altamente escolarizados (cultos) e não escolarizados feirenses filhos de feirenses, feirenses filhos de migrantes, migrantes (ARAÚJO, 2014).
Amstras da língua falada na zona urbana de Feira de Santana: Paraguaçu – Feira de Santana (Sede). Inédito.

As responsáveis pela organização do *corpus* da atual fase/Feira de Santana, ainda inédito, foram as professoras Norma Lucia Fernandes de Almeida, Eliana Pitombo Teixeira, Silvana Silva de Farias Araújo e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro.

A Figura 1 mostra a localização das sedes dos municípios em que se encontram as comunidades onde foram feitas as gravações na década de 90 do século XX: Chapada Diamantina/Rio de Contas/Mineração (Mato Grosso e Barra-Bananal); Piemonte da Diamantina/Caém/Pecuária (Piabas), Nordeste/Jeremoaba/Pecuária (Lagoa do Inácio, Tapera e Casinhas); Paraguaçu/Feira de Santana/rural (Matinha). Na primeira década do século XXI, Paraguaçu/Feira de Santana/urbana (60 informantes de fala urbana: 48 representantes da norma falada por população pouco escolarizada e 12 da população altamente escolarizada).

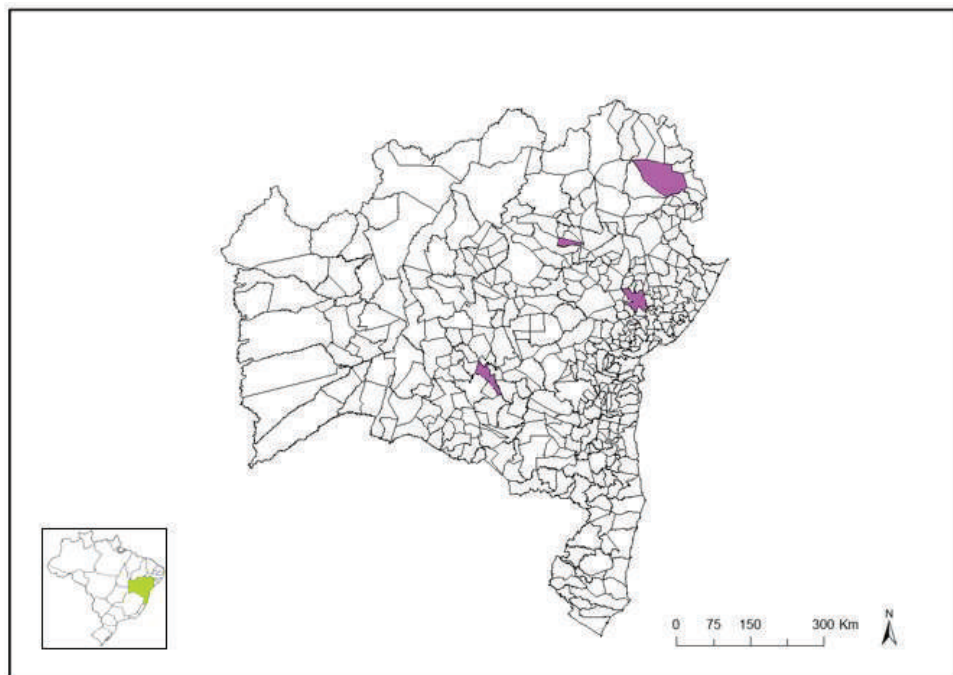


Figura 1 Localização das sedes dos municípios onde foram gravadas as amostras de fala.

Fonte: Adaptado de www.clubdageografia.tk.

3 Em direção ao passado: o projeto 'Vozes do sertão em dados' e os textos escritos

O Projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), executado entre julho de 2009 e julho de 2011 (<http://www.uefs.br/nelp/zenaide-nelp/index.html>), foi também organizado em fases.

A Fase I teve como propósito fundamental organizar os resultados de pesquisas desenvolvidas no sertão baiano, entre 1997 e 2009, em três campos de investigação, previstos no PHPB, a saber:

- i) O campo histórico-filológico – voltado à constituição de *corpora* diacrônicos de documentos de natureza vária, escritos no Brasil, a partir do século XV;
- ii) O campo gramatical – voltado ao estudo de mudanças linguísticas depreendidas na análise dos *corpora* constituídos;
- iii) O campo da história social linguística – voltado à reconstrução mais ampla da história social linguística do Brasil e, em particular, do PB.

O projeto Vozes do Sertão em Dados colabora com o PHPB, por meio da prospecção, da edição de documentos e da formação de *corpora* representativos de demandas histórico-sociais da região semiárida baiana – com repercussões sobre o processo de formação histórica do PB, com amplo contato linguístico de populações de origem portuguesa, indígena e africana –, bem como com projetos temáticos de análise linguística.

Produto de pesquisas desenvolvidas no campo histórico-filológico, *Cartas brasileiras (1809-2000): coletânea de fontes para o estudo do português* (CARNEIRO, 2012) está organizada em três volumes: a apresentação de cada volume e a descrição dos acervos estão em formato impresso, e as edições fac-similadas das cartas (além das fichas dos remetentes) acompanham os livros em formato de CD-ROM, na forma como segue:

(i) VOLUME 1 (1809-1904)¹⁶

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro (Organização)

CD-ROM 1. Cartas para vários destinatários (1809-1904): edição fac-similada/Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

CD-ROM 2. Cartas para Severino Vieira, governador da Bahia (1901-1902): edição fac-similada/Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

CD-ROM 3. Cartas para Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo (1880-1903): edição fac-similada/Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

(ii) VOLUME 2 (1902-1993)

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro; Mariana Fagundes de Oliveira; Norma Lucia Fernandes de Almeida (Organização)

CD-ROM 1. Cartas do acervo Dantas Jr. (1902-1962): edição fac-similada/ Zenaide de Oliveira Novais Carneiro; Marta Carvalho Ferreira Lisboa; Mônica Araújo Cruz; Denise Branco Cerqueira; Eliane Santos Leite

CD-ROM 2. Cartas baianas: o acervo de João da Costa Pinto Victoria (1911-1958): edição fac-similada/ Zenaide de Oliveira Novais Carneiro; Maria Rosane Passos; Priscila Tuy Batista; Anderléia Mascarenhas

CD-ROM 3. Correspondências amigas: o acervo de Valente, Bahia (1980-1993): edição fac-similada/Mariana Fagundes de Oliveira; Maiany Soares de Oliveira; Adilson Silva de Jesus

(iii) VOLUME 3 (1906-2000)

Huda da Silva Santiago; Zenaide de Oliveira Novais Carneiro; Klebson Oliveira (Organização)

CD-ROM 1. Cartas em Sisal: Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu (1906-2000): edição fac-similada/Huda da Silva Santiago.

16 Volume 2 da tese de Carneiro (2005).

Com relação aos remetentes das cartas, pode-se observar, na Figura 2, a distribuição por grau de escolaridade:

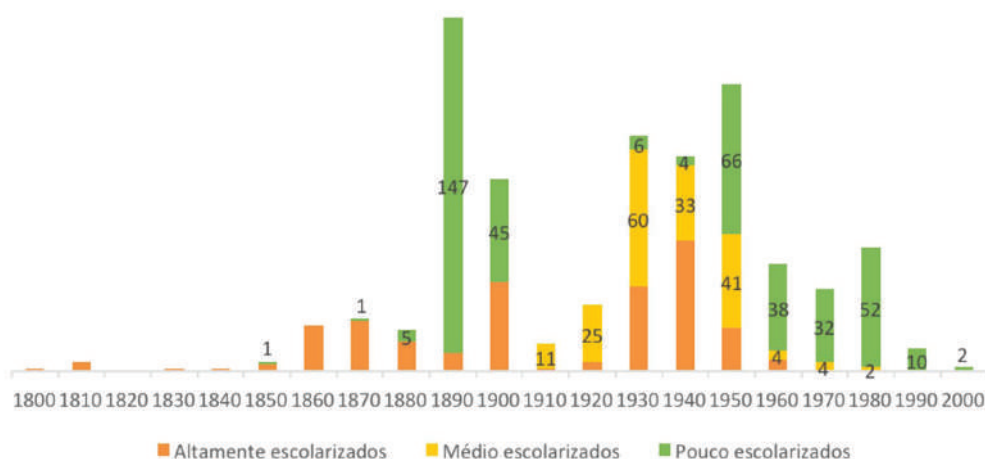
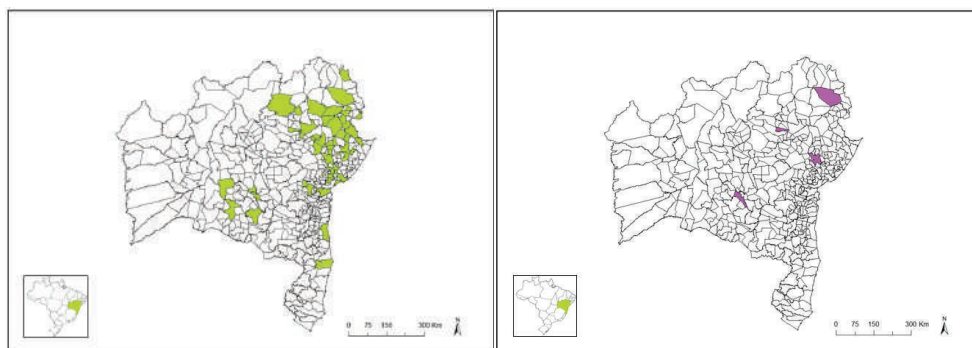


Figura 2 Distribuição das cartas baianas por década de escrita e por escolaridade.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Olhando as amostras, tanto escritas quanto orais, por local de nascimento dos autores/informantes, podemos verificar que abrangem grande parte da Bahia, como se pode observar nas Figuras 3 e 4, respectivamente.



Figuras 3 e 4 Distribuição das amostras baianas, dos séculos XIX e XX (década de 90), escritas e orais, respectivamente.

Fonte: adaptado de www.clubdageografia.tk.

O trabalho com os acervos continua a crescer; recentemente, incorporou-se ao banco o Acervo da Família Estrela Tuy (1930-1980), composto por 107 cartas pessoais, escritas durante o século XX, entre as décadas de 1930 e 1980, por

remetentes baianos de origem interiorana e rural, em sua maioria com baixa escolaridade. As cartas são oriundas da Bahia, de pequenos municípios e de fazendas pertencentes às imediações desses municípios, e também de Salvador¹⁷.

Há que se mencionar a edição, em curso, de documentos dos séculos XVIII e XIX: O Livro do Gado e o Livro de Razão¹⁸. Esses dois livros manuscritos do final do período colonial que se conservaram no arquivo do Sobrado do Brejo, da família Pinheiro Canguçu, na fazenda de criação do Brejo do Campo Seco, no povoado de Bom Jesus dos Meiras – que pertenceu à Comarca de Rio de Contas –, hoje denominado Brumado, na região da Serra Geral, no sertão baiano – nos chegam às mãos por meio da leitura e análise de Santos Filho (1956), segundo o qual “Já no século XVIII os criadores do Nordeste baiano possuíam livros para seus próprios assentamentos.” (p. 109) Esses livros eram uma prática cultural de escrita naquela época, nas fazendas. Segundo o autor (p. 109), “talvez alguns livros ainda existam, encafuados em arquivos de família nas demais propriedades da região.”

Essa ampliação do *corpus* “favorece essencialmente uma Linguística descritiva, fortemente apoiada pelas novas tecnologias, e permite tomar como ponto de partida da descrição a análise de quantidade significativa de dados autênticos, à semelhança do que se faz noutros domínios científicos. O uso de *corpora* permite a realização de descrições linguísticas de base empírica e promove, com isso, a discussão de questões teóricas solidamente fundamentadas” (BACELAR DO NASCIMENTO, 2004, p. 1).

Todos os materiais aqui referidos – orais e escritos – estão disponíveis, em versão eletrônica, no CE-DOHS – *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão, coordenado por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, o qual, por meio de parceria tecnológica com o projeto

17 O acervo está organizado da seguinte maneira: Cartas de Amor - trata-se de 29 cartas trocadas entre Antonio Carneiro da Silva Tuy e Maria de Souza Estrela [Maria Estrela Tuy]; dessas, 24 foram trocadas durante seu noivado, escritas entre 1952 e 1953, e 5 cartas trocadas entre 1956 e 1968, depois de casados; Cartas para Antonio e Maria - são 52 cartas enviadas a Antonio Carneiro da Silva Tuy e Maria Estrela Tuy por familiares e amigos; Cartas para outros destinatários - são 26 cartas e rascunhos de cartas escritas por Antônio Carneiro da Silva Tuy, Maria Estrela Tuy e outros familiares para amigos e demais entes da família. Esse acervo também é composto por 15 bilhetes e 2 cartões trocados entre os mesmos remetentes. Os documentos foram depositados ao longo dos anos em um baú construído pelo próprio Antonio Carneiro da Silva Tuy, durante sua juventude, na Fazenda Bom Jardim, por volta de 1940. Após seu casamento com Maria de Souza Estrela em 1953, o baú foi transportada para a fazenda Mucambo, no município de Biritinga/BA, onde passaram a residir. Os documentos estão, em sua maioria, em um bom estado de conservação, graças ao armazenamento, que, apesar de não ser o ideal, minimizou o desgaste temporal.

18 Ver Lacerda e Carneiro (2016).

Corpus Histórico do Português Tycho Brahe (www.tycho.iel.unicamp.br), traz um conjunto de documentos originados sobretudo da grande área do semiárido baiano, editados em linguagem XML, com o uso do eDictor, desenvolvido por Paixão de Sousa, Kepler e Faria (2009; 2010), um editor de textos especialmente voltado ao trabalho filológico e à análise linguística automática, o qual combina um editor de XML e um etiquetador morfossintático e permite a geração automática de versões correspondentes a edições diplomáticas, semidiplomáticas e modernizadas (em HTML), e de versões com anotação morfossintática (em texto simples e XML). O banco está sendo preparado para a anotação morfossintática, que manterá a maioria das características do padrão de anotação existente e permitirá a busca automática de dados, o que facilitará o estudo linguístico dos acervos, no que consiste o principal objetivo do CE-DOHS. O material disponível no banco atende, entretanto, não somente a pesquisadores interessados em análises de aspectos linguísticos, mas em aspectos da difusão da escrita, da leitura, das transmissões textuais, históricas, políticas, econômico-sociais, entre outras.

Considerações finais

Os materiais orais e escritos foram organizados de maneira a permitir que pesquisadores interessados na história do PB possam constituir *corpora* específicos de acordo com seus objetivos; cada pesquisador, pode, para tanto, valer-se dos metadados disponíveis nas coletâneas e *sites*.

Do ponto de vista da documentação, é possível a sua organização por ordem cronológica, tanto por data de escrita – como é tradicional na Linguística Histórica –, quanto por data de nascimento do autor (individual) – no caso de autores que possuem acervos mais significativos –, ou por grupos de autores.

A base documental aqui apresentada pode ajudar nos estudos sobre variação e mudança do PB; no que concerne à documentação epistolar, estudos do século XIX ao século XX, se se considerar a data de escrita das cartas; a partir do século XVIII, se a cronologia for feita por data de nascimento de seus remetentes. As informações sobre o grau de escolaridade dos escreventes, aliadas a possíveis análises do tipo de escrita, permitem também a separação das cartas representativas de variedades *standard* e não-*standard* do PB, em uma perspectiva histórica.

É importante salientar que as vertentes culta e popular do PB – constituídas ao longo do período colonial brasileiro – têm apresentado, atualmente, na língua falada, uma tendência à aproximação; por exemplo, quanto à colocação dos clíticos, prevalece a próclise nas duas vertentes; na escrita de altamente escolarizados, todavia, há, ainda, modulações, como, por exemplo, a manutenção do uso da ênclise do português moderno. Essas modulações decorrem do fato de fala e escrita constituírem-se como modalidades distintas.

Não se verificaram, nas amostras coletadas no semiárido baiano – à época ainda com pouco contato com variedades urbanas –, diferenças significativas em relação ao que se observa em outras regiões rurais do Nordeste brasileiro; se existiram, essas diferenças foram dissipadas no tempo. Considerar o conceito de *continuum* dialetal nos parece ser o mais adequado no tratamento dessa realidade.

Referências

ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais (Org.). *Variação linguística no semiárido baiano*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.

_____. *Coleção amostra da língua falada no semi-árido baiano*. Feira de Santana: UEFS EDITORA, FAPESB, 2008. v. 4. 450 p.

_____. *Amostras da língua falada na zona rural de Anselino da Fonseca: Piemonte da Diamantina*. 2. ed. Feira de Santana/Salvador: Editora da UEFS/ Edufba, 2008. v. 1.

ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de (Org.). *Amostras da língua falada na zona rural de Feira de Santana: Paraguaçu: Matinha*. 2. ed. Feira de Santana: UEFS, 2008. v. 1.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. *A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro*. 2014. 342 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ANDRADE, Aroldo Leal de; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. A posição e a colocação de clíticos em predicados complexos: o português brasileiro visto a partir de duas vertentes. In: *Revista de Filologia e Linguística Portuguesa*. 16 (número especial). São Paulo: USP, 2014. p. 125-161.

BACELAR DO NASCIMENTO, Maria Fernanda. O lugar do *corpus* na investigação linguística. In: MENDES, A. et alli (Org.). *Actas do XVIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística e Edições Colibri, 2002.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. *Cartas Brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016. 410p.

- _____; OLIVEIRA, Mariana Fagundes de (Org.). *Publica-se em Feira de Santana (1908-2006)*. 1. ed. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012. v. 1. 55p.
- _____; _____ (Org.). Cartas de Leitores e Redatores em o Progresso e na Folha do Norte (1908-1997). In: *Publica-se em Feira de Santana (1908-2006)*, CD-ROM 1. 1. ed. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012. v. 1. 221p.
- _____; _____ (Org.). Anúncios na Folha do Norte (1910-2006). In: *Publica-se em Feira de Santana (1908-2006)*, CD-ROM 2. 1. ed. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012. v. 1. 224p.
- _____. *Cartas brasileiras (1809-2000)*: coletânea de fontes para o estudo do português. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011. v. 1.
- _____. CD-ROM 1. Cartas para vários destinatários (1809-1904): edição fac-similada. In: *Cartas brasileiras (1809-2000)*: coletânea de fontes para o estudo do português. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011. v. 1. 549p.
- _____. Cartas para Severino Vieira, governador da Bahia (1901-1902): edição fac-similada. In: *Cartas brasileiras (1809-2000)*: coletânea de fontes para o estudo do português, CD-ROM 2. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011. v. 1.
- _____. Cartas para Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo (1880-1903): edição fac-similada. In: *Cartas brasileiras (1809-2000)*: coletânea de fontes para o estudo do português, CD-ROM 3. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011. v. 1. 755p.
- _____; OLIVEIRA, Mariana Fagundes de; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes (Org.). *Cartas brasileiras (1809-2000)*: coletânea de fontes para o estudo do português. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011. v. 2.
- _____; LISBOA, Marta Carvalho Ferreira; CRUZ, Mônica Araújo; CERQUEIRA, Denise Branco; LEITE, Eliane Santos (Org.). Cartas do acervo Dantas Jr. (1902-1962): edição fac-similada. In: *Cartas brasileiras (1809-2000)*: coletânea de fontes para o estudo do português, CD-ROM 1. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011. v. 2. 437p.
- _____; SANTOS, Maria Rosane Passos dos; BATISTA, Priscila Starline Estrela Tuy; MASCARENHAS, Anderléia de Jesus. *Cartas baianas (1911-1958)*: o

- acervo do João da Costa Pinto Victorio. In: *Cartas brasileiras (1809-2000): coletânea de fontes para o estudo do português*, CD-ROM 2. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011. v. 2. 301p.
- _____; SOARES, Adriana; ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de (Org.) . *Amostras da língua falada na zona rural de Jeremoabo: Nordeste*. 2. ed. Feira de Santana: UEFS, 2008. v. 1.
- _____; ALMEIDA, Norma Lucia F. de (Orgs.). *Amostras da língua falada na zona rural de Rio de Contas*. 2. ed. Feira de Santana: Editora da UEFS/Edufba, 2008. v. 1.
- _____; _____. Elementos para uma sócio-história do semi-árido baiano. In: Jânia M. Ramos; Mônica A. Alkmim. (Org.). *Para a História do Português Brasileiro: volume 5, estudos sobre mudança linguística e história social*. 1ª ed. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007. v. 1. p. 423-442.
- _____; _____. A criação de escolas a partir de critérios demográficos na Bahia do século XIX: uma viagem ao interior. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma Lúcia (Org.). *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: Edufba, 2, 2006. v. 2. p. 649-674.
- _____. *Cartas brasileiras (1808-1904): um estudo linguístico-filológico*. 2005. 4v. 2.329f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005.
- CE-DOHS. *Corpus eletrônico de documentos históricos do sertão*. Disponível em: <www.uefs.br/cedohs>. Acesso em: 10 ago. 2016.
- Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*. Disponível em: <<http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/>>. Acesso em: 10 ago.2016.
- CUNHA e SOUZA, Hirão Fernandes. *O português kiriri: aspectos fônicos e lexicais na fala de uma comunidade do sertão baiano*. 2011. 1 v. 200f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- FARIA, Pablo Picasso Feliciano de; KEPLER, Fabio Natanael; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. An Integrated Tool for Annotating Historical Corpora. In: *Fourth Linguistic Annotation Workshop (LAW IV), 48th Annual Meeting*

of the ACL, 2010, Uppsala, Sweden. Proceedings of the Fourth Linguistic Annotation Workshop, 2010. p. 217-221.

FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil* - Edição fac-similar. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.

KROCH, Anthony. Morphosyntactic variation. In: BEALS, K. *et al.* (Eds.). *Papers from the 30th regional meeting of the Chicago linguistics society: parasession on variation and linguistic theory*, 1994. v. 2. p. 180-201.

KROCH, Anthony. Syntactic change. In: BALTIN, M.; COLLINS, C. (eds.). *The handbook of contemporary syntactic theory*, Oxford: Blackwell Publishers Inc., 2001. p. 699-729.

LABOV, William. Building on empirical foundation. In: LEHAMANN, W. P.; MAKIEL, Y (eds.). *Perspectives on historical linguistics*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1982.

_____. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. *Principles of linguistics: internal factors*. Cambridge: Blacwel, 1994. v.1.

LACERDA, Mariana Fagundes de; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. Edição filológica e digital do Livro do Gado e do Livro de Razão do arquivo do Sobrado do Brejo (Bahia setecentista e oitocentista). *LaborHistórico*, n. 2, v. 1, p. 151-163, 2016.

LOBO, Tânia. *Para uma sociolinguística histórica do português do Brasil*: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do recôncavo da Bahia, século XIX. 2001. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000). *DELTA*. v.17, n.1, p. 97-132, 2001.

_____. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 63-92.

- _____. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: Roncarati, Cláudia; Abraçado, Jussara (Org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 272-284.
- _____. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n.12, p. 17-28, 1994.
- MARQUILHAS, R. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Para a história do português culto e popular brasileiro*: sugestão para uma pauta de pesquisa. Cadernos de Letras da UFF, v. 34. p. 11-30, 2009.
- _____. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- _____. A generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 91-108.
- _____. Variação, mudança e norma (movimentos no interior do português brasileiro). In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 291-316.
- _____. De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). *Para a história do português brasileiro: primeiros estudos*. V. II, tomos I e II. São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP: FAPESP, v.2, t. 2, 2001, p. 275-302.
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara; KEPLER, Fabio Natanael; FARIA, Pablo Picasso Feliciano de. E-Dictor: Novas perspectivas na codificação e edição de *corpora* de textos históricos. In: SHEPHERD, Tania; SARDINHA, Tony Berber; PINTO, Marcia Veirano (Org.). *Caminhos da linguística de corpus*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.
- _____. E-dictor: Novas perspectivas na codificação e edição de *corpora* de textos históricos. In: VIII Encontro de Linguística de *Corpus*, 2009. Rio de Ja-

neiro, *Anais do VIII Encontro de Linguística de Corpus*. Rio de Janeiro: UERJ, 2009. p. 69-105.

SANTIAGO, Huda da Silva. Cartas em Sisal: Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu (1906-2000): edição fac-similada. In. _____; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; OLIVEIRA, Klebson (Org.). *Cartas brasileiras (1809-2000): coletânea de fontes para o estudo do português*, CD-ROM 1. Volume 3. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011. v. 3.

_____. *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano*. 2012. 2v. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Nacional, 1956.

SANTOS, M. R. A. dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. 2010. 430 p. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello et al. *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). Disponível em <Andlt;http://www.sei.ba.gov.brAndgt>. Acesso em: 23 nov. 2011.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

Percepção e atitudes linguísticas em relação às africadas pós-alveolares em Sergipe

Raquel Meister Ko. Freitag
(Universidade Federal de Sergipe)

Adelmileise de Oliveira Santos
(Universidade Federal de Sergipe)

Introdução

Os estudos sociolinguísticos realizados no Brasil têm contribuído significativamente para a descrição do funcionamento da língua em seus contextos reais de uso e, assim, subsidiar o desvelamento de uma norma linguística brasileira do Português, no âmbito da produção. No entanto, a dinâmica da variação linguística não só reflete as diferenças sociais, mas também expressa o posicionamento dos falantes dentro do mundo social, e possibilita, por meio deste posicionamento, construir e reconstruir o mundo (CAMPBELL-KIBLER, 2009; ECKERT, 2012). Os direcionais da consciência social de um fenômeno variável, observado a partir da sua distribuição em função dos fatores sociais controlados na amostra, configuram a sociolinguística da percepção: o julgamento do ouvinte, ao correlacionar fatores sociais a traços sociolinguísticos, constitui um padrão de consciência social na comunidade. Cabe destacar que o nível de consciência social é um aspecto relevante da mudança linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968); e a avaliação da língua é determinante para a constituição da identidade linguística dos falantes.

O que faz com que uma variável seja sensível ou não à avaliação em uma comunidade pode ser atrelado ao seu grau de saliência, seja linguística, social ou ideológica. A observação não só do comportamento, mas das crenças e das atitudes em relação a determinado fenômeno linguístico, permite mensurar a percepção de uma variante de um fenômeno sociolinguístico.

No domínio da percepção, atitudes são as reações, positivas ou negativas, a algo ou alguém, no nível cognitivo (pensamentos e crenças), afetivo (sentimentos) ou comportamental (uso). O nível comportamental corresponde à produção, ou seja, como o falante efetivamente fala, a frequência de recorrência de uma dada variante em uma comunidade. Os níveis cognitivo e afetivo correspondem à percepção: como o falante acha que fala ou acha que deve falar (cognitivo) é a manifestação verbalizada, sem reações afetivas, acerca da sua crença sobre seus usos e sobre os padrões da comunidade; como o falante julga aqueles que falam de determinado jeito (afetivo) é a manifestação de reações afetivas em relação ao objeto em questão. Mais especificamente, as variedades linguísticas podem desencadear crenças sobre um falante e sobre sua participação no grupo social, muitas vezes influenciadas por ideologias de linguagem, levando a suposições estereotipadas sobre as características comuns dos membros do grupo (GARRET, 2010). É por este motivo que, quando um determinado falante ouve uma variante linguística distinta da sua, evoca, mesmo que inconscientemente, preconceitos ou estereótipos linguísticos sobre aquela variedade (FREITAG; SEVERO, ROST-SNICHELOTTO; TAVARES, 2015).

No Brasil, o comportamento variável na realização de /t/ e /d/ (oclusiva ou africada pós-alveolar) sugere não só distinção dialetal, mas também distinção sócio-estilística. No escopo do projeto “Como o brasileiro acha que fala? Estudos contrastivos de variação e identidade no português falado no Brasil” (Universal CNPq 2013), visamos a contribuir para o desvelamento dos componentes cognitivo e ideológicos das atitudes linguísticas ante à variação oclusivas [t, d] vs. africadas [tʃ] e [dʒ] em Sergipe, por meio de teste de percepção do tipo *verbal guise*, que visa identificar atitudes inconscientes dos sujeitos em relação à língua.

1 Produção e percepção das africadas

Do ponto de vista da produção, o estudo da variação na realização de /t/ e /d/ em Sergipe aponta para um cenário de mudança incipiente, com o incremento da variante que resulta de processo de palatalização regressiva, como em *tia* e *dia*, (SOUZA NETO, 2008; SOUZA, 2016) e redução da variante decorrente de palatalização progressiva, como em *oito* e *doido*, (SOUZA NETO, 2008, FREITAG, 2015). A mudança, para o ambiente de palatalização regressiva, está mais adiantada na capital do que no interior (Figura 1).

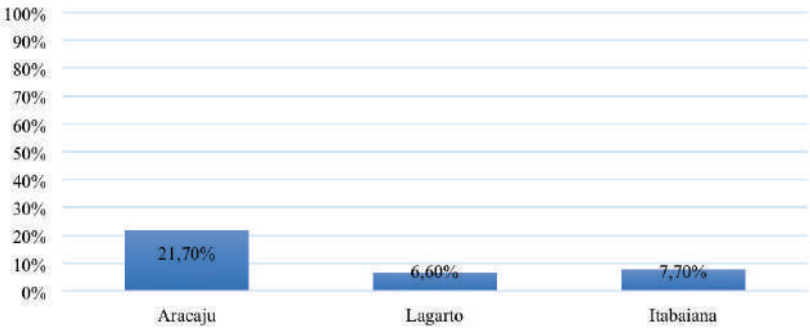


Figura 1 Distribuição da variante pós-alveolar em ambientes passíveis de palatalização regressiva. Adaptado de Souza (2016, p. 56).

No entanto, a distribuição individual aponta para comportamentos individuais heterogêneos, especialmente na capital (Figura 2).

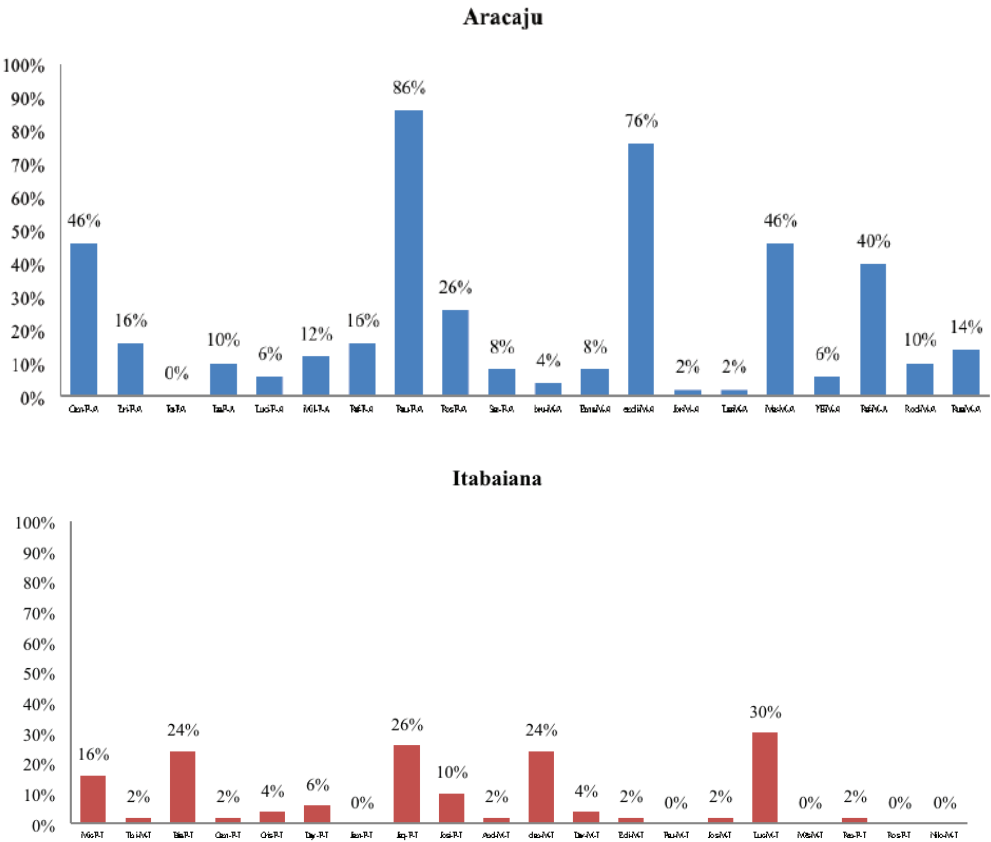


Figura 2 Distribuição da variante pós-alveolar em ambientes passíveis de palatalização regressiva por indivíduo da amostra (SOUZA, 2016, p. 57-59). (Continua)

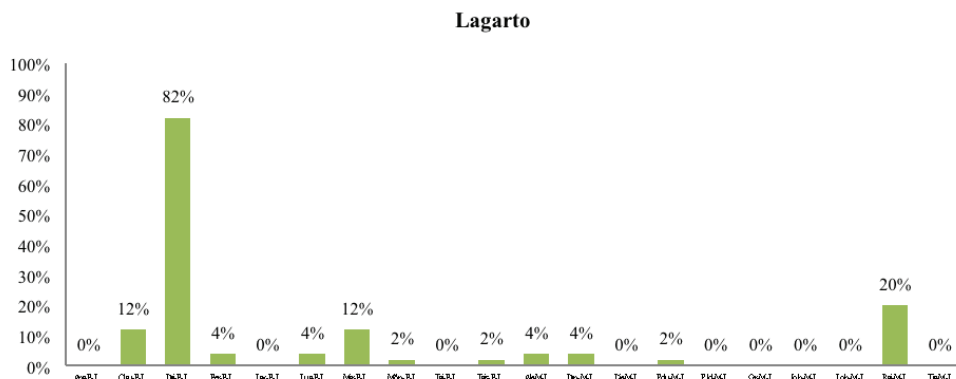


Figura 2 Distribuição da variante pós-alveolar em ambientes passíveis de palatalização regressiva por indivíduo da amostra (SOUZA, 2016, p. 57-59). *(Continuação)*

A dispersão heterogênea da variante africada pós-alveolar entre os indivíduos da amostra sugere que as crenças e atitudes podem explicitar aspectos do direcional da mudança. Em uma abordagem relativa à percepção de crenças, informantes da região Nordeste (em específico, dos estados de Sergipe e Rio Grande do Norte) associam seu falar ao traço oclusivo, como “Meu sotaque; principalmente quando pronuncio palavras com ‘T’” (57ccNE); “O ‘T’ e ‘D’ sem chiado” (96ccNE), “Sotaque arrastado, as sílabas que possuem as letras T e D são faladas bem ‘secas’.” (104ccNE), “Não falar Txi e sim Ti” (136icNE), “o ‘t’ seco, mas não tão seco” (206ccNE) (FREITAG; SEVERO, ROST-SNICHELOTTO; TAVARES, 2016).

No estudo das atitudes linguísticas, desvelar os componentes de crenças, sentimentos e usos requer uma abordagem combinada de técnicas e instrumentos de coleta de dados, envolvendo abordagens diretas e indiretas, além de um estudo societal, como, por exemplo, na variação entre nós e a gente na expressão da primeira pessoa do plural (FREITAG, 2016). A combinação de abordagens permite a observação do encaixamento de um processo variável em um contexto mais amplo, a fim de se identificar indícios da avaliação social das formas em questão. Para identificar os padrões de uso, o protocolo da entrevista sociolinguística, correlacionado aos efeitos de audiência, tópico temático e tipo textual, associado à identificação do perfil social do falante, tem dado pistas acerca avaliação social de formas linguísticas em processo de variação e/ou mudança. As crenças podem ser desveladas a partir de abordagens diretas que envolvam o posicionamento do falante acerca de sua experiência e uso da língua quanto às variantes e o seu próprio uso; a técnica de questionários propicia a elicitação deste componente das atitudes.

O componente afetivo requer estratégias de abordagem indiretas, na medida que buscam identificar a avaliação e o julgamento dos falantes acerca de varieda-

des linguísticas, de quem as usa e o seu próprio uso. A todo momento, julgamos as variedades linguísticas:

O falante emite um julgamento sobre as variedades linguísticas, e associa a elas diferentes valores, hierarquizando-as: um modo de falar é visto como “desagradável” e “feio”, um outro como “cantado” e “lento”, e outro, enfim, como “importante” e “conhecido”, símbolo de signo de cultura. Linguisticamente falando, algumas pessoas têm uma atitude mais normativa, mais purista, e outras, uma atitude mais tolerante. (CARDOSO, 2015, p. 9-10).

Para medir a atitude, existem alguns protocolos já estabelecidos, como: a) *self report test* no qual os indivíduos devem selecionar, dentre uma gama de variantes linguísticas, aquelas que se aproximam do seu uso habitual; tais sujeitos geralmente assumem utilizar as formas próximas às de prestígio reconhecido; b) *family background test* no qual é visto o quanto os indivíduos são capazes de identificar dialetos diferentes; c) *matched guise test*, que visa identificar atitudes inconscientes dos sujeitos em relação à língua. (LABOV, 2001, p. 193-7).

No *matched guise*, os sujeitos ouvem estímulos linguísticos aparentemente de falantes diferentes e avaliam esses falantes a partir dos estímulos, julgando-os quanto a aspectos afetivos, como aparência, liderança, agradabilidade, sociabilidade, etc. No entanto, trata-se de um mesmo falante, que realiza as diferentes variantes linguísticas, cujas produções são julgadas pelos sujeitos ouvintes a partir de uma escala de diferencial semântico (OSGOOD, 1964), que envolve a avaliação de um conceito ou estímulo e graus, sobre pares constituídos de adjetivos opostos.

Uma variante desta técnica é o *verbal guise test*, que se difere do *matched guise* pelo fato de conter estímulos provenientes de diferentes falantes (LADEGAARD, 2000; DAILEY; GILES; JANSMA, 2005). Deste modo, é possível extrair ocorrências de variantes linguísticas de um fenômeno variável de um *corpus* oral previamente gravado, e utilizá-las na elaboração do protocolo de testagem. Se, por um lado, incorre-se no risco de interferências na pista acústica ou mudanças de padrão entoacional, por outro lado tem-se maior fidedignidade com a ocorrência do fenômeno.

Considerando a variação entre as realizações africadas e oclusivas, apresentamos resultados de um teste do tipo *verbal guise*, pelo qual os sujeitos avaliam características pessoais e linguísticas a partir de estímulos de áudio, em uma amostra de estudantes universitários de Aracaju/SE.

2 Metodologia

Para aferir as atitudes e julgamentos linguísticos, a metodologia de testes de atitudes linguísticas, aliada a amostras de bancos de dados sociolinguísticos,

permite que se averigue, observe, visualize, de modo sistemático e replicável os dados linguísticos. Com isso, ampliamos a amostra Falares Sergipanos (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012; FREITAG, 2013), com a gravação de entrevistas sociolinguísticas de falantes urbanos jovens universitários de Aracaju, Sergipe.

Os dados da fala foram obtidos por meio de entrevistas gravadas que foram posteriormente transcritas. O *corpus* base para o recorte dos estímulos foi composto de dados coletados da fala de 28 informantes, 15 do sexo feminino e 13 do sexo masculino, residentes da Região Metropolitana de Aracaju – constituída pelos municípios de Aracaju, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro – com idade entre 17 e 23 anos. A seleção dos informantes seguiu a abordagem “bola de neve”, a partir do contato inicial de pesquisador de campo da comunidade. Sobre a constituição da amostra destacamos a dificuldade de encontrarmos alunos naturais da cidade de Aracaju, pois a Universidade Federal de Sergipe recebe uma quantidade significativa de estudantes advindos de municípios e até mesmo de outros Estados.

Depois deste processo, selecionamos excertos extraídos do *corpus* como forma de estratificação das amostras em nível interno da entrevista sociolinguística. Esses excertos alimentaram o teste de atitude que gerou o protocolo de testagem da avaliação. O recorte das palavras-alvo foi realizado por meio do *software* Audacity 2.1.2. Selecionamos os trechos que continham a variável estudada, considerando a ocorrência ou não da palatalização.

Para a mensuração de atitudes linguísticas, utilizamos programa PsychoPy v1.82.01, que permite o desenvolvimento de protocolos de medição de atitudes linguísticas com estímulos de áudio.

Aplicamos o protocolo de testagem de atitudes no Laboratório Multiusuário de Informática e Documentação (LAMID-UFS) em 36 sujeitos no perfil social jovem, urbano de Aracaju/SE. Observando os pressupostos sociolinguísticos para minimização dos efeitos do paradoxo do observador, cada um dos 36 informantes selecionados, individualmente em cabine, com fones de ouvido e computador, respondeu às perguntas do protocolo gerado no PsychoPy: a) essa fala (modo de falar) é agradável ou desagradável? b) essa fala (modo de falar) é bonita ou feia? c) essa fala (modo de falar) é “cantada” ou “não cantada”? d) essa fala (modo de falar) é clara ou confusa? e) essa fala (modo de falar) é lenta ou rápida? f) essa pessoa é da capital ou do interior? g) essa pessoa parece ser baiana, pernambucana ou sergipana? O estímulo de áudio foi em uma intensidade referida como confortável pelos participantes.

Os sujeitos participantes do teste são residentes da capital e do interior, estudantes da Universidade Federal de Sergipe de diferentes cursos da instituição, com faixa etária entre 18 e 41 anos de idade, sendo 18 do sexo feminino e 18 do sexo masculino. Durante cada sessão de coleta, os indivíduos foram orientados quanto

aos objetivos da pesquisa e sobre sua participação, no processo de consentimento livre e esclarecido. Cada teste teve duração de 10 a 20 minutos em média.

Os vocábulos foram distribuídos em pares mínimos contendo os fonemas /t/ e /d/ diante da vogal alta /i/, como em tia /tʃia/, /dʒia/, ou [i] derivado de /e/, como em /heawmentʃe/ e diante do glide /j/, como em /oitʃo/, /doidʒo/ (Quadro 1). A seleção foi feita considerando a posição (inicial, medial ou final) de ocorrência ou não do fenômeno da palatalização, formando um total de 16 palavras (8 oclusivas e 8 africadas). Por se tratar da extração de vocábulos em situações reais de fala, nem todos os pares de palavras são idênticos, mas buscou-se, na medida do possível, a escolha de itens lexicais que não houvesse fenômenos fonológicos variáveis em contexto precedente que tirassem o foco da variável estudada.

Quadro 1 Estímulos controlados.

Fala feminina		Fala masculina	
Realização oclusivas	Realização africadas	Realização oclusivas	Realização africadas
par[tʃ]icular	par[tʃ]icular	curi[tʃ]iba	curi[tʃ]iba
tra[d]ições	fun[dʒ]ido	me[d]ida	me[dʒ]idas
[tʃ]ia	[tʃ]ia	[tʃ]ipo	[tʃ]ipo
[d]ia	[dʒ]ia	[d]iferença	d[dʒ]iferença
[d]ezoi[tʃ]o	jei[tʃ]o	oi[tʃ]o	oi[tʃ]o
apren[d]e	gran[dʒ]e	doi[d]o	doi[dʒ]o
mui[tʃ]o	mui[tʃ]o	mui[tʃ]o	mui[tʃ]a
rela[tʃ]ivamen[tʃ]e	realmen[tʃ]e	atualmen[tʃ]e	basicamen[tʃ]e

Seguindo estes procedimentos, constituímos, através do cotejamento das respostas, com o tratamento qualitativo dos dados, um panorama das atitudes e julgamentos do aracajuano quanto ao processo da palatalização, tornando possível a análise e interpretação dos dados e a formação de um banco de dados de julgamento espontâneo do falar.

3 Resultados e discussões

As questões afetivas selecionadas foram elaboradas a partir do questionário aplicado por Cardoso (2015), acrescidas de domínios relacionados à localização geográfica e identidade dialetal. Quatro critérios sociolinguísticos relativos ao do-

mínio afetivo das atitudes orientaram a elaboração das perguntas contidas no protocolo de testagem de atitudes. O primeiro critério diz respeito à qualidade puramente estética da língua: a) “agradável” – “desagradável” e b) “bonita” – “feia”. O segundo grupo de perguntas apresenta características dialetais: c) “cantada” – “não cantada” e d) “lenta” – “rápida”. O terceiro critério apresenta características estilísticas, que trata da inteligibilidade da fala: e) “clara” – “confusa”. O quarto critério apresenta características geográficas: f) “capital” – “interior” e g) “baiano” – “pernambucano” – “sergipano”.

3.1 Características estéticas

O teste de percepção, após instruções iniciais, apresentava a primeira pergunta ao sujeito: “Você acha essa fala (modo de falar) agradável ou desagradável?”. Em seguida, o sujeito tinha acesso ao áudio a ser analisado e poderia optar por repetir a sua escuta, caso houvesse necessidade. Com esta pergunta, tínhamos por objetivo averiguar a percepção do aracajuano quanto à “agradabilidade” da fala nos dois contextos fonológicos dos vocábulos selecionados: a produção das consoantes africada e oclusiva.

Como resultados, com relação à ocorrência das africadas, 59% das respostas foram de avaliação positiva, enquanto para as oclusivas, oclusivas, 52% das respostas foram positivas. As realizações africadas, foram consideradas mais agradáveis do que as realizações oclusivas.

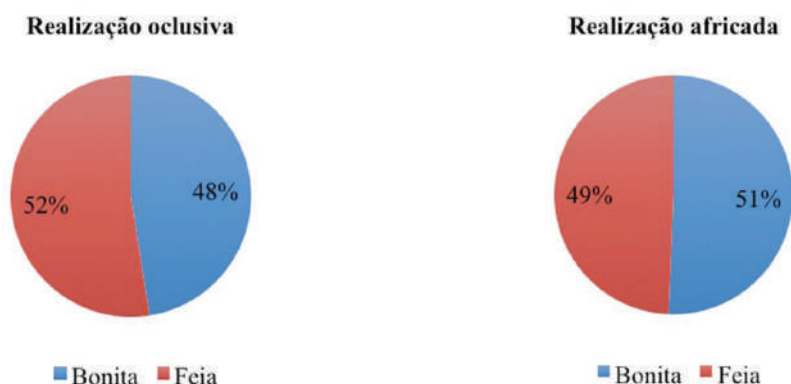


Figura 3 Distribuição do julgamento da característica estética “agradável/desagradável” quanto à variante.

A segunda questão do instrumento de coleta era “Você acha essa fala (modo de falar) bonita ou feia?”. Para as africadas, 51% das respostas foram positivas, enquanto para as *oclusivas*, 52% das respostas foram negativas. Embora a diferença de percentuais seja sutil, a variante africada é avaliada positivamente, sendo

julgada como “bonita”, ao passo que a variante oclusiva é avaliada negativamente, sendo julgada “feia”.

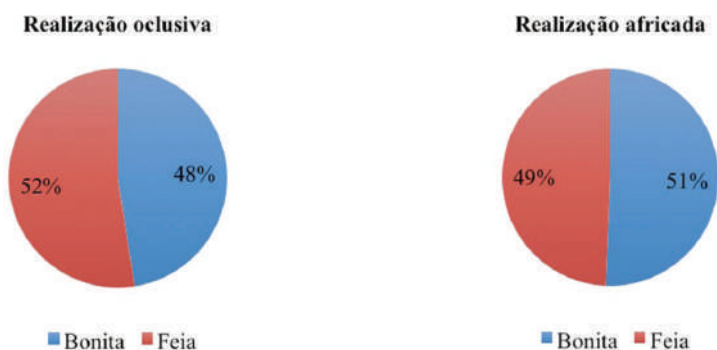


Figura 4 Distribuição do julgamento da característica estética “bonita/feia” quanto à variante.

3.2 Características dialetais

No bloco das questões relativas a características dialetais, a terceira pergunta era “Você acha essa fala (modo de falar) cantada ou não cantada?”. Segundo Cardoso (2015), as qualidades dialetais mais estigmatizadas são fortemente marcadas, sendo julgadas como fala “cantada”. Assim, atribuímos julgamento negativo à fala “cantada” e julgamento positivo à fala “não cantada”. Na ocorrência das africadas, 54% das respostas foram julgadas negativamente, sendo associadas ao falar “cantado”; já com relação à ocorrência oclusiva, 60% das respostas foram julgadas positivamente, sendo associadas ao falar “não cantado”. A realização africada é associada à fala cantada, enquanto a realização oclusiva é associada à fala não cantada.

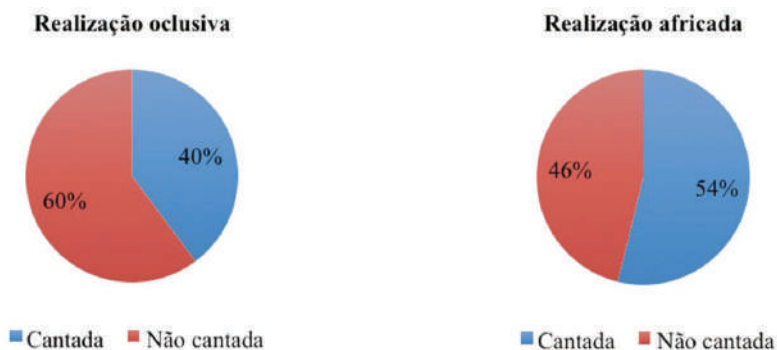


Figura 5 Distribuição do julgamento da característica dialetal “cantada/não cantada” quanto à variante.

Do ponto de vista da produção, a velocidade da fala pode ser mensurada a partir das taxas de elocução (número de segmentos por minuto) e de articulação

(razão de segmentos em um intervalo de fala). Do ponto de vista da percepção, a velocidade da fala sempre é percebida como diferença. Em relação à pergunta “Você acha essa fala (modo de falar) lenta ou rápida?”, de modo geral, as ocorrências foram mais correlacionadas à rapidez; no entanto, a realização africada foi jugada como rápida em 57% das ocorrências, enquanto a realização oclusiva computa 71% de respostas como rápida.

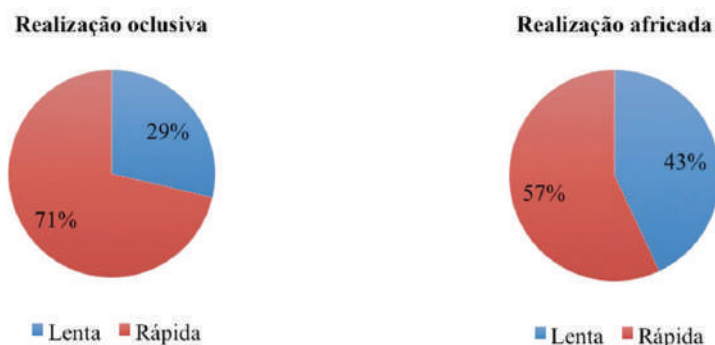


Figura 6 Distribuição do julgamento da característica dialetal “lento/rápido” quanto à variante.

A ligeira percepção de maior rapidez associada à ocorrência com a variante oclusiva pode ser associada ao traço articulatorio da constrição, com maior duração na pista acústica do que o traço da africacão, que é um som semi-contínuo.

3.3 Características estilísticas

Quanto às características estilísticas, para a pergunta “Você acha essa fala (modo de falar) clara ou confusa?”, observamos a correlação das ocorrências das africadas à clareza, com 69% das respostas. Já a realização oclusiva computa apenas 54% das respostas associadas à clareza.

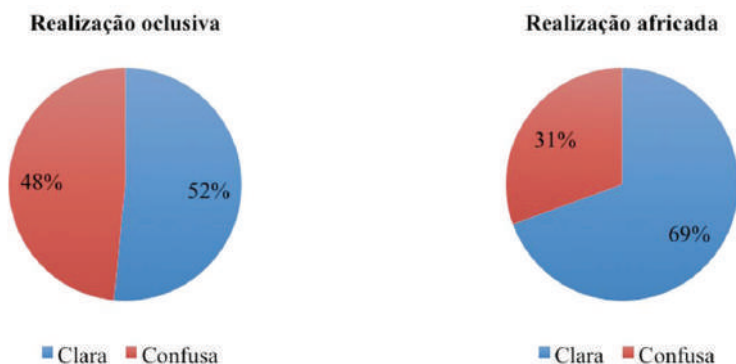


Figura 7 Distribuição do julgamento da característica estilística “clara/confusa” quanto à variante.

3.4 Características geográficas

A pergunta “Essa pessoa é da capital ou do interior?” visava identificar se o sujeito atribuía significado relativo à localização geográfica às variantes linguísticas em estudo. A ocorrência da realização africana foi associada ao falar da capital, com 61% das respostas, percentual muito próximo do atribuído à realização oclusiva, com 60% das respostas.

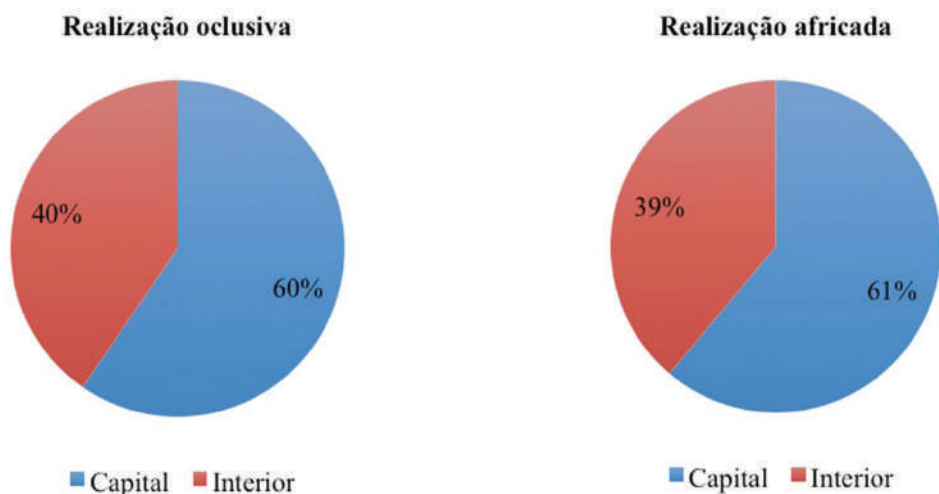


Figura 8 Distribuição do julgamento da característica geográfica “capital/interior” quanto à variante.

Por fim, o instrumento visava buscar avaliar se o sujeito associava as realizações a uma região geográfica específica. A partir de dados do Atlas Linguístico do Brasil, Mota (2008) identifica uma realização categórica da variante africana em Salvador, enquanto Recife apresenta um percentual de 19% desta variante; o comportamento de Aracaju, nesta amostra, seria de 21% de realizações africanas. Com esse resultado polarizado, a pergunta “Essa pessoa parece ser baiana, pernambucana ou sergipana?” visa verificar se os sujeitos conseguem indexar geograficamente a ocorrência do traço linguístico avaliado. Os resultados obtidos apontam para a correlação da realização africana à fala baiana, com 39% das respostas, mas também com 37% de respostas associadas à fala sergipana; a associação da variante africana à fala pernambucana se deu apenas em 24% das respostas. O julgamento da variante oclusivas foi fortemente associado à fala sergipana, com 45% das respostas, seguido de 31% das respostas atribuídas à fala pernambucana; somente 23% das respostas foram atribuídas à fala baiana.

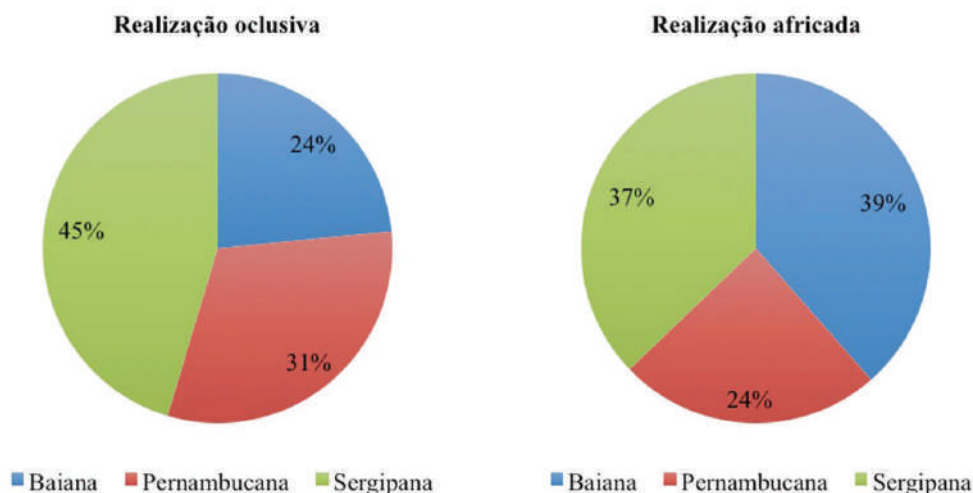


Figura 9 Distribuição do julgamento da característica dialetal “baiana/sergipana/pernambucana” quanto à variante.

O resultado de percepção é aderente aos resultados obtidos na descrição da produção, reforçando a hipótese de uma mudança em curso. A atitude dos universitários aracajuanos quanto à variante africana indica prestígio, sem, no entanto, atribuir estigma à realização oclusiva.

Considerações finais

As abordagens sociolinguísticas da produção e da percepção da fala apontam para a necessidade de estudos que correlacionem a saliência de fenômenos do ponto de vista da produção com a saliência do ponto de vista da percepção. Ao ampliar as investigações para além do nível descritivo da Sociolinguística, adentrando nos domínios da maneira pela qual as atitudes e os julgamentos linguísticos afetam o processo de constituição da identidade pela língua e pelo discurso, podemos contribuir para ações de planejamento linguístico de conscientização e respeito, bem como para propostas de ensino do português como língua materna ou como língua para estrangeiros, na medida em que propicia o contato com valores associados à língua.

A análise das atitudes linguísticas ou das reações subjetivas de aracajuanos em relação ao seu dialeto, sob uma perspectiva sociolinguística, só é possível através de testes linguísticos de atitudes (CARDOSO, 2015). A mensuração da percepção dos indivíduos frente à língua nos dá pistas de como os sujeitos reagem e se comportam diante do falar do outro, do diferente, mas também de si mesmos.

Através dos resultados obtidos e das interpretações que pudemos inferir através deles, constatou-se, em linhas gerais, que a atitude dos indivíduos universitários aracajuanos quanto a forma palatalizada indica mais prestígio, ao contrário

da forma não-palatalizada que ainda sofre estigma social. Estas discussões nos mostram a relevância dos estudos baseados nas crenças e atitudes linguísticas, haja vista termos considerado apenas os estímulos dos falantes masculinos, o que já nos deu um panorama interessante de ser observado; mas ainda há o que se explorar através dos estímulos dos falantes femininos, o que nos propiciará uma visão geral das crenças e atitudes linguísticas dos jovens universitários de Aracaju/Sergipe diante do processo de palatalização.

Diante disso, percebe-se que este trabalho permite-nos analisar e compreender as crenças e atitudes linguísticas dos falantes da língua, especialmente quanto ao falar sergipano e a sua identidade, o que é de suma importância para ampliação dos estudos desta natureza e entendimento das relações entre língua e sociedade.

Referências

- CAMPBELL-KIBLER, K. The nature of sociolinguistic perception. *Language Variation and Change*, v.21, p.135-56, 2009.
- CARDOSO, D. P. *Atitudes linguísticas e avaliações subjetivas de alguns dialetos brasileiros*. São Paulo: Blucher, 2015.
- DAILEY, R. M.; GILES, H. ; JANSMA, L. L. Language attitudes in an Anglo-Hispanic context: The role of the linguistic landscape. *Language & Communication*, v. 25, n. 1, p. 27-38, 2005.
- ECKERT, P. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual Review of Anthropology*, n. 41, p. 87-100, 2012.
- FREITAG, R. M. K. Banco de dados fales sergipanos. *Working Papers em Linguística*, v. 14, n. 2, p. 156-164, 2013.
- FREITAG, R. M. K. Socio-stylistic aspects of linguistic variation: schooling and monitoring effects. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 37, n. 2, p. 127-136, 2015.
- FREITAG, R. M. K. Uso, crença e atitudes na variação na primeira pessoa do plural no Português Brasileiro. *D.E.L.T.A.*, n. 32, v.4, p. 889-917, 2016.
- FREITAG, R. M. K., SEVERO, C. G., ROST-SNICHELOTTO, C. A., TAVARES, M. A. Como os brasileiros acham que falam? Percepções sociolinguísticas

de universitários do Sul e do Nordeste. *Todas as Letras*, n. 18, v.2, p. 64-84, 2016.

FREITAG, R. M. K., SEVERO, C. G., ROST-SNICHELOTTO, C. A., TAVARES, M. A. Como o brasileiro acha que fala? Desafios e propostas para a caracterização do “português brasileiro”. *Signo y Seña – Revista del Instituto de Lingüística*, n. 28, p. 65-87, 2015.

FREITAG, R. M. K.; MARTINS, M. A.; TAVARES, M. A. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Alfa: Revista de Lingüística*, v. 56, n. 3, p. 917-944, 2012.

GARRET, P. *Attitudes to language*. Cambridge University Press, 2010.

LABOV, William. *Principles of linguistic change*. Volume 2: Social factors. Oxford: Blackwell, 2001.

LADEGAARD, H. J. Language attitudes and sociolinguistic behaviour: Exploring attitude-behaviour relations in language. *Journal of Sociolinguistics*, v. 4, n. 2, p. 214-233, 2000.

MOTA, Jacyra. Como fala o nordestino: a variação fônica no Atlas Linguístico do Brasil. In: *Anais do I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*. 2008. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/eventos/simelp/new/pdf/slp22/03.pdf>

OSGOOD, C. E. Semantic differential technique in the comparative study of cultures. *American Anthropologist*, v. 66, n. 3, p. 171-200, 1964.

SOUZA NETO, A. F. *As realizações dos fonemas /t/ e /d/ em Aracaju/SE*. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Universidade Federal de Alagoas, 2008.

SOUZA, G. G. A. *Palatalização de oclusivas alveolares em Sergipe*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Sergipe, 2016.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Empirical foundations for a theory of language change*. Texas, 1968.

Um caminho para novas políticas linguísticas das variedades do português brasileiro

Ricardo Nascimento Abreu
(Universidade Federal de Sergipe)

Introdução

Inegavelmente, os últimos anos do século XX e as duas primeiras décadas do século XXI foram os momentos nos quais estudos em Políticas Linguísticas ganharam maior envergadura no Brasil. Mesmo ressentindo-se de um maior aporte teórico de pesquisas nacionais no campo da Sociologia da Linguagem, esses estudos buscaram, desde logo, estabelecer laços com a Sociolinguística e com a Linguística Aplicada, no campo dos estudos da linguagem e, de forma transdisciplinar, com diversos campos do saber, a exemplo da Antropologia, da Sociologia, do Direito, da História, isso só para citar alguns.

Já é possível encontrar, em terras brasileiras, em maior ou menor grau, debates acadêmicos, em nível de graduação e de pós-graduação, acerca das políticas linguísticas nacionais; certo ativismo político-linguístico, nas comunidades falantes de línguas indígenas e de imigração e nas populações falantes das línguas de sinais; algumas iniciativas legislativas no âmbito dos entes federativos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), bem como a judicialização de questões que possuem, direta ou indiretamente, ligações com conflitos de natureza linguística e a ausência e/ou a ausência de clareza das políticas linguísticas que estão sendo desenvolvidas em território nacional.

Em todas as questões acima postas, entretanto, tem-se como pano de fundo cenários de contatos e conflitos interlinguísticos que envolvem línguas distintas entre si. Assim, por exemplo, podemos citar as iniciativas de co-oficialização de línguas indígenas e de imigração que vêm sendo adotadas por mais de uma dezena

de municípios brasileiros, obrigando a municipalidade a disponibilizar uma série de serviços públicos na língua constitucional, bem como nas línguas declaradas co-oficiais pelos municípios.

Numa outra via de ação, a questão do preconceito/discriminação/estigmatização em relação aos falantes de algumas variedades do português brasileiro, ainda que bastante conhecida no bojo dos estudos sociolinguísticos, resta deveras pouco explorada no que diz respeito à elaboração de ações que possam ser materializáveis em processos de ativismo político linguístico.

Alguns aspectos são pontuados, tanto pelos estudiosos da sociolinguística como por aqueles que se dedicam à análise das políticas linguísticas nacionais, para justificar as dificuldades de se construir uma doutrina de proteção e valorização das variedades do português brasileiro que sejam pautadas nos princípios constitucionais da igualdade, da dignidade humana e da cidadania. O rol abaixo, meramente exemplificativo, apresenta alguns desses obstáculos.

- a. A naturalização da estigmatização social das regiões Norte e Nordeste do Brasil e, como consequência disso, um processo de intolerância linguística em relação às pessoas originárias dessas regiões, conforme analisou Bagno (2015);
- b. A polarização sociolinguística do português brasileiro, nos moldes do que propõe Lucchesi (2015);
- c. A tradição inventada do monolingüismo nacional, em torno da língua portuguesa.

No que diz respeito aos dois primeiros itens apresentados, não restam dúvidas de que estamos diante de flagrante colisão a um dos objetivos da República Federativa do Brasil, contidos no Art. 4º da Constituição de 1988.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988, s/p, grifo meu).

A tradição inventada do monolingüismo nacional, em torno da língua portuguesa, por sua vez, é causa direta de um conjunto de equívocos de todas as ordens, que perpassam desde a elaboração desastrosa de algumas políticas linguísticas contemporâneas até mesmo a complacência do Estado brasileiro em relação aos

crimes de natureza étnica e de origem regional que são cometidos diariamente no país, através da discriminação linguística.

Neste capítulo, proporemos um caminho que pode ser utilizado para garantir às variedades do português brasileiro um reconhecimento estatal que seja capaz de alicerçar políticas de proteção e valorização dessas variedades e dos seus falantes e, até mesmo, possibilitar a abertura da via judicial para fins de combater os crimes de discriminação de natureza étnica e regional que se materializam através da discriminação linguística.

1 O atual cenário das políticas linguísticas e o desenvolvimento do campo dos direitos linguísticos

O campo das políticas linguísticas, segundo Spolsky (2013), deve ser analisado sob três vieses que, apesar de interdependentes, podem produzir efeitos práticos bastante distintos. Para o autor, faz-se necessário que saibamos identificar, distinguir e tratar, de forma adequada, as políticas linguísticas que são efetivamente praticadas e aquelas que são declaradas e/ou percebidas¹ por um Estado ou pelas comunidades linguísticas.

Conforme a ótica do autor, sempre foi possível nos depararmos com uma miscelânea de tratamentos das questões linguísticas pelos Estados nacionais. Há estados, por exemplo, que, apesar de possuírem, em seus territórios, uma realidade multilíngue, declaram-se para as suas populações e para a comunidade internacional como países monolíngues. Na mesma toada, é possível encontrar países que reconhecem que possuem uma diversidade linguística considerável em seu território, mas que protegem constitucionalmente uma ou algumas poucas línguas, relegando às demais um processo de possível extinção.

É bem verdade, no entanto, que o tratamento que os Estados nacionais vêm dispensando às suas línguas alterou-se bastante como consequência do término da Segunda Guerra Mundial e da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948.

Com o término da Guerra, os estudos em políticas linguísticas ganharam para si um reforço significativo com o ingresso das questões de natureza linguística no conjunto dos chamados direitos humanos. A partir desse momento, os indivíduos e os grupos linguísticos passaram a usufruir, ao menos no papel, de direitos internacionalmente garantidos por meio de instrumentos de direito internacional de direitos humanos e, paulatinamente, esses direitos foram sendo

1 Os termos “declaradas, percebidas e praticadas” foram adotados aqui, de acordo com a tradução proposta por Sousa e Roca (2015).

inseridos nas legislações constitucionais e infraconstitucionais da maioria dos Estados nacionais.

Documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1966) e a Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas (1992) passaram a tratar diretamente da proteção dos direitos linguísticos de modo a fomentar o surgimento de um novo campo de estudos que vem sendo chamado de *Linguistic Human Rights* ou, em uma tradução livre para o português, Direitos Humanos Linguísticos.

A emergência dos direitos humanos linguísticos coloca as questões das políticas linguísticas em um patamar de proteção equivalente aos demais direitos humanos, gozando, assim, de tratamento especial pelos Estados signatários dos instrumentos internacionais de direitos humanos e, para além disso, fazendo-as se beneficiarem de um conjunto de características inerentes aos direitos humanos na ordem internacional, dentre as quais podemos citar: a vedação ao retrocesso e a imprescritibilidade.

No Brasil, a promulgação da Constituição da República, em 1988, pode ser considerado o marco histórico das políticas linguísticas nacionais contemporâneas. A nossa Carta Magna declara, pela primeira vez na história do constitucionalismo brasileiro, a escolha de uma língua para figurar como idioma oficial² e, além disso, ainda que de forma deveras incipiente, reconhece a existência de línguas autóctones faladas por diversos grupos indígenas espalhados por todo o território nacional³. Silencia, no entanto, o texto constitucional, em relação a vários aspectos, igualmente importantes, tais quais a vedação da discriminação por motivo de língua, fato que é explicitamente repudiado na legislação internacional de direitos humanos, ao tratamento a ser dado às línguas de imigração, bem como na elaboração do rol mínimo de direitos e garantias dos grupos linguísticos minoritários.

Apesar das críticas que possam ser formuladas em relação ao texto constitucional brasileiro, é possível, no entanto, identificar, com certa clareza, dois grupos de normas jurídicas que são a base das elaborações das políticas linguísticas brasileiras, quais sejam, o direito das línguas e o direito dos grupos linguísticos.

2 Art. 13, CF/88

3 Art. 210, §2, CF/88

Em Abreu (2016), apresentamos detalhadamente as nuances de cada uma dessas categorias dos direitos linguísticos no Brasil. Em curtas linhas, podemos sintetizar cada uma delas da seguinte forma.

2.1 Direito das línguas

O direito das línguas constitui-se como uma espécie do gênero “direitos linguísticos” e que tem como objeto jurídico a ser tutelado pelo Estado as próprias línguas que estão sob a sua jurisdição. Claro que as decisões tomadas no âmbito do direito das línguas acabarão, secundariamente, por nortear a formulação de novas políticas de garantia de direitos linguísticos para os indivíduos e os grupos no que tange ao usufruto das suas próprias línguas. Entretanto, quando se pensa em direito das línguas, este caráter individual e coletivo é transcendido, dando espaço para um tratamento transindividual e de natureza difusa. Os bens de natureza difusa, por sua vez, são aqueles que possuem um espectro transindividual. São indivisíveis e a titularidade pertence a pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

2.2 Direito dos grupos linguísticos

O direito dos grupos linguísticos diz respeito a uma espécie dos direitos linguísticos que possui, como objeto juridicamente tutelado pelo Estado, o direito dos indivíduos e dos grupos de utilizarem suas próprias línguas em suas comunidades e fora delas, em situações sociais formais ou informais, e de viver de acordo com a cultura linguística da sua comunidade. Diferentemente do direito das línguas, que possui natureza jurídica de bem difuso, o direito dos grupos linguísticos ora possui natureza jurídica de direito individual, ora possui natureza jurídica de direito coletivo. Por direitos individuais entende-se que são as limitações impostas ao Estado para que o indivíduo possa usufruir de um conjunto de direitos indispensáveis à pessoa humana e ao exercício pleno da cidadania. Por outro lado, os direitos coletivos são aqueles que possuem como característica a transindividualidade, sendo, no entanto, possível determinar o grupo, categoria ou classe de pessoas titulares do direito e, para além disso, estão estas pessoas unidas por uma relação jurídica-base, como por exemplo, o fato de falar a mesma língua.

Podemos exemplificar o direito das línguas através da designação do português como língua oficial do Brasil, pois se trata, claramente, de uma política que toma a língua portuguesa para fins majoritariamente administrativos e, por este motivo, como um bem jurídico a ser tutelado. Por outro lado, a autorização contida no Art. 210, §2º da CF/88, para que os indígenas possam utilizar as suas

próprias línguas no ensino fundamental é um prototípico exemplo dos direitos dos grupos linguísticos.

As políticas públicas brasileiras vêm se desenvolvendo com certo vigor no campo do direito das línguas, mas ainda é deveras deficiente no que diz respeito aos direitos dos grupos linguísticos, especialmente no que diz respeito aos grupos linguísticos minoritários. Há casos, inclusive, que as políticas linguísticas apresentam-se de forma bifásica, com um momento no qual se desenvolvem sob a égide de normas de direito das línguas e, em outro, com potencial para a elaboração de normas jurídicas de direito dos grupos linguísticos.

Neste capítulo, temos interesse especial em lidar com uma dessas políticas linguísticas que tem suas normas jurídicas basilares pertencentes à espécie do direito das línguas e que é conhecida como Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL, cuja gestão direta cabe ao Ministério da Cultura, através o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

3 A política do Inventário Nacional da Diversidade Linguística

A política linguística de salvaguarda da diversidade linguística nacional tem sua origem no Art. 216 da Constituição Federal, dispositivo que trata de definir quais são os bens materiais e imateriais que compõem o patrimônio cultural brasileiro e elenca, dentre eles, as formas de expressão.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Segundo o entendimento da UNESCO, as línguas ocupam papel central na concepção de cultura como um direito humano, pois é através da linguagem que podemos transmitir para as gerações vindouras as manifestações culturais dos povos.

A definição apresentada pela Convenção (*para a salvaguarda do patrimônio imaterial* – UNESCO 2003) aponta para os elementos estruturantes do campo do patrimônio imaterial, no qual também se inclui a diversidade linguística. A língua, entretanto, difere dos demais bens culturais por sua natureza transversal, por seu papel de articulação e transmissão da cultura. Nenhuma prática, nenhuma representação, nem conhecimentos ou técnicas são passíveis de serem transmitidos entre as diferentes gerações senão através da mediação exercida pela língua. (grifos do autor; *inserção nossa*) (BRASIL, 2014, p.18).

Dessa maneira, antes mesmo de empreendermos um debate acerca do Inventário Nacional da Diversidade Linguística, cumpre que invoquemos o conceito de patrimônio cultural imaterial utilizado pelo órgão do Ministério da Cultura, que possui a incumbência da gestão da política do patrimônio no Brasil, qual seja, o IPHAN.

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que **as comunidades, os grupos** e, em alguns casos, os indivíduos **reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural**. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, **gerando um sentimento de identidade e continuidade** e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (BRASIL, 2014, p.17)

Ainda pela lavra do próprio IPHAN, a inserção da diversidade linguística como campo do patrimônio imaterial transmuta-se em prova incontestável favorável à elaboração de uma política nacional de proteção e salvaguarda das línguas, senão, vejamos:

A POLÍTICA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA procura articular diferentes dimensões do Estado e da sociedade civil para a valorização e promoção das línguas minoritárias faladas no Brasil, vindo ao encontro do movimento crescente, em nível mundial, pela garantia de direitos linguísticos a grupos linguísticos minoritários. Tal perspectiva parte do princípio de que as línguas integram o rol dos direitos humanos e, portanto, de que os falantes têm o direito de usar suas línguas nos ambientes públicos e privados e de transmiti-las para as futuras gerações. Isso requer que as línguas

sejam tratadas no âmbito de marcos legais específicos, tornando-se objetos de políticas públicas de fomento ao plurilinguismo. (BRASIL, 2014, p. 10).

Esclarecidas essas questões preliminares e partindo-se da interpretação constitucional de que a diversidade linguística poderia ser reconhecida como patrimônio cultural brasileiro, entrou em vigor o Decreto 7.387 de 09 de dezembro de 2010, que Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL e dá outras providências.

Atualmente, o INDL configura-se como a política linguística mais bem estruturada do país e, além disso, revela-se como um imenso manancial de possibilidades de novas pesquisas.

Uma análise mais cuidadosa do Decreto 7.387/10 e dos materiais produzidos com o intuito de orientar os procedimentos de inserção das línguas no inventário nos traz um conjunto de informações valiosíssimas sobre a forma como o Estado brasileiro planeja tratar a sua diversidade linguística nas próximas décadas. No bojo dessas informações, importa destacar:

- a. A categorização das línguas e das variedades possíveis de serem incluídas no INDL.
- b. O tempo necessário para que uma língua possa ser considerada brasileira e, com isso, elegível para o ingresso no INDL.

Em relação à categorização realizada pela política do Ministério da Cultura, as línguas e variedades passíveis de serem inventariadas são apresentadas no quadro 1.

Quadro 1 Categorias das línguas encontradas adotada pelo INDL.

Categoria	DESCRIÇÃO
LÍNGUAS DE IMIGRAÇÃO	Línguas alóctones trazidas ao Brasil por grupos de fala advindos principalmente da Europa, Oriente Médio e Ásia e que, inseridas em dinâmicas e experiências específicas dos grupos em território brasileiro, tornaram-se referência de identidade e memória. Exemplos: Talian, Pomerano, Hunsrukisch etc.
LÍNGUAS INDÍGENAS	Línguas autóctones, originárias do continente sul-americano – da porção que hoje corresponde ao território brasileiro – e faladas por populações indígenas. Exemplos: Guaraní, Kaingáng, Baniwa, Tukáno, Ninam, Maxakalí, Marubo etc.
LÍNGUAS AFROBRASILEIRAS	Línguas de origem africana, faladas no Brasil. Essas línguas apresentam notáveis diferenças linguísticas em vários aspectos de sua estrutura gramatical, produzidas por mudanças históricas desencadeadas pelo contato com o português, podendo ter ocorrido transferências gramaticais desde esse substrato africano (LUCCHESI et al, 2009). Exemplos: Gíria de Tabatinga, Língua do Cafundó e variedades Afrobrasileiras do Português Rural.
LÍNGUAS DE SINAIS	Línguas faladas por comunidades surdas, incluindo pessoas surdas e ouvintes, que se utilizam da modalidade visoespacial com sinais manuais e não-manuais, tais como expressões faciais e corporais. Exemplos: Libras, Língua de Sinais Urubu-Ka’apor, Língua de Sinais do município de Jaicós do Piauí etc.

(Continua)

Quadro 1 Categorias das línguas encontradas adotada pelo INDL. (Continuação)

Categoria	DESCRIÇÃO
LÍNGUAS CRIOLAS	Línguas surgidas a partir da aquisição como língua materna por parte de um grupo social de uma língua pidgin. Pidgins são línguas formadas em situações de contato entre duas ou mais línguas em que uma língua dominante é profundamente reformulada em seu léxico, gramática e fonologia devido a um processo de aquisição parcial e pela influência da(s) língua(s) faladas pelo grupo social que veio a adotar esse pidgin como língua materna. Ao se tornar uma língua materna, a língua crioula também adquire características novas, tornando-se funcionalmente equivalente a qualquer outra língua materna. Exemplos no Brasil: os Galibi-Marworno, os Kariyuna e os Palikur, que vivem no estado do Amapá e falam uma língua crioula formada a partir do francês, como língua dominante, e diferentes línguas africanas e indígenas da Guiana-Francesa e Suriname. Embora o português seja a língua oficial e majoritária do país, existe a possibilidade de realização de ações específicas para promoção e valorização de suas variedades internas, que caracterizam identidades de grupos e processos históricos específicos de interesse para a política patrimonial.
VARIEDADES DO PORTUGUÊS	Variedades internas ao português do Brasil, surgidas por influência de fatores socioculturais e históricos específicos, em determinado espaço geográfico e social, às quais se associam elementos linguísticos que marcam a identidade de falares regionais (variedades diatópicas) e de grupos sociais específicos (variedades diastráticas)

Fonte: Guia de pesquisa e documentação para o INDL.

Em relação ao aspecto temporal, uma língua ou variedade de língua que se encaixe nas categorias acima descritas, para ser elegível ao INDL, ainda precisa demonstrar que

[...] a comunidade para a qual a língua é referência está em território brasileiro há pelo menos três gerações. Isso, além de permitir identificar os processos de transmissão e a continuidade histórica da língua, possibilita a compreensão das mudanças e transformações ocorridas, inclusive em relação aos sentidos dados pelas próprias comunidades à língua e o modo como esta é representada nos diferentes contextos de uso. (BRASIL, 2014, 26).

A demarcação temporal em três gerações (aproximadamente 45 anos), que faz parte da Política da Diversidade Linguística, será de grande valia no futuro, quando for preciso estabelecer, em outras políticas linguísticas, o *quantum* temporal para que se possa considerar uma comunidade linguística integrada ao Estado brasileiro de modo a erigir a sua língua a uma futura condição de língua inventariada.

Até o momento da elaboração desse texto, três línguas haviam sido inventariadas e recebido o título de Referência Cultural do Brasil. Foram elas:

[...] a língua Talian, uma das autodenominações para a língua de imigração falada no Brasil onde houve ocupação italiana, desde o século XIX, nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Espírito Santo; a língua Asuriní do Trocará, que pertence ao tronco Tupi, da família linguística Tupi-Guarani. Os Asurini do Trocará ou Auiu no Surini do Tocantins habitam a Terra Indígena Trocará, localizada às margens do rio Tocantins, em Tucuruí (PA); e a língua Guarani Mbya, identificada como uma das três variedades modernas da língua Guarani, da família Tupi-Guarani, tronco linguístico Tupi - as outras são o Nhandeva ou Chiripá/Txiripa/Xiripá ou Ava Guarani e o Kaiowa. (BRASIL, s.d, s.p).

Das línguas inventariadas, uma delas é categorizada como língua de imigração, enquanto as outras duas são línguas indígenas. Sob um aspecto exclusivamente jurídico é possível afirmar que estas línguas já podem exigir uma proteção estatal maior que as línguas e variedades que ainda não foram devidamente inseridas na política do INDL. Por este motivo, o desafio que se impõe para as comunidades falantes das línguas não inventariadas, bem como para os pesquisadores do campo das políticas linguísticas é o de buscar inserir o máximo de línguas e variedades de línguas no INDL, pois, atualmente, esta política representa a possibilidade mais concreta de se fazer com que o Estado brasileiro reconheça a diversidade linguística nacional e que, a partir desse reconhecimento, novas ações no campo do direito dos grupos linguísticos possam ser fomentadas e exigíveis. É nesse contexto que opera o Projeto Falares Sergipanos, sobre o qual passamos a discorrer a seguir.

4 O projeto *Falares Sergipanos* e as suas potencialidades de geração de políticas intralinguísticas

O Projeto Falares Sergipanos é uma iniciativa do Observatório Linguagem e Sociedade, consórcio de Grupos de Pesquisas da Universidade Federal de Sergipe, dos quais fazem parte, dentre outros, o Grupo de estudos linguagem, interação e sociedade – Gelins e o Grupo de estudos em políticas linguísticas – Gepol.

Dentre os objetivos propostos pelo Observatório Linguagem e Sociedade, podemos destacar:

- O fomento à pesquisa linguística inovadora e estratégica na interface linguagem e sociedade, considerando paradigmas e abordagens teóricas atuais em articulação com as demandas empíricas locais;

- A busca pela formação de recursos humanos altamente especializados em pesquisa e inovação na interface linguagem e sociedade, para atuarem com senso crítico, cidadania e responsabilidade social na comunidade;
- A contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas na interface linguagem e sociedade, com especial atenção aos problemas relacionados ao desenvolvimento educacional, socioeconômico e cultural do estado, da região Nordeste e do país e
- O oferecimento para a sociedade de assessoria, consultoria e fórum permanente de discussão na interface linguagem e sociedade.

Após a entrada em vigor da política do INDL e da realização do Seminário Ibero-Americano de Diversidade Linguística, na cidade de Foz do Iguaçu, em novembro de 2014, o Observatório Linguagem e Sociedade enxergou a possibilidade de postular a inserção das variedades do português de Sergipe, como forma de alavancar um processo de reconhecimento dessas variedades por parte do Estado brasileiro e, com isso, abrir novas fronteiras para o debate sobre discriminação linguística, bem como discriminação étnica e/ou regional materializáveis através do preconceito de natureza linguística.

Um dos primeiros desdobramentos do macroprojeto Falares Sergipanos consistiu na elaboração de um subprojeto de pesquisa para concorrer ao edital de chamamento público do Ministério da Justiça, através do qual o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD) selecionava estudos acerca do patrimônio cultural brasileiro que envolvessem propostas que contemplassem as questões afeitas à diversidade linguística brasileira.

Nascia, neste momento, o projeto Falares Sergipanos Virtual, que ao seu final, se apresentará como uma das etapas do processo de preparação e coleta do material exigido para fins de abertura do processo de inclusão de língua/variedade no INDL.

Outras ações que estão sendo desenvolvidas paralelamente, no âmbito do projeto Falares Sergipanos, é a publicação do livro “A proteção jurídica das línguas no Brasil: políticas e direitos linguísticos” com previsão de lançamento para o primeiro semestre de 2017, bem como a oferta de um curso de capacitação com vistas à formação de pessoal qualificado para desenvolver algumas ações específicas no âmbito da pesquisa.

Considerações finais

Apesar de testemunharmos um avanço significativo no campo das políticas linguísticas no Brasil, principalmente nas primeiras décadas do século XXI, é possível afirmar que as ações desse campo estão majoritariamente concentradas nos cenários de interlinguísticos. No que diz respeito aos contextos intralinguísticos,

percebe-se, facilmente, a existência de uma grande fartura de estudos sociolinguísticos contrastando com uma escassez de políticas linguísticas que prestigiem as variedades do português.

Se já é verdade que comunidades de falantes de línguas autóctones e alóctones já podem cogitar em buscar a proteção do Estado para as suas línguas, através de mecanismos previstos em lei, a exemplo da ação civil pública e da ação popular, o mesmo não se pode dizer em relação aos falantes das variedades menos prestigiadas do português brasileiro que persistem numa condição de vulnerabilidade linguística.

O Estado brasileiro, apesar de alçar a língua portuguesa ao estatuto constitucional de idioma oficial da República, tergiversa para o fato de que persistem e se fortalecem, em nossa sociedade, processos de discriminação por motivo de língua ou ainda por motivos de natureza étnica e/ou de origem regional, manifestados, precipuamente, a partir do componente linguístico.

Acreditamos que a política linguística do INDL, capitaneada pelo Ministério da Cultura e levada a cabo pelo IPHAN, possa se configurar como um caminho produtivo para que o Estado reconheça, oficialmente, as variedades do português brasileiro e, como consequência direta desse processo, novas ações possam ser implementadas na busca de combater a discriminação linguística.

O projeto Falares Sergipanos, desenvolvido pelo Observatório Linguagem e Sociedade, da Universidade Federal de Sergipe, através do Grupo de estudos linguagem, interação e sociedade e pelo Grupo de estudos em políticas linguísticas visa a contribuir para este debate e vem direcionando suas ações na tentativa de futuramente inventariar, junto ao IPHAN, as variedades do português em Sergipe.

Há ainda, sem dúvidas, muito para ser feito.

Referências

- ABREU, Ricardo Nascimento. Prolegômenos para a compreensão dos direitos linguísticos: uma leitura a partir da Constituição da República Federativa do Brasil. In: FREITAG, Raquel Meister Ko. *Tendências teórico-metodológicas da Sociolinguística no Brasil*. São Paulo: Blucher, 2016.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Parábola, 2015.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BRASIL. *Decreto 7.387 de 09 de dezembro de 2010*: Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Guia de pesquisa e documentação para o INLD: patrimônio cultural e diversidade linguística*. Vol I. Brasília, 2014.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de; ROCA, Maria del Pilar. *Políticas linguísticas: declaradas, praticadas e percebidas*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

SPOLSKY, Bernard. *Language Policy*. New York: Cambridge, 2013.

